

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**AWAETÉ, O POVO DE VERDADE: A TRANSFORMAÇÃO DA
TERRITORIALIDADE INDÍGENA PARAKANÃ.**

RODRIGO WIENSKOSKI ARAUJO

PORTO ALEGRE

2017

RODRIGO WIENSKOSKI ARAUJO

**AWAETÉ, O POVO DE VERDADE: A TRANSFORMAÇÃO DA
TERRITORIALIDADE INDÍGENA PARAKANÃ.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para o título de Mestre em Geografia, na área de concentração em análise territorial.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

PORTO ALEGRE

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Araujo, Rodrigo Wienskoski

Awaeté, o Povo de Verdade: A Transformação da Territorialidade Indígena Parakanã / Rodrigo Wienskoski Araujo. -- 2017.

189 f.

Orientador: Álvaro Luiz Heidrich.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Geografia. 2. Territorialidade. 3. Território. 4. Parakanã. 5. Rodovia Transamazônica. I. Heidrich, Álvaro Luiz, orient. II. Título.

RODRIGO WIENSKOSKI ARAUJO

**AWAETÉ, O POVO DE VERDADE: A TRANSFORMAÇÃO DA
TERRITORIALIDADE INDÍGENA PARAKANÃ.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para o título de Mestre em Geografia, na área de concentração em análise territorial.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Aprovada em 06 de setembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Adriana Dorfman (POSGEA/UFRGS)

Prof^a. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires (POSGEA/UFRGS)

Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva (UNIR)

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação e agradeço a todas elas.

À minha família em Barra do Ribeiro, Teresinha, Aldo e Isabel, pelo apoio incondicional.

Ao Professor Álvaro por acreditar no desenvolvimento deste trabalho, aos demais professores e colegas do Departamento de Geografia, que contribuíram para o meu crescimento acadêmico e profissional.

À Aracy, Emílio e Gabriel pela ajuda nas revisões. Aos amigos da Ecoplan (Pablo, Miguel, Ronaldo, Heberton e Larissa) pela oportunidade, paciência e conhecimento transmitido. Ao amigo Iranildo por todas as dicas e informações.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul que garantiu as condições, físicas e intelectuais, para que este projeto fosse possível.

E principalmente à Laís, que me acompanhou em toda esta trajetória, pela paciência, carinho e força.

RESUMO

Entre os projetos mais importantes da Ditadura Militar Brasileira está a abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230). Com a justificativa de promover o desenvolvimento regional, o Governo interferiu na organização territorial de diversos povos indígenas da região Norte do país. Esse é o caso dos Parakanã que vivem na Terra Indígena (TI) Parakanã, território tangenciado pela BR-230. O objetivo principal desta dissertação é o processo de transformação da territorialidade indígena Parakanã a partir da consolidação da Rodovia Transamazônica. Para o desenvolvimento do trabalho foi necessário realizar atividades iniciais de gabinete como a compilação de dados bibliográficos, cartográficos e acervo fotográfico, além de atividades de campo no entorno da TI. A organização dos resultados foi realizada através da técnica de pesquisa conhecida como análise de conteúdo. Os Parakanã foram capazes de administrar o contato com os demais atores que chegavam a região do médio Tocantins durante vários anos. No entanto, através das Frentes de Atração da Fundação Nacional do Índio, o Estado aldeou os indígenas que habitavam as proximidades da rodovia. É neste ponto que recai a desterritorialização sobre os Parakanã, eles foram privados dos elementos fundamentais da sua territorialidade, desarticulando os vínculos e as práticas territoriais que haviam construído. A territorialidade Parakanã foi se modificando com a dinâmica da Amazônia brasileira, as reivindicações para demarcação da TI Parakanã ajudaram na reestruturação territorial dos indígenas no período pós-rodovia. Os povos indígenas têm vínculos diferenciados com a terra, o que permite a flexibilidade no momento de conceber o território. Não existe uma necessidade de posse, é a presença de inimigos, a mobilidade, as roças coletivas, os rituais e etc., que se constituem nos elementos essenciais do território e, conseqüentemente, da territorialidade.

Palavras-chave: Parakanã; Rodovia Transamazônica, Territorialidade; Território.

ABSTRACT

Among the most important projects of the Brazilian Military Dictatorship is the building of the Transamazônica Highway (BR-230). With the justification of promoting regional development, the Government interfered in the territorial organization of several indigenous people of the North region of the country. This is the case of the Parakanã living in the Indigenous Land Parakanã, territory borderer by the BR-230. The main objective of this essay is the transformation process of the indigenous Parakanã people territoriality from the consolidation of the Transamazônica highway. Therefore, it was necessary to carry out initial cabinet activities, such as the compilation of bibliographic, cartographic, photographic data, as well as the field activities around the Indigenous Land. The organization of the results was carried out through the researching technique known as content analysis. The Parakanã people were able to manage the contact with the other actors that arrived at the region of the middle Tocantins for several years. However, through the Frontiers of Attraction of the Fundação Nacional do Índio, the state has settled down the indigenous people who lived near the highway. At this point the deterritorialization falls on the Parakanã, they were deprived of the fundamental elements of their territoriality, dismantling the territorial ties and practices they had built. The Parakanã territoriality has been changing by the dynamics of the Brazilian Amazon, the claims for demarcation of the indigenous land Parakanã helped the territorial restructuring of the natives in the post-highway period. Indigenous peoples have a differentiated link with land, which allows for flexibility when designing the territory. There is no need for possession; it is the presence of enemies, mobility, collective plantations, rituals, etc., which constitute the essential elements of the territory and, consequently, territoriality.

Keywords: Parakanã; Transamazônica highway, Territoriality; Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Contato da Frente de Atração do PAP com os Parakanã em 1970.	24
Figura 2 – Primeiro encontro com os Parakanã em novembro de 2014.	31
Figura 3 – Distribuição dos principais Seringais na Amazônia.	59
Figura 4 – Esquema mostra as potencialidades e as intensões do Governo Militar no interflúvio Xingu-Tocantins.	63
Figura 5 – Portal do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.	71
Figura 6 – Portal da Legislação Governo Federal.	72
Figura 7 – Exemplo de mapa analógico incorporado a pesquisa.	74
Figura 8 – Veículo utilizado pela aldeia Paranoawe carregado com compras na vila Belo Monte do Pará em Novo Repartimento.	78
Figura 9 – Vista da Vila do “Areão Novo” próximo a foz do rio Bacuri.	90
Figura 10 – Construção da Estação da EFT em Alcobaça.	91
Figura 11 – Traçado consolidado da Estrada de Ferro Tocantins que foi iniciada em 1894.	92
Figura 12 – Traçado da EFT no meio da Floresta Amazônica.	93
Figura 13 – Mapa de localização da provável cisão Parakanã no final do século XIX.	100
Figura 14 – Bolo de mandioca e os equipamentos utilizados para sua preparação.	109
Figura 15 – Alimentos sendo preparados em Panela de Barro.	109
Figura 16 – Acampamento de caça Parakanã encontrado no período de contato.	110
Figura 17 – Mapa das aldeias Orientais com base em Fausto (2001).	112
Figura 18 – Locais de contato entre a Frente de Atração e os Parakanã Ocidental após contatos nas cabeceiras do rio Cajazeira.	121
Figura 19 – Área Indígena Parakanã e Pucuruí nos primeiros anos de contato.	126
Figura 20 – A Imagem retrata a diversidade encontrada no acampamento dos Orientais no igarapé do Lontra em 1971.	128
Figura 21 – Após a construção de uma nova aldeia no Igarapé do Lontra foram construídas duas casas comunais.	129
Figura 22 – No Posto de Pucuruí os Ocidentais construíram casas individuais por grupo familiar. ...	130

Figura 23 – Foto clássica de Yves Billion mostra o sertanista João Carvalho, uns dos principais responsáveis pela contatao, ensinando um indígena a usar a espingarda no aldeamento do Igarapé do Lontra.	131
Figura 24 – Áreas de disputa no período de pacificação Parakanã.	136
Figura 25 – Mapa dos deslocamentos das aldeias devido à construção da UHE Tucuruí.	137
Figura 26 – A esquerda o Sr. José Porfírio de Carvalho, funcionário da ELETRONORTE, responsável pelo PROPKN junto a empresa.....	146
Figura 27 – Distribuição da população Parakanã Oriental em 1986 e 2013.	147
Figura 28 – Distribuição da população Parakanã Ocidental em 1986 e 2013.....	148
Figura 29 – No início do contato os Parakanã possuíam artefatos pequenos de barro para produção de farinha.....	150
Figura 30 – Novos equipamentos introduzidos pelo PROPKN que ajudaram a ampliar a produção.	150
Figura 31 – As escolas foram inseridas no início do PROPKN.	151
Figura 32 – As mulheres têm atividades diárias que dificultavam a participação nas ações do PROPKN.	151
Figura 33 – Placas instaladas pelo PROPKN indicam os limites da terra indígena Parakanã.	151
Figura 34 – Arakytá, importante liderança dos Orientais.	154
Figura 35 – Família de Akaria, importante liderança dos Ocidentais.	154
Figura 36 – Organização da <i>tekatawa</i> , segundo Carlos Fausto.....	155
Figura 37 – Distribuição das casas de acordo com os grupos familiares na aldeia Paranatinga.	155
Figura 38 – Caminhão do PROPKN garante o apoio ao deslocamento dos indígenas.	162
Figura 39 – Loja administrada pelo PROPKN vende diversos artesanatos produzidos pelos Parakanã.	162
Figura 40 – Reunião inicial do PBA da BR-230 as lideranças ficaram divididas: na direita os Orientais, na esquerda os Ocidentais.....	168
Figura 41 – Nas reuniões dos estudos ambientais da BR-230, as lideranças mais antigas ficavam sempre à frente dos demais.....	168

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Contexto Regional da Terra Indígena Parakanã.	27
Mapa 2 – Localização da TI Parakanã.....	29
Mapa 3 – Distribuição das aldeias Parakanã em 1990.....	143
Mapa 4 – Distribuição das aldeias Parakanã em 2000.....	159
Mapa 5 – Distribuição das aldeias Parakanã em 2016.....	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos principais fatos ocorridos na Amazônia.	64
Quadro 2 – Estrutura do acervo bibliográfico da pesquisa.	73
Quadro 3 – Ficha de identificação das imagens selecionadas para a pesquisa.	79
Quadro 4 – Atuais aldeias na Terra Indígena Parakanã.....	164

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

AI – rea Indígena;

BMZ – Ministério Federal da Cooperação Econmica e do Desenvolvimento da Alemanha;

CAPEMI – Agropecuária Caixa de Pecúlio dos Militares Indústria e Comércio Ltda.;

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça;

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil;

COPPETEC – Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos;

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito;

CPT – Comissão Pastoral da Terra;

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

ECI – Estudos de Componente Indígena;

Ecoplan – Ecoplan Engenharia Ltda.;

EFT – Estrada de Ferro Tocantins;

ELETRONORTE – Central Elétrica do Norte do País S/A;

FUNAI – Fundação Nacional do ndio;

GEOPORTAL – Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro;

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins;

GIZ – Deutsche Gesellschaft Für Internationale Zusammenarbeit;

GPS – Global Positioning System;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;

INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária;

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário;

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;

ISA – Instituto Sócio Ambiental;

ITERPA – Instituto de Terras do Pará;

MMA – Ministério do Meio Ambiente;

OIT – Organização Internacional do Trabalho;

PAP – Posto de Atração Pucuruí;

PBA – Plano Básico Ambiental do Componente Indígena;
PEC – Proposta de Emenda à Constituição;
PIN – Programa de Integração da Nacional;
PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas;
POSGEA – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
PQA – Plano Quinquenal da Amazônia;
PROPKN – Programa Parakanã;
PVA – Plano de Valorização da Amazônia;
SIG – Sistema de Informação Geográfica;
SPI – Serviço de Proteção ao Índio;
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia;
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia;
SUDENE – Superintendência do desenvolvimento do Nordeste;
TI – Terra Indígena;
TOPODATA – Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil;
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
UHE – Usina Hidrelétrica.

SUMÁRIO

1. AWAETÉ, O POVO DE VERDADE!	23
2. PERSPECTIVAS E OBJETIVOS	35
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	37
3.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS: DO ESPAÇO GEOGRÁFICO A TERRITORIALIDADE	38
3.2 A LEGISLAÇÃO INDIGENISTA.....	48
3.3 AMAZÔNIA E A TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL.....	55
4. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS	67
4.1 COLETA, REDUÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS	69
4.1.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	70
4.1.2 INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS.....	73
4.1.3 LEVANTAMENTO DE CAMPO	77
4.2 PROPOSTA DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	81
4.2.1 PRÉ-ANÁLISE.....	82
4.2.2 CÓDIGOS E CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS	83
4.2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS CATEGORIAS.....	85
5. TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS	87
5.1.1 CONCEPÇÕES ESPACIAIS DIFERENTES, O TERRITÓRIO ORIGINÁRIO	88
5.1.2 DA TERRITORIALIDADE A DESTERRITORIALIZAÇÃO	124
5.1.3 A CONSOLIDAÇÃO NA TERRA INDÍGENA PARAKANÃ.....	140
6. CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS	173
7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA	179

1. AWAETÉ, O POVO DE VERDADE!

O nome “*Awaeté*” é para muitos pesquisadores a autodenominação do grupo que ficou conhecido na literatura antropológica como “*Parakanã*”. Também é atribuída a outros indígenas do tronco linguístico Tupi, como o Assurini do Xingu da Terra Indígena (TI) Koatinemo. O termo seria como uma autodesignação entre membros de uma classe, como nossa categoria de “índios”. A expressão “*Awa*” tem o significado de “*gente*” e “*eté*” de “*verdadeiro*” ou “*real*”. *Awaeté* tem o sentido literal de “*gente de verdade*”, uma oposição aos “*Akwawa*” que são a “*gente ruim*”, todos os outros não pertencentes a este povo. A denominação “*Parakanã*” foi o nome que passou a ser adotado pelos indigenistas, acredita-se que tal nome foi atribuído aos Parakanã pelos Arara-Pariri, um provável povo da ramificação Arara, hoje já extintos.

Atualmente os Parakanã vivem em duas terras indígenas: Parakanã e Apyterewa. Conforme é possível observar no **Mapa 1**, elas estão separadas por muitos quilômetros, e inseridas em dois contextos distintos. Enquanto a TI Apyterewa é rodeada por outras terras indígenas (Trincheira Bacajá, Koatinemo e Araweté Igarapé Ipixuna), formando uma grande área de preservação próxima ao rio Xingu, a TI Parakanã está “isolada” nas proximidades do rio Tocantins. Essa separação é um reflexo da história recente de ocupação da Amazônia, todavia, a primeira grande divisão Parakanã, que se tem notícia, ocorreu no final do século XIX, ocasionada por divergências que até hoje não foram completamente superadas. No momento do contato, a Frente de Atração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) percebeu os problemas e aldeou os grupos em locais distintos. Para fins didáticos, o antropólogo Carlos Fausto passou a diferenciar os Parakanã como Ocidentais e Orientais, critério que está de acordo com a localização geográfica que ocupavam nas bacias hidrográficas dos rios Xingu e Tocantins. Entretanto, especula-se que os Parakanã formavam junto com outros povos, como os Assurini do Tocantins e os Suruí Aikewara, uma grande nação de língua Tupi que dominou o interflúvio Tocantins-Xingu antes mesmo do “descobrimento” do Brasil. Carlos Fausto (2001) destaca que a guerra foi a principal instituição de relacionamento entre eles, seja por domínio territorial, escassez alimentar, pilhagem de bens e, principalmente, pelo rapto de mulheres.

O grupo Oriental ocupava o território próximo aos afluentes do rio Tocantins e mantinham atividades de caça, coleta e diversificada agricultura. A mobilidade era restrita, o deslocamento das aldeias ocorria apenas com o esgotamento das roças ou devido aos ataques de inimigos. Os funcionários da Fundação Nacional do Índio sediados no Posto de Atração Pucuruí (PAP) só tiveram contato com os Orientais no ano de 1970 (**Figura 1**), quando o Estado intensificou o trabalho de atração dos indígenas que viviam próximos às obras da BR-230 (rodovia Transamazônica).



Figura 1 – Contato da Frente de Atração do PAP com os Parakanã em 1970.
Fonte: FUNAI (1972, p.58).

Já os Ocidentais abandonaram progressivamente a horticultura e se especializaram na caça e na guerra. Frequentaram o Posto de Atração Pucuruí entre 1928 e 1953, quando acumularam grande quantidade de ferramentas de metal e bens industrializados. Estabeleceram-se no alto curso do rio Pacajazinho/Arataú, de onde organizaram incursões contra os Assurini, os Orientais, Xinkrin e Araweté. O rapto de mulheres de distintos grupos, orientações xamânicas, o constante deslocamento pela floresta e o contínuo abandono da agricultura, produziu uma conformação sociocultural e adaptativa ao longo das décadas que os fizeram se distanciar culturalmente de seus parentes Orientais (FAUSTO, 2001).

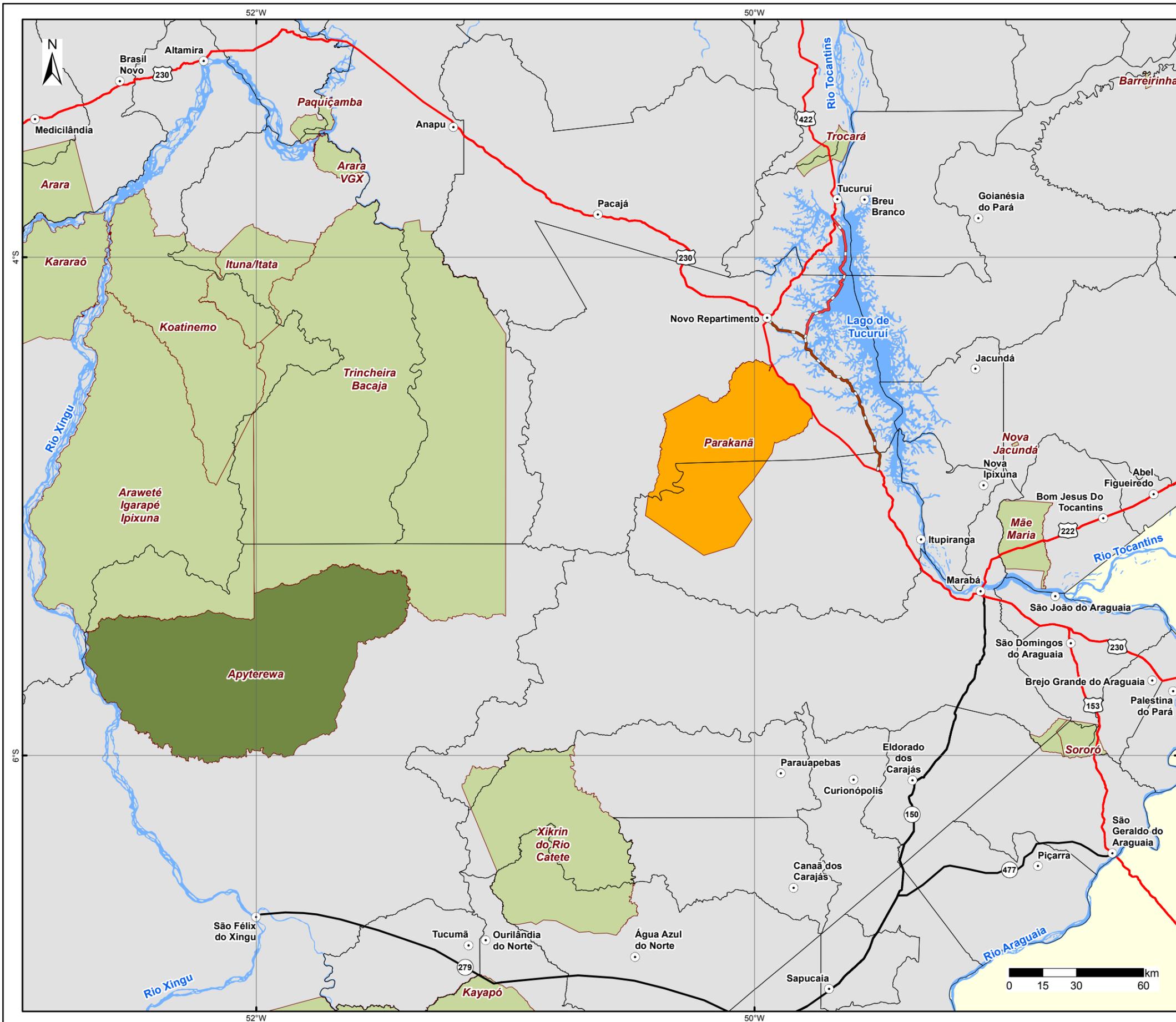
A década de 1970 definiu um novo momento na história dos Parakanã. Primeiramente com o processo de abertura da rodovia Transamazônica, quando a Frente de Atração da FUNAI promoveu o primeiro contato com os Orientais nas imediações do igarapé Lontra, afluente do Bacuri em novembro de 1970. Logo nos primeiros dias de convivência, os indígenas foram assolados por uma epidemia de gripe e contaminados por doenças venéreas. A “pacificação” foi iniciada e se configurou em uma experiência dramática para os Parakanã. Entre as décadas de 1970 e 1980 os Ocidentais foram contatados em diferentes locais, e agrupados em dois acampamentos da FUNAI próximos ao rio Tocantins. Outros dois grupos familiares ainda seriam localizados em 1983 e 1984, e remanejados para um terceiro aldeamento próximo ao rio Xingu. Assim, a TI Parakanã é constituída por Orientais e Ocidentais, enquanto que a TI Apyterewa conta apenas com Parakanã Ocidentais. Aos poucos aumentaram o grau de dependência ao órgão indigenista brasileiro, submetidos a muitas transferências e mudanças de aldeia em um curto espaço de tempo (RICARDO, 1985).

Outro fato importante para os Parakanã que ficaram aldeados na bacia hidrográfica do Tocantins foi o início da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, finalizada em 1984. Os estudos de viabilidade da Central Elétrica do Norte do País S/A (ELETRONORTE), empresa responsável pelo empreendimento, indicavam que a área do reservatório no rio Tocantins afetaria os Parakanã. Os Orientais e Ocidentais foram novamente deslocados e assentados em duas aldeias denominadas de Paranatinga e Maroxewara, respectivamente. Para amenizar os impactos da UHE Tucuruí, a FUNAI em Parceria com a ELETRONORTE promoveu o “Projeto Parakanã” em 1978, remodelado com o nome Programa Parakanã (PROPKN) no final dos anos de 1980. Ao longo dos anos a população Parakanã cresceu, formando novas aldeias com base na descendência das duas primeiras, mesmo assim, as disputas do passado deixaram marcas entre os grupos, que até hoje, mesmo vivendo na mesma terra indígena têm dificuldades de relacionamento. O **Mapa 2** apresenta a localização e o grupo de descendência de cada uma das atuais dezoito aldeias que formam a TI Parakanã, mostrando nitidamente a separação entre Ocidentais e Orientais.

No ano de 2005, após duas décadas de relativa estabilidade o Governo brasileiro iniciou os estudos ambientais para pavimentação da BR-230/PA e da BR-422/PA. Estes estudos tiveram como objetivo realizar a avaliação dos possíveis impactos das obras de pavimentação no contexto local e regional, e indicar programas de mitigação/compensação conforme prevê a legislação ambiental. O Estado novamente deixou de lado os interesses dos povos indígenas, e não realizou estudos específicos sobre os impactos da obra nas terras indígenas. Após disputas judiciais, a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), foi contratada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em 2009 para realizar os Estudos de Componente Indígena (ECI) da BR-230/PA e BR-422/PA. Os ECIs foram avaliados pela FUNAI e considerados aptos para apresentação aos indígenas apenas em 2013.

A nova etapa do processo de licenciamento ambiental ocorreu apenas no ano de 2014, quando o DNIT contratou a Ecoplan Engenharia Ltda. (Ecoplan) para elaborar o Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA) da BR-230/PA e da BR-422/PA. A empresa, que atua no ramo da consultoria especializada, está responsável por elaborar os PBAs para as seguintes Terras Indígenas: Apyterewa, Arara, Arara Volta Grande Xingu, Araweté-Igarapé Ipixuna, Cachoeira Seca, Juruna KM 17, Kararaô, Koatinemo, Kuruaya, Mãe Maria, Nova Jacundá, Paquiçamba, **PARAKANÃ**, Sororó, Trincheira Bacajá, Trocará e Xipaya.

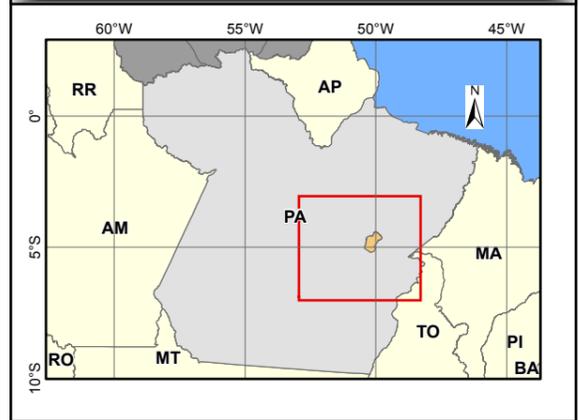
A ideia desta dissertação surgiu durante a participação como Geógrafo na equipe técnica da Ecoplan. O primeiro contato com os *Awaeté* na TI Parakanã ocorreu em outubro de 2014, quando a equipe técnica da Ecoplan chegou ao município de Novo Repartimento para detalhamento do PBA (**Figura 2**). Uma nova oportunidade de campo se deu em novembro de 2015 (quando a Ecoplan apresentou os resultados de consolidação dos PBA aos Parakanã) e em março de 2016, quando em visita a TI Trocará, foi possível coletar informações relevantes para a pesquisa. Também foram importantes os relatos adquiridos no município de Altamira (abril e agosto de 2016), com informantes que conheceram a realidade na época da abertura da Transamazônica ou que tiveram contato com os Parakanã em períodos posteriores.



Contexto Nacional



Contexto Regional



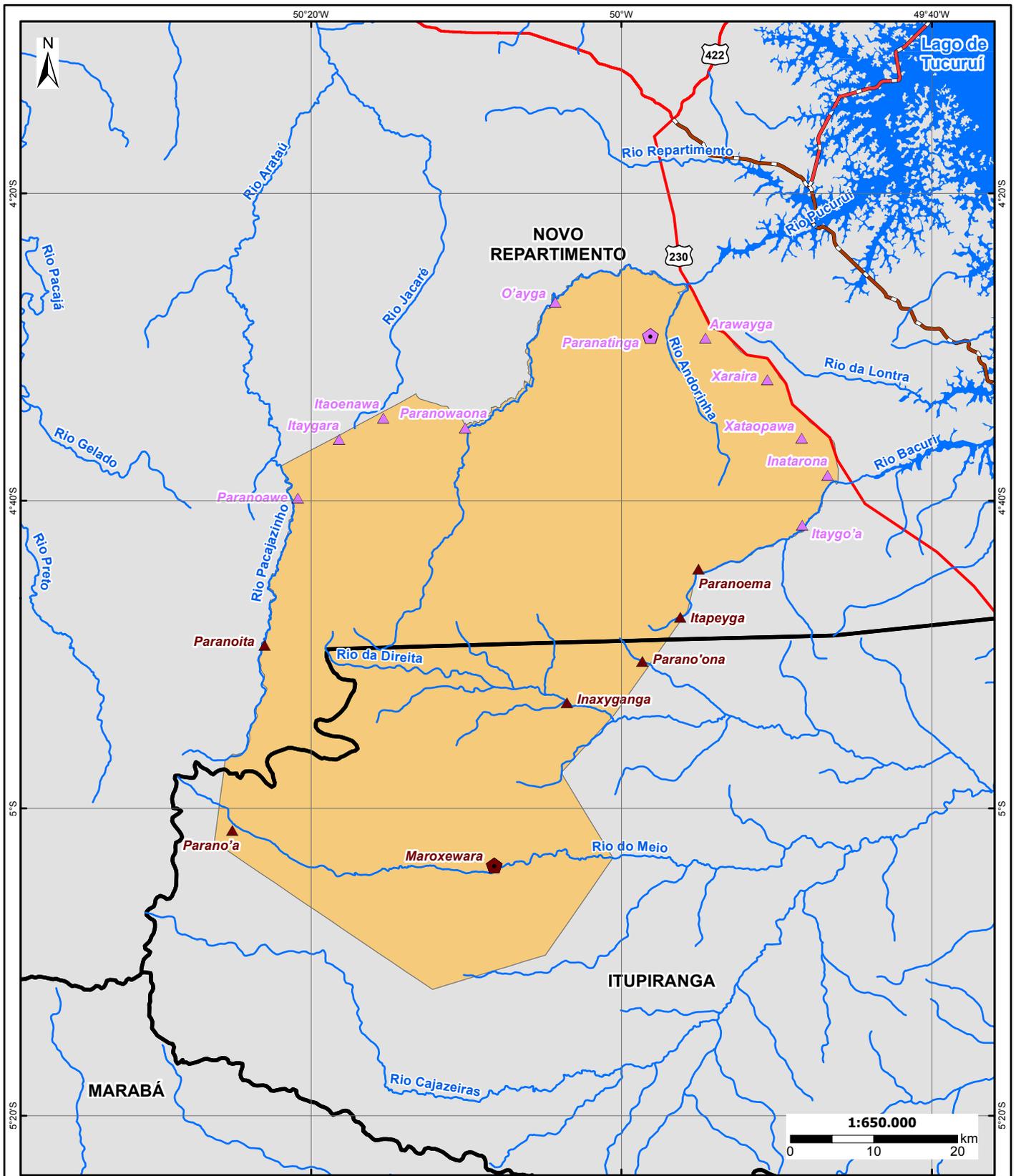
Legenda

- Sede municipal
- Demais Estados Brasileiros
- Pará
- Limite Municipal
- Massa d'água
- Rodovia:
 - Estadual
 - Federal
 - Antiga BR-230
 - Antiga BR-422
- Terra Indígena:
 - Parakanã
 - Apyterewa
 - Outras TIs

Informações Cartográficas

1:1.750.000
 Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: SIRGAS 2000

Mapa 1: Contexto Regional da Terra Indígena Parakanã
 Elaborado por: Rodrigo Wienskosi Araujo em Junho/2017



Legenda:

- Hidrografia
 - Massa d'água
 - TI Parakanã
 - Limite Municipal
 - Rodovia Federal
 - Antiga BR-230
 - Antiga BR-422
- Aldeias Parakanã:**
- Grupo Oriental**
 - Paranatinga
 - Ligadas a Paranatinga
 - Grupo Ocidental**
 - Maroxewara
 - Ligadas a Maroxewara

Mapa 2: Localização da Terra Indígena Parakanã

Elaborado por: Rodrigo Araujo em Junho/2017



Figura 2 – Primeiro encontro com os Parakanã em novembro de 2014.

Fonte: ECOPLAN (2016, p.26).

Com o aproveitamento da experiência de campo adquirida junto a Ecoplan, o anteprojeto de pesquisa foi submetido ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA) no processo seletivo para ingresso no ano de 2015. Com a aprovação na seleção, a pesquisa ganhou corpo ao longo dos meses subsequentes com a orientação do professor Dr. Álvaro Luiz Heidrich. O projeto foi submetido ao “*Exame de Qualificação ao Mestrado*” no dia 23 de junho de 2016 sendo aprovado pela banca de avaliação composta pelas professoras: Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray e Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires; ambas do POSGEA da UFRGS¹.

Todas essas experiências foram fundamentais para o amadurecimento desta dissertação². Além desta introdução e das referências bibliográficas, a dissertação

¹ Também foi fundamental para construção desta dissertação, a troca de experiências com colegas e com os professores das disciplinas cursadas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): Espaço, política e cidadania (Prof.^a Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires); Estudo Temático: Território, sociedade e cultura (Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich); Estudos Fronteiriços: fronteiras e migrações em perspectiva descolonial (Prof.^a Dra. Adriana Dorfman e Prof. Dr. Daniel Ángel Burgeños Etcheverry); Geografia: Teoria e Método (Prof.^a Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray); Metodologia Qualitativa (Prof.^a Dra. Tatiana Engel Gerhardt e Prof.^a Dra. Deise Lisboa Riquinho); Teoria e Prática da Pesquisa Científica (Prof. Dr. Egon Roque Frohlich).

² A pesquisa junto ao POSGEA também rendeu um resumo para a 1ª Semana Acadêmica dos Pós-Graduandos do Instituto de Geociências da UFRGS (SAPIGEO) em agosto de 2015 (ARAUJO, 2015), um trabalho completo para o IV Seminário Nacional Sobre Múltiplas Territorialidades, IV Seminário Internacional Sobre Microterritorialidades nas Cidades: Visibilidades, Escalas Geográficas e Desafios Metodológicos, em novembro de 2016 (ARAUJO, 2016). A apresentação de um resumo

ainda possui outros três capítulos que descrevem como a pesquisa foi construída ao longo destes últimos anos: Em “*PERSPECTIVAS E OBJETIVOS*” está a problemática de pesquisa, a hipótese que motivou a busca de respostas e os objetivos traçados para a construção do presente texto. A “*FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA*” foi organizada através de leituras sobre os conceitos de espaço geográfico e território (com seu tripé territorialidade-desterritorialização-reterritorialização), na legislação indigenista que define as diretrizes do Estados para os povos indígenas e, por fim, nos textos referentes a Amazônia e a transformação territorial que os Parakanã foram submetidos. O capítulo denominado de “*FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS*” demonstra como ocorreu a coleta, redução e tratamentos dos dados da pesquisa, destacando a abordagem qualitativa e a utilização da análise de conteúdo para interpretação dos resultados.

O capítulo de resultados é denominado de “*TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS*” e está organizado em três seções, sendo que cada uma delas descreve alguns desafios que os Parakanã vivenciaram no interflúvio Xingu-Tocantins. A primeira parte é uma tentativa de reconstrução da territorialidade indígena Parakanã, praticada até o período de abertura da rodovia Transamazônica no início dos anos de 1970. O desenrolar da pesquisa mostrou duas formas diferentes de vivenciar o espaço geográfico, onde a territorialidade baseada no “triângulo de ocupação” dos Orientais e nos “*trekking*” dos Ocidentais, foi constituída através de vínculos e práticas territoriais que extrapolavam a ideia de controle e isolamento de uma área. A segunda seção “*DA TERRITORIALIDADE A DESTERRITORIALIZAÇÃO*” mostra que o Estado, ao forçar o aldeamento dos Parakanã, promoveu a desarticulação territorial indígena e quase levou o povo ao extermínio. Neste contexto, o objetivo principal do Estado era consolidar um modelo territorial de ocupação que não aceitava a perspectiva dos povos originários, e defendia os interesses econômicos de alguns atores externos. A última parte dos resultados é desenvolvida através da consolidação da terra indígena Parakanã,

expandido (em formato pôster) no Seminário Perspectivas de Natureza, organizado pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (junho de 2017). Também está previsto a apresentação de um trabalho completo no XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia (ENANPEGE) em outubro de 2017 e uma apresentação na 2ª Semana Acadêmica dos Pós-Graduandos do Instituto de Geociências da UFRGS (II SAPIGEO) em novembro de 2017.

evidenciando que somente a demarcação de uma área não é suficiente para consolidar a territorialidade de um grupo. O contato e as novidades trazidas pela sociedade envolvente foram aos poucos sendo incorporadas ao cotidiano dos indígenas, assim, surgiram novos conflitos, motivações e interesses, que moldaram a forma de agir e vivenciar o espaço geográfico.

O capítulo de “*CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS*” apresenta um resumo dos resultados e alguns apontamentos observados ao longo da pesquisa. Também destaca que a territorialidade indígena é um fenômeno negligenciado por nossa sociedade. A pesquisa mostrou que a ciência geográfica tem muito a contribuir com o tema, colocando em evidência as perspectivas, representações e anseios dos povos indígenas.

2. PERSPECTIVAS E OBJETIVOS

Através da experiência descrita, foi possível perceber o problema que o Estado gerou para os povos do entorno da rodovia Transamazônica. Novos atores chegaram ao interflúvio do Xingu-Tocantins e foram determinantes para a transformação da territorialidade indígena. Os Parakanã foram contatados pela Frente de Atração da FUNAI e tiveram que abandonar seu território construído ao longo de anos de liberdade na floresta, para viver sob a “proteção” do Estado brasileiro. Essa nova realidade trouxe consequências sobre a territorialidade Parakanã e deve influenciar a vida dos indígenas por muitos anos.

Assim, considerando a realidade atual da TI Parakanã, é provável que o processo de aproximação promovido pela Frente de Atração da FUNAI nos anos 1970 tenha promovido a desterritorialização dos indígenas que foram forçados a viver sobre a tutela do Estado. Com o aldeamento e posterior demarcação da terra indígena surgiram novos elementos que transformaram as relações sociais dos Parakanã, gerando a reterritorialização que vem sendo construída com base na sua tradição e na nova condição espacial a que estão submetidos. Essa hipótese é uma resposta provisória ao problema de pesquisa, as páginas subsequentes buscam deixar essa posição mais evidente.

A Frente de Atração do órgão indigenista nacional buscava “apaziguar” os indígenas e garantir as condições para a execução dos projetos de infraestrutura na região Norte do Brasil. O processo de formação das terras indígenas reproduz uma lógica ditada pela legislação oficial, que é estendida a todos os povos indígenas que reivindicam a posse da terra, afetando assim, a percepção espacial dos envolvidos. As atividades mais rotineiras são alteradas (ou transformadas) no contato e na invasão do território, portanto, não são elementos de ordem natural, mas socialmente constituídos, deixando marcas no espaço geográfico.

Essa pesquisa busca aproximar e aprofundar as questões indígenas com o estudo geográfico. Tradicionalmente os trabalhos ligados a esse tema estão associados a outras áreas da ciência, como a Sociologia, Antropologia e/ou Serviço Social. Como os indígenas não estão alheios à sociedade envolvente e ao espaço geográfico, a Geografia é um campo da ciência que pode contribuir de forma ativa e

participativa na compreensão dos estudos relacionados aos povos originários. Podendo relacionar os fatores econômicos e políticos com as questões simbólicas e culturais. A transformação da territorialidade indígena é uma área de estudo que tem muito espaço para avançar. Com as pesquisas centradas na perspectiva dos diferentes atores do espaço geográfico é possível dar maior visibilidade aos diferentes povos originários que lutam pelo direito de existir, seguindo seus próprios conhecimentos e valores simbólicos. Rogério Haesbaert (2013) salienta que é preciso questionar as políticas territoriais de cima para baixo, o processo deveria ser exatamente no sentido inverso.

Assim, mesmo com um território demarcado oficialmente (em condições totalmente novas), os povos indígenas estão construindo novos (ou remodelados) vínculos e práticas territoriais para superar a nova realidade. Por este motivo, o objetivo central da pesquisa foi compreender o processo de transformação da territorialidade indígena Parakanã constituída ao longo dos últimos anos. Para tanto foi preciso reconstruir o território Parakanã no período de contato; compilar e analisar a legislação associada ao processo de demarcação dos territórios indígenas; identificar os atores envolvidos no processo de fixação dos Parakanã no atual território e; verificar as interferências nos vínculos e nas práticas territoriais do povo em questão.

Aparentemente os problemas enfrentados pelos Parakanã são comuns a diversos outros povos indígenas brasileiros. O trabalho foi desenvolvido com uma perspectiva metodológica que pode ser testada e utilizada em outras situações (com outros povos e terras indígenas), valorizando os ensinamentos e experiências compartilhadas dentro do POSGEA. O estudo pode ainda dar visibilidade aos problemas e anseios do povo Parakanã e mostrar que o território vai além da sua materialidade. É verdade que os povos originários têm vivenciado um processo agressivo contra suas práticas territoriais, mas também é verdade que eles encontraram na luta pelo território e na construção de novos vínculos territoriais, os mecanismos para fortalecer sua identidade.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste item são apontados elementos teóricos, base para compreensão e problematização da pesquisa. Estão expostos os principais conceitos que foram (e estão) sendo utilizados para o desenvolvimento do trabalho. A Geografia é uma ciência dinâmica que pode relacionar os fatores econômicos, políticos e ambientais com as questões culturais e simbólicas. Além de possuir uma variedade de conceitos que sustenta suas teorias e métodos. Dificilmente um conceito possui uma abordagem “universal” e, em alguns casos, dois conceitos podem, inclusive, conter o mesmo significado: *“a Geografia se expressou e se expressa suportada por um conjunto de conceitos que, por vezes, são considerados como equivalentes, a exemplo do uso do conceito de espaço geográfico como equivalente ao de paisagem”* (SUERTEGARAY, 2000, p.13). Assim, dependendo das influências teóricas, o mesmo conceito pode ser encarado com diferentes perspectivas (que ora se aproximam, ora se afastam). Entretanto, mesmo com algumas controvérsias (que marcaram discussões acirradas no campo da Geografia) é possível afirmar que essa ciência possui um vocabulário próprio, que sustenta suas teorias e métodos.

O vocabulário geográfico é extenso e atém-se aos fatos com que lidamos nas explicações do emaranhado que é o espaço geográfico. Esses fatos estão predominantemente ligados às feições, aspectos que os diferenciam e remetem à compreensão de suas naturezas. Surgem por nossa experiência e no cotidiano da vida de cada um, diretamente relacionadas com o meio (social e ambiental). (HEIDRICH, 2016a, p.17).

Apesar da afirmação de Paul Vidal de La Blache que a Geografia *“é a ciência dos lugares e não dos homens”* o pensamento geográfico adotou com o passar dos anos uma concepção que busca integrar o Homem à Natureza. Desta forma, o objeto da geografia está centrado na relação homem-meio: *“neste momento, parte da Geografia passa a preocupar-se com o espaço geográfico, entendendo-o como o resultado das formas como os homens organizam sua vida e suas formas de produção”* (SUERTEGARAY, 2000, p.17). Ao trabalhar com o espaço geográfico é necessário frisar que este *“constitui o conceito balizador da Geografia”* (SUERTEGARAY, 2000, p.28) que absorve e é absorvido por diversos outros: Lugar, Paisagem, Território e Ambiente. Todos eles fazem parte do espaço geográfico, por isso, é a partir da sua compreensão que o estudo da Geografia deve iniciar, pois o

“espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem e ou território, e ou lugar, e ou ambiente” (SUERTEGARAY, 2000, p.31).

Desta forma, partindo do conceito de espaço geográfico, dos objetivos traçados e da problemática de pesquisa, o referencial bibliográfico apresenta informações relevantes para compreender o processo de transformação da territorialidade indígena Parakanã. A fundamentação teórica está organizada em três tópicos que estão relacionados: Conceitos Fundamentais: do Espaço Geográfico a Territorialidade; Amazônia e a Ocupação Territorial; A Legislação Indigenista.

3.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS: DO ESPAÇO GEOGRÁFICO A TERRITORIALIDADE

O espaço geográfico é um conceito que contém e é contido pelas demais instâncias, como por exemplo, a econômica, a cultural-ideológica e política-institucional. Milton Santos (1985) mostra que o espaço não pode ser pensado apenas através da sua materialidade, os objetos têm ainda, forma, processo e função, que se modificam no tempo. Ou seja, é um movimento dialético, onde: *“Esses processos, resolvidos em funções, se realizam através de formas. Estas podem não ser originalmente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial”* (SANTOS, 1985, p.2), que fazem sentido no âmbito da sociedade porque estão em constante mudança de significados. Pensar desta forma é romper com a ideia de estabilidade do espaço geográfico:

Neste contexto, o espaço geográfico é a coexistência das formas herdadas (de uma outra funcionalidade), reconstruídas sob a nova organização com formas novas em construção, ou seja, é a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente (SUERTEGARAY, 2000, p.18).

Adotando essa perspectiva é possível aceitar que existem forças verticais que atuam diretamente no espaço geográfico (como por exemplo, os interesses de atores internacionais), mas também existem aqueles fatores mais localizados, como a percepção que o indivíduo tem do espaço geográfico. São dimensões que se complementam e em nenhum momento se anulam.

O geógrafo Milton Santos (1985) ainda mostra que existem diferentes elementos do espaço geográfico: os homens, as firmas, as instituições, o meio

ecológico e as infraestruturas. Assim, o homem tem um papel importante na sua constituição, mas não podemos acreditar que cada indivíduo atua da mesma forma no espaço. Existem aqueles que estão ligados aos interesses das grandes corporações (que possuem o grande capital e influência política) e outros voltados para os interesses sociais e coletivos (os movimentos quilombolas, indígenas, feministas e etc.). Cada um deles com motivações próprias, atuando conforme suas bases (históricas e sociais), que estão em constante reformulação:

O que nos interessa é o fato que a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. (...). Desse modo, os elementos do espaço devem ser considerados como variáveis. Isso significa, como o nome indica, que eles variam e mudam de valor segundo o movimento da História. Se esse valor lhes vêm das qualidades novas que adquirem, ele também representa uma quantidade. Mas a expressão real de cada quantidade é dada como um resultado das necessidades sociais e de sua gradação em um dado momento (SANTOS, 1985, p.9-10).

O espaço geográfico para Milton Santos (1978, p.137) “é a *matéria trabalhada por excelência*”. Marcelo Lopes de Souza reforça que o espaço geográfico é a expressão da primeira natureza, trabalhada e reorganizada, formando a segunda natureza que:

abrange desde a materialidade transformada pela sociedade (campos de cultivo, infraestrutura, cidades, etc.) até os espaços simbólicos e as projeções espaciais do poder, que representam o entrelaçamento dos aspectos imaterial da espacialidade social. Desse ponto de vista, a natureza que importa não é em primeiro lugar, aquela das forças naturais, (processos físicos, químicos e biológicos, e sua concretização como processos de modelagem da superfície terrestre), mas sim a ‘natureza-para-a-sociedade’. Aqui o espaço geográfico é, portanto, um espaço verdadeiramente social, e as dinâmicas a serem ressaltadas são as dinâmicas das relações sociais (ainda que sem perder de vista as dinâmicas naturais e seus condicionamentos relativos). (SOUZA, 2013, p.31).

Quando pensamos em uma terra indígena, focalizamos imediatamente nas questões da “primeira natureza”. O indígena é encarado com um ser natural (ainda predomina a ideia do “bom selvagem”), desconectado da realidade social capitalista, vivendo em perfeita harmonia com a natureza. Mas a perspectiva dos autores citados acima mostra que essa visão não cabe mais no pensamento geográfico. A constituição das terras indígenas ocorre no contexto da exploração capitalista da Amazônia onde o homem busca, por exemplo, abrir estradas (infraestruturas) para

conseguir ter acesso aos recursos naturais que serão transformados em mercadorias e conseqüentemente em capital.

Tanto o “homem branco” como os indígenas estão vivendo no mesmo espaço, mas percebem cada situação de forma diferente. A realidade vivida (tempo vivido) pelos indígenas, se confronta com o tempo da sociedade envolvente e com o tempo das coisas (infinidades de bens e produtos que agora estão ao seu alcance e que não faziam parte da sua realidade). A temporalidade indígena é afetada por fatores (físicos e sociais) externos. A realidade na aldeia começa a se misturar e se modificar com base nas novas relações.

A temporalidade se funda em duas constatações do nosso vivido. A primeira é a da nossa percepção da mudança. Nossa relação a seres e a lugares. Ver o corpo imóvel ou em movimento desvenda esses fenômenos dinâmicos. O segundo é a da onipresença de nossa memória e das lembranças que a habitam. Tanto um como outro não é o que gera a relação assombrosa e vital que nos liga ao tempo? (DI MÉO; BULÉON, 2007, p.1-2)³.

As construções sociais ultrapassam o individual, são coletivas. Primeiramente o indígena interagia com os membros do seu povo e/ou com aldeias próximas (relações específicas e objetos comuns a todos), com o contato, surgem novos atores (e objetos) com quem traçam novas relações. Esse contato gera um terceiro tipo de relação que é diferente da relação “indígena-indígena” e da “branco-branco”, essas relações originam novas temporalidades:

Na escala do indivíduo, com a possibilidade de conservar imagens de si, dos seus próximos, seus lugares de vida, modifica-se a percepção do tempo. Na escala da sociedade, as construções sociais possuem temporalidades que lhe são próprias. Sua duração, sua evolução e ritmo de suas evoluções são particulares. Elas têm a ver com o tempo de seus atores. Elas são feitas de sua imaginação, representação e ação. Mas isso é essencialmente o resultado da ação do homem, do número de construções que lhe ultrapassam, seu sobreviver. Referimo-nos a uma das formas do poder da imaginação criativa dos humanos. Além disso, supera-se o ator individual, o ator coletivo encontra diante dele construções sociais cujos primeiros já desapareceram. Esses edifícios podem conhecer temporalidades de diversas durações: menores que uma geração, equivalentes a uma geração e correspondentes a várias gerações. (DI MÉO; BULÉON, 2007, p.2)

³ A tradução livre do texto de Di Méo e Buléon (2007) foi realizada por: Álvaro Luiz Heidrich e Nola Patrícia Gamalho.

Avaliando desta forma, cada grupo específico produz sua própria forma de ver e pensar o espaço geográfico. É através das relações sociais entre os pares que condicionamos o pensamento geográfico coletivo, todavia, essa relação coletiva não anula a posição individual. As relações sociais acabam moldando o espaço geográfico e produzem embates culturais, principalmente, quando grupos distintos entram em contato. Henri Lefebvre (2008) mostra que não devemos buscar um início ou fim do processo, mas encarar tudo como uma transformação contínua. Assim é possível pensar que quando dois grupos entram em contato, estão na verdade, passando por processos de transformação e adaptação mútua.

A maioria dos povos indígenas já não busca o isolamento total, perceberam que possuem relações com os “homens brancos”, que podem ser pessoais/afetivas/simbólicas, ou mesmo, motivadas por necessidades materiais. As relações são formadas por diferentes grupos sociais através de uma diversidade de posições. Para Milton Santos (2012) o espaço geográfico representa a união destes objetos e ações tomadas em conjunto, fazer uma separação completa, só seria possível se considerarmos o espaço como algo redutível à materialidade. Milton Santos vai além, citando Bruno Latour, destaca que essa separação que busca criar “conceitos puros” é uma característica da modernidade, assim não poderíamos trabalhar pensando em amarrar o conceito de espaço apenas nas questões sociais ou nas questões físicas. Pois é impossível compreender a situação atual dos indígenas sem considerar os objetos criados (eles frequentam as escolas, vão aos postos de saúde e conversam com os moradores locais) e aqueles que fazem parte *a priori* destes grupos, como: a floresta, os rios e todas as demais características naturais que sempre fizeram parte do seu cotidiano. Portanto, é uma relação em conjunto, que separadas, acabam descontextualizadas e sem sentido prático.

Diferentes grupos sociais têm seus espaços sobrepostos e inter-relacionados, em determinados momentos este contato gera diversos conflitos, como no choque de interesses entre a sociedade envolvente e os indígenas. Colonizadores e indígenas vivem no mesmo espaço geográfico, com particularidades e contradições:

o espaço comum às atividades diversas e parcelares, no quadro imposto da sociedade burguesa, é um esquema do qual essa sociedade se serve para tentar constituir-se em sistema, para atingir a coerência. Como? Mascarando suas contradições, aí incluídas as do próprio espaço, esse caráter ao mesmo tempo global e pulverizado, conjunto e disjunto. A

estratégia de classes tenta assegurar a reprodução das relações essenciais através do espaço inteiro. Nessa hipótese, não há espaço absoluto, seja vazio, seja pleno, a não ser para o pensamento filosófico-matemático. O espaço mental e social é um espaço específico, portanto, qualificado, mesmo se não percebido como tal. É uma realidade da produção numa sociedade determinada, no seio da qual contradições e conflitos se manifestam. (LEFEVBRE, 2008, p.56).

Essa visão de espaço geográfico nos leva ao conceito de território, que pode ajudar a compreender a realidade espacial nas terras indígenas. Marcelo Lopes de Souza destaca que o território é um conceito que sempre é considerado como uma porção material da superfície terrestre. Mas “*como uma projeção espacial de uma relação de poder, o território, é no fundo, em si mesmo uma relação social*” (SOUZA, 2013, p.33). O território é sempre pensado com base na sua condição visível e cartografável (como as fronteiras desenhadas nos mapas), mas o território é também uma relação social diretamente espacializada (SOUZA, 2013).

A distinção entre espaço e território apresentada no início do texto “*Por uma Geografia do Poder*” de Claude Raffestin (1993) enquadra-se muito bem para os estudos indígenas. O território forma-se a partir do espaço, diz o autor. Cada indígena vivenciava o espaço, com mobilidade particular e concepções territoriais baseadas nas suas relações com outros povos indígenas. Com a delimitação e a apropriação de “fatias territoriais” (processo que surge após o contato forçado com o branco), os povos indígenas tiveram que se adaptar as novas regras impostas, garantindo assim, novos mecanismos de sobrevivência.

A geógrafa Dirce Suertegaray (2000) reforça que o território é encarado como uma produção, sustentado por relações sociais, modos de produção, utilidades sociais e valores simbólicos. Categorias que só fazem sentido quando pensamos o espaço geográfico como um todo. O território ajuda a explicar (e é explicado) pelas relações dentro do espaço geográfico, que está relacionado com todas as outras categorias fundamentais: lugar, paisagem, ambiente e etc. Essa visão ultrapassa a ideia de que território é apenas uma “delimitação” do espaço geográfico ou uma simples “relação de poder”. Assegura que o território seja construído também com base no ponto de vista do “vivido e vivenciado”, amplia o escopo básico “delimitação e poder” para outras questões que fazem parte da construção territorial/espacial (SOUZA, 2013). A terra indígena faz parte do que Claude Raffestin (1993) chama de

conjunto de nós e redes organizadas hierarquicamente, permitindo o controle sobre tudo que pode ser distribuído e possuído.

A materialização do território, com a necessidade de limites não se enquadra na perspectiva dos povos tradicionais, mesmo assim, eles foram obrigados a se apoiar na demarcação – muitas vezes como a única maneira de garantir a sobrevivência e o vínculo com a terra. São condições que o Estado brasileiro impôs sobre os povos originários. Os indígenas passaram a atribuir novos valores sociais (um poder simbólico/cultural) a essa nova realidade, é através dela que tentam resgatar seu passado e fortalecer os vínculos com o território conquistado por mecanismos legais.

Consequentemente, precisamos considerar que um território jurídico, um território econômico e até um território “ambiental” seguem lógicas diferentes com base em características espaciais específicas. Diante desta constatação, mostra-se que a atual compreensão geográfica de território na sua vertente materialista, apenas como “apropriação” e “significado de identidade”, é extremamente restrita. Aplainam-se e até “territorializam-se” (no sentido de Deleuze/Guattari) no território-conceito os espaços múltiplos, sem maior diferenciação, seguindo os mecanismos adotados e criados pelo sistema capitalista e o Estado moderno. (SAHR; SAHR, 2008, p.157).

A terra indígena (delimitada) é a forma que o Estado encontrou para legitimar outros processos no seu entorno, o território indígena representa as relações existentes entre diversos atores: pelo menos os interesses do povo Parakanã e as intenções do Estado. É nessa complexidade de relações, entre diferentes atores, que o território é constituído. Não existe território para um único ator, porque:

O ator não é mais uma pessoa em geral; é uma pessoa que age. É por vezes uma realidade mais ampla, um ‘actante’, no sentido genérico do termo. A palavra ‘actante’ designa uma instância, uma entidade identificável: indivíduo, mas também coletividade, organização, etc. um operador genérico dotado de uma capacidade de agir. (...). Com efeito, se uns e outros agem pouco, o ator é por definição mais ativo e mais autônomo que o agente. Ele dispõe de um agir, mas também de um poder. É exemplo o prefeito, o conselheiro geral ou regional, o chefe da empresa, o diretor de um estabelecimento público ou privado. Eles agem próximo do actante. O ator age, pois sua função é agir: ele gera, ele desenvolve infraestrutura e a economia de um território. O ator realiza tudo consciente e deliberadamente. O termo agente, por sua vez, ‘qualifica apenas os atores mais falíveis (...) um pouco subalternos’ (BRUNET, 1992). O Agente é qualquer tipo de homem ou de mulher ordinários, sem qualidades específicas. (DI MÉO; BULÉON, 2007, p.9).

Todos os atores envolvidos estão sempre em movimento, modificando o espaço geográfico de acordo com sua dinâmica territorial:

É assim que numerosos atores e agentes sociais se espacializam, se territorializam, na medida onde a relação privilegiada (de designação, apropriação, qualificação) que eles mantêm com seu espaço de ação transforma-o em território. Mais globalmente, chamar-se-á ator ou agente territorializado todo homem ou toda mulher que participa de forma intencional de um processo com implicações territoriais. Em um sentido mais amplo essa implicação pode revestir-se de várias formas, das mais triviais (delimitação de uma parcela, edificação de uma casa, no caso do agente mais que o ator) aos mais fundamentais: criação de uma cidade, de uma barragem, de uma rede de transportes. É dizer que raros são os indivíduos e as pessoas que não preenchem um dia ou outro a função de ator ou de agente territorializado. Esses atores e agentes contribuem para a constituição de territórios. Eles os constroem por suas ações: sem ator não há nada de geografia, tampouco território haverá mais.

(...) Essa capacidade individual e coletiva dos atores em transformar o espaço geográfico espousa os caprichos do tempo. (DI MÉO; BULÉON, 2007, P.10)

Os atores sociais têm objetivos e pensamentos diversos, Di Méo e Buléon (2007) apresentam três tipos principais: Endógenos (originário e impregnado com lugar), Exógenos (aquele que tem um olhar utilitarista do território) e os Transicionais (evoca entrementes uma situação intermediária). Na Terra Indígena Parakanã é possível identificar (rapidamente sem nenhum aprofundamento) os três diferentes atores, respectivamente: Os indígenas, os funcionários da FUNAI e os moradores que vivem no entorno do território e se relacionam com os Parakanã (principalmente os comerciantes). Na categoria de agente, seria possível enquadrar os demais moradores locais, que estão alheios aos indígenas.

O ator sempre é competente, interativo e capaz de flexibilidade, uma intervenção muito forte sobre o território traz consequências para todos os envolvidos. Um ator exógeno atuante, por exemplo, pode “*agravar os efeitos de dependência, dominação exterior, instrumentalização dos lugares pelas forças, buscar renda ou exercer um poder*” (DI MÉO; BULÉON, 2007, p.11). Enquanto os atores Exógenos e Transicionais têm uma relação mais afastada, o ator Endógeno tem no território as marcas das suas representações, seus comportamentos, suas práticas e suas interações. Estas marcas configuram a territorialidade dos atores Endógenos no território.

A territorialidade faz aflorar as diferentes identidades do ator, “às vezes pessoais e coletivas. (...) as territorialidades jogam com várias escalas do território, elementos de paisagens que correspondem a verdadeiras mediações simbólicas” (DI MÉO; BULÉON, 2007, p.14). São as práticas cotidianas que forjam as

territorialidades, no caso da TI Parakanã, os indígenas são forçados a criar novos vínculos territoriais que são diferentes da realidade que estavam acostumados. Surgem novos atores com quem passam a interagir, suas referências espaciais são alteradas e transformadas com as novas condições. Os vínculos territoriais, construídos ao longo de vários anos, são substituídos por novas perspectivas (agora ancorados na demarcação das terras indígenas).

A noção de territorialidade tem sua origem no campo das ciências naturais, para dar conta de comportamentos ecológicos dos organismos. A territorialidade humana por sua vez, se destaca na literatura sendo abordada por Robert Sack (2013) como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar recursos e pessoas. A territorialidade pode ser ligada e desligada. Ou seja, a territorialidade é expressa com estratégias enraizadas social e geograficamente:

De modo unânime, porém entende-se a relação geradora do território e da territorialidade como aquela que envolve poder. É visto como poder indireto sobre os outros, por meio da criação do território e é visto como uma relação que impregna a interioridade dele, assim como também remete as relações dele com o que lhe é externo. (HEIDRICH, 2008, p.274).

A territorialidade é construída através dos vínculos territoriais que são transformados constantemente. Nossa percepção das condições que nos rodeiam modifica nossa forma de atuar no espaço geográfico, se não fizéssemos alterações na nossa territorialidade ficaríamos parados no tempo, enquanto tudo ao nosso redor se modifica:

a territorialidade é uma construção a partir do estabelecimento de vínculos, em que o objetivo do vínculo é acercar-se e dominar uma extensão ou participar dela. O elo que se estabelece com o território é o que diz se um ator tem controle sobre a área ou se tem acesso e participa daquilo que sua extensão proporciona. Os vínculos territoriais são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. Dependem, portanto, de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos da integração socioespacial que nos dirá sobre a sujeição a tais, que implique em desterritorialização e re-territorialização dominantes ou, construção de territorialidades autocentradas. (HEIDRICH, 2008, p.276).

Assim, os vínculos territoriais que os indígenas possuíam antes do período de contato com a sociedade envolvente, precisam ser reorganizados quando se deparam com a necessidade de demarcar suas terras. Novos vínculos territoriais são construídos para vivenciar a terra indígena, a prática territorial, é formada

através das relações que eles fazem dentro e fora da área demarcada. Desta forma, o território indígena está além da demarcação da terra, nas práticas e nos vínculos territoriais elaborados no cotidiano, e nas relações com os diferentes atores que tem contato:

Permite-se ver assim, que o território é antes de um fato consolidado, uma relação e, por isso, está sujeita a instabilidades e posições que não lhe são concordantes, aquilo que lhe sustenta, seus elos constituintes também são fixos, absolutos. A territorialidade que lhe dá origem, ainda não consolidada, terá na criação dos elos entre o ator e o espaço, a possibilidade de existência. (HEIDRICH, 2008, p.277).

A territorialidade é ligada à ideia de território, atrelada aos sentidos que o ator dá ao lugar e se manifesta como um tipo específico de poder, que objetiva a delimitação espacial para um determinado fim. Evidenciando a tentativa de controle no espaço geográfico (SACK, 2013). Claude Raffestin reforça que:

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p.158-159).

Assim a territorialidade é um processo de vivenciar o espaço geográfico. Rogério Haesbaert destaca que a territorialidade está em constante transformação e não está associada apenas à fixação de um grupo no território. Vários povos indígenas são caracterizados como nômades, fato que não pode ser considerado como um indicativo de ausência de territorialidade “*até porque não se trata de um movimento pelo movimento*” (HAESBAERT, 2004, p.242). Além disso, a fixação de grupos sociais em um território não implica na formação de territorialidade, assim como a mobilidade não é sinônimo de desterritorialização:

É interessante como podemos perceber mesmo uma inversão de processos: enquanto antes “territorializar-se” envolvia definir fronteiras e controlar espaços contínuos, bem delimitados, agora estas delimitações e fixações podem apresentar mais “desterritorializações” do que territorialização. Nossos territórios são construídos mais no movimento e na descontinuidade do que na fixação e na continuidade. Quem não participa dos movimentos “globais” e se situa numa condição mais “imóvel” – ou numa mobilidade insegura e “sem controle” – pode estar mais vulnerável à desterritorialização. (HAESBAERT, 2004, p.252-253).

A territorialidade é o “*exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço*” (SOUZA, 2013, p.102). É mais importante que “*as formas concretas que construímos são as relações com as quais nós significamos e ‘funcionalizamos’ o espaço, ainda que num nível individual*” (HAESBAERT, 2004, p.50). São essas relações que proporcionam os processos ligados a territorialização (desterritorialização e reterritorialização). Nenhum destes processos deve ser encarado como positivo ou negativo: “*o princípio da territorialidade não implica necessariamente exclusão ou conflito em relação a outras territorialidades, mas apenas quando coincidir o objetivo de ocorrência*” (HEIDRICH, 2008, p.273). São relações produzidas entre os atores sociais (indígenas, moradores locais, funcionários da FUNAI e etc.) que transformaram a realidade territorial dos Parakanã.

De saída, entretanto, colocam-se duas ressalvas importantes: desterritorialização, ao contrário de “exclusão social”, não tem uma valoração exclusivamente negativa (ver, no seu extremo oposto, algumas proposições de Deleuze e Guattari, que vêem na desterritorialização como “linha de fuga” um sentido amplamente positivo, por seu potencial transformador, criador, de “devir”); com a desterritorialização está vinculada, aqui, a uma noção de território ao mesmo tempo como dominação política-econômica (sentido tradicional) e apropriação ou identificação cultural (sentido simbólico), e reconhecemos que todo processo de desterritorialização está associado a um processo de reterritorialização, podemos ter situações em que, apesar de “territorializados” no sentido funcional, mais concreto, podemos estar mais desterritorializados no sentido simbólico-cultural, e vice-versa; a exclusão como desterritorialização deve ser vista então, também, na sua múltipla dimensão, econômica-política e simbólico-cultural. (HAESBAERT, 2004, p.312-313).

Portanto, são as relações entre os diferentes atores que devem ser analisadas e julgadas no processo de desterritorialização e/ou reterritorialização, pois a territorialidade é extremamente dinâmica e sujeita a variações (adaptações) no tempo e no espaço. O espaço geográfico é uma esfera de múltiplas possibilidades (permite múltiplas territorialidades), com constante organização e destruição de territorialidades. Assim, desterritorialização e reterritorialização são processos que não existem dissociados (HAESBAERT, 2011). A realidade atual dos Parakanã está relacionada diretamente a estes dois fenômenos e é resultado (e não condição) das relações entre os indígenas e os demais atores no espaço geográfico.

3.2 A LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

O contexto atual apresenta uma série de pressões sobre a constituição dos territórios indígenas, justamente porque os atores envolvidos têm concepções totalmente diferentes. A expansão da fronteira produtiva do país para as áreas mais afastadas dos grandes centros históricos tem gerado disputas entre interessados nos lucros dos grandes empreendimentos e os povos originários. O principal conflito gira em torno de quem tem o direito ao uso do território. Manuela Carneiro da Cunha mostra que a história oficial omite que os povos indígenas tinham o direito ao território em registro documental: “*Alvará de 1º de abril de 1680 afirma que os índios são ‘primários e naturais senhores’ de suas terras, e que nenhum outro título, nem sequer a concessão de sesmarias, poderá valer nas terras indígenas*” (CUNHA, 1994, p.127). Outro problema recorrente, diz respeito ao pluralismo na organização social indígena, segundo a FUNAI e a organização GIZ⁴:

Os povos indígenas do país têm formas próprias de organização social e política. O Brasil possui uma das maiores sociodiversidades do mundo, com aproximadamente 896 mil pessoas distribuídas entre 305 povos indígenas, e falantes de mais de 274 línguas diferentes. Cada uma dessas sociedades estabelece entre si suas regras de convivências, normas e sanções – ou seja, suas próprias leis. (FUNAI; GIZ, 2013, p.16).

No senso comum essa diversidade social é usada para justificar a exploração, mas este argumento não encontra nenhuma base legal para se sustentar (PACHECO DE OLIVEIRA, 1995). O Governo brasileiro precisou ao longo dos anos administrar diversos conflitos internos com os povos originários que viviam espalhados por todas as regiões do país. As missões de Cândido Rondon⁵ aos sertões do Brasil tinham, entre tantos interesses, o objetivo de contatar os indígenas

⁴ A *Deutsche Gesellschaft Für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) é uma organização internacional que tem como foco projetos voltados para proteção e uso sustentável das florestas tropicais, nas energias renováveis e na eficiência energética. Com parcerias no Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ) e o Ministério Federal do Meio Ambiente do Brasil (MMA). Informações disponíveis em: <https://www.giz.de/en/worldwide/12055.html>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

⁵ Cândido Mariano da Silva Rondon, mais conhecido como Marechal Rondon, foi um militar brasileiro, que entre tantas atividades, dedicou-se a exploração do Cerrado e da Amazônia brasileira. No final do século XIX e início do século XX liderou diversas expedições que buscavam o contato com os povos originários isolados nestas regiões: “*Foi a chamada doutrina de proteção fraternal ao silvícola, sistematizada, divulgada e colocada em prática pelo engenheiro-militar Candido Mariano da Silva Rondon, primeiro dirigente do SPI*” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1995, p.65).

que viviam nas áreas de menor interesse econômico. O Governo estava interessado em amenizar os conflitos e:

Sua defesa da população indígena é comumente interpretada como tendo sido motivada por razões humanitárias, o que, no nível pessoal, não deixa de ser uma verdade. Contudo, para o Governo brasileiro, empenhado em solucionar questões territoriais e preocupado com os possíveis resultados políticos da escravização e/ou eliminação dos índios, a questão do assentamento das tribos indígenas foi interpretada como uma necessidade (MACHADO, 1997, p.27).

Assim, o Governo percebeu que era necessário promover uma política nacional para regularização dos povos indígenas e, através da constituição do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910⁶ – substituída pela Fundação Nacional do Índio em 1967⁷ – iniciou as medidas para formação dos territórios indígenas.

Em um amplo processo de discussão a Constituição Federal de 1988 buscou acabar com a carga de preconceito que existia sobre os povos originários. No artigo 231 acolheu a diversidade existente no país, rompendo com opiniões preconceituosas, reconhecendo o direito à pluralidade étnica e destinou aos indígenas mecanismos legais de respeito as suas tradições (FUNAI, GIZ, 2013):

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988).

Embora as diferentes formas de organização sejam garantidas na constituição, os direitos indígenas não encontram paralelo de igualdade no seio da sociedade. Os territórios são questionados, principalmente, por atores que tem interesses econômicos nas áreas tradicionais. Desta forma, é importante salientar que o direito de igualdade étnica é uma política do Estado, que muitas vezes é descumprida, por políticas de Governo que tem interesses ligados a atores da sociedade envolvente. Portanto, existe uma distinção entre Estado e Governo. O Estado é aquele que deve proporcionar o direito de igualdade entre todos os seus

⁶ O Serviço de Proteção ao Índio foi criado no governo do Presidente Nilo Peçanha através do Decreto-lei nº 8.072, de julho de 1910.

⁷ A Fundação Nacional do Índio foi criada pela Lei nº 5.371, de 5 de janeiro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, entidade com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, é o órgão federal responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira em cumprimento ao que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988. (FUNAI; GIZ, 2013, p.44).

cidadãos da sociedade civil, nas suas mais diversas formas de organização social. O Governo diz respeito aos legisladores que momentaneamente administram o Estado, ou seja, são aqueles que deveriam garantir os direitos da sociedade civil sem privilegiar nenhum tipo de grupo social (FUNAI; GIZ, 2013).

O processo de demarcação das terras indígenas no Brasil é uma política de Estado que passa por critérios descritos na já referida constituição, na Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio) e no Decreto nº 1.775 de 8 de janeiro de 1996, até ser sancionada pelo Poder Executivo. No Estatuto do Índio, o Título III é dedicado exclusivamente as “Terras dos Índios”, onde está garantido o direito exclusivo ao território e o ressarcimento a prejuízos de extrema necessidade de realocação, além de constar os diferentes tipos de territórios indígenas, que atualmente são classificados pela FUNAI da seguinte forma:

Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas: São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

Reservas Indígenas: São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Existem terras indígenas, no entanto, que foram reservadas pelos estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de ocupação tradicional.

Terras Dominiais: São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

Terras Interditadas: São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96⁸.

Outro mecanismo legal importante para os povos indígenas é a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 7.747, de 5 de junho de 2012:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições físicas e culturais

⁸ Informações disponíveis segundo a FUNAI em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente. (BRASIL, 2012)⁹.

O PNGATI foi a política que o país institucionalizou visando se adequar a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na qual o Brasil se tornou signatário¹⁰. A partir da Convenção 169, os povos tradicionais têm assegurado uma série de direitos, mecanismos de proteção e a participação nas decisões que envolvem questões que afetam seu modo de vida, como está expresso no artigo 12:

Os povos interessados deverão ser protegidos contra a violação de seus direitos e deverão poder mover ações legais, individualmente ou por meio de seus órgãos representativos, para garantir a proteção efetiva de tais direitos. Medidas deverão ser tomadas para garantir que os membros desses povos possam compreender e se fazer compreender em processos legais, disponibilizando-se para esse fim, se necessário, intérpretes ou outros meios eficazes. (BRASIL, 2004).

A Convenção 169 foi organizada em 7 de junho de 1989 na septuagésima primeira seção da OIT. Neste momento foram reavaliadas e reforçadas as recomendações sobre as populações indígenas e tribais. Na convenção está a recomendação do processo de autoreconhecimento como um mecanismo fundamental para a determinação e constituição das terras tradicionais, além de associar a ideia de “terra” ao conceito de território, como uma forma de garantir a sobrevivência dos povos envolvidos, no artigo 14:

Deve-se-à reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Neste particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes (BRASIL, 2004).

Como é possível perceber, a Convenção 169 não considera o território tradicional restrito apenas aos limites demarcados. Também reforça que o Estado deve pensar formas legais de garantir a circulação dos povos indígenas e tribais.

⁹ Informações disponíveis segundo a FUNAI em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato201114/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

¹⁰ O texto foi aprovado através do Decreto Legislativo nº143, de 20 de junho de 2002. E o Decreto Presidencial nº 5.051, de 19 de abril de 2004, promulga a Convenção nº 169 da OIT.

Cicilian Sahr e Wolf-Dietrich Sahr (2008) destacam que a convenção mostra o caráter natural/cultural do território:

A visão territorial da Convenção mostra que se pressupõe uma relação natural/cultural entre “povo”, “a terra” e “os costumes” (os últimos com leis consuetudinárias). Desta maneira, a concepção afirma claramente as especialidades do Estado-nação. Contudo, como a própria história do conceito “territorium” demonstrou, esta compreensão é relativamente recente em termos epistemológicos (ainda com conotações euro- e até latino-ciências). Juntam-se a idéia de um espaço materialista e a idéia de um espaço produtivo e dominado. (SAHR; SAHR, 2008, p.153).

Contudo, a legislação brasileira está voltada apenas para a demarcação física da área, e de certa forma, ignora as particularidades territoriais de cada povo. Cicilian Sahr e Wolf-Dietrich Sahr (2008) ainda mostram que o Estado, com seu ímpeto de “regularização jurídica e de proteção territorial”, acaba excluindo outras formas de territorialidade que estão fora dos limites estabelecidos. Outro ponto que merece ser destacado é que a legislação que defende a demarcação com a participação indígena é recente, as leis avançaram através dos equívocos cometidos e muito pela pressão dos povos originários para garantir seus direitos históricos.

Atualmente o processo administrativo de demarcação dos territórios indígenas passa por fases que podem demorar muitos anos na justiça brasileira, pois as etapas podem ser contestadas e reavaliadas judicialmente. Segundo a FUNAI o processo de criação das terras indígenas segue o seguinte caminho:

Em estudo: Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.

Delimitadas: Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.

Declaradas: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.

Homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.

Regularizadas: Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.

Interditadas: Áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados¹¹.

A demarcação das terras indígenas segue um padrão estabelecido pelo Estado. Ao demarcar uma área, este ator (des)territorializador pode afetar as formas tradicionais de sobrevivência dos povos indígenas, mesmo que as intenções sejam positivas, o Estado acaba imprimindo seus meios burocráticos sobre a realidade social dos indígenas. Junto com a demarcação não existe nenhum mecanismo para assegurar o deslocamento (conforme prevê a Convenção 169) para as áreas fora da TI e, que de alguma maneira, sejam representativas para seus aspectos tradicionais. Cicilian Sahr e Wolf-Dietrich Sahr (2008) mostram que o processo de demarcação de terras no Brasil segue uma linha semelhante a ideias predominantes em cada época, ou seja, a terra indígena não é um fenômeno dado, não é possível naturalizar sua construção, mas é forjada com base em relações sociais complexas:

Curiosamente, a incorporação legal das terras indígenas ao Brasil seguiu a mesma sequência de conceitos, entretanto de forma mais rápida, ocorrida na própria geografia acadêmica. Lembramos que está se baseou, desde o século XIX, primeiro na “terra” (Humboldt, Ritter), passou pela “culturalização” da paisagem material (Sauer), a qual se transformou, na epistemologia, em um recurso, uma “região” (Hartshorne) e depois assumiu, numa visão funcionalista-crítica, seu papel como configuração espacial do poder e do capital (Harvey, Santos). Agora, especulamos que o conceito “território” como habitat dos indivíduos poderia fechar esta evolução através da plena submissão do indivíduo cultural, controlando não apenas suas terras, mas “protegendo” e “conservando” suas tradições também. (SAHR; SAHR, 2008, p.154).

Como o processo é dinâmico, além de contestações para ampliação do direito territorial, as demarcações também sofrem pressão no sentido inverso. As terras indígenas são questionadas por diferentes atores da sociedade, que através de influências no Congresso Nacional, encaminharam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215 de 2000, de autoria do deputado Almir Sá do estado de Roraima, que busca tirar do Poder Executivo a competência exclusiva sobre a homologação da terra e dificultar o processo de criação de novas terras indígenas. Além disso, a PEC ignora todo o processo participativo que foi construído para elaboração da Constituição de 1988, colocando como prioridade o entendimento e os interesses de um pequeno grupo da sociedade civil.

¹¹ Informações disponíveis segundo a FUNAI em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

A PEC 215 é uma Proposta de Emenda à Constituição, ou seja, uma proposta de mudança para a Constituição Federal, no que diz respeito à demarcação de terras indígenas, criação de unidades de conservação e terras quilombolas. A proposta da bancada ruralista é levar para o Congresso Nacional a demarcação e a homologação de terras indígenas, quilombolas e de áreas de conservação ambiental, que, conforme a Constituição Federal, são atribuições do Poder Executivo. Em 21 de março de 2012, a proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e ainda tem outros caminhos a percorrer. A proposta existe a doze anos, mas ganhou força depois da aprovação na CCJ. Os direitos territoriais indígenas podem ficar ameaçados diante dessa proposição. (FUNAI; GIZ, 2013, p.70).

Na questão ambiental os grandes empreendimentos, como a BR-230 e a UHE Tucuruí, ainda são ameaças para os povos indígenas. Recentemente a construção da UHE Belo Monte gerou discussão a nível nacional e colocou o desrespeito aos direitos indígenas no centro do debate. Contudo, outros empreendimentos e projetos caminham de forma silenciosa e podem prejudicar os territórios indígenas, como o recente “Projeto de Licenciamento Flex” que tramita na Comissão de Finanças e Tributação, com pressão da “Bancada Ruralista” para acabar com diversos pontos do licenciamento ambiental no país¹². Os estudos ambientais para a pavimentação da BR-230 no Pará, por exemplo, iniciaram no ano de 2005 e somente considerou a questão indígena por pressão dos povos originários e da FUNAI. Com base na Convenção 169 e na Portaria Interministerial 419, de 26 de outubro de 2011 (substituída pela Portaria Interministerial nº 60, de 25 de março de 2015) os indígenas tiveram o direito de ser ouvidos no processo.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira destaca a importância da criação e defesa dos territórios indígenas, alegando que sua formação não atende apenas aos indígenas beneficiados com a terra, mas a outros interesses da sociedade:

A criação de uma terra indígena é um instrumento essencial para a proteção ambiental, possibilitando a preservação de um intrincado equilíbrio entre os fatores que viabilizam a coexistência de complexos ecossistemas (que logo seriam ameaçados de destruição se não fossem utilizados com exclusividade por uma população tradicional). (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999, p.161).

¹² Informações sobre esse projeto aparecem de forma restrita na mídia brasileira, mas já foi denunciado pelo Instituto Sócio Ambiental (ISA) – disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/tags/licenciamento-ambiental>. Acesso em 11 de abril de 2017 – e pela Associação O Eco, disponível em: <http://www.oeco.org.br/reportagens/sarney-acusa-golpe-ruralista-em-licenciamento/>. Acesso em 11 de abril de 2017.

João Pacheco de Oliveira ainda destaca que os problemas relacionados à demarcação das terras indígenas não é um problema indígena, mas da sociedade nacional como um todo. Esses conflitos são o reflexo de questões que afetam todo o país, como a estrutura agrária, a proteção ambiental, a falta de oportunidade de emprego e o descrédito nas autoridades. A situação é produzida pela relação branco-indígena e não o contrário, além disso, não pode ser pensado fora do quadro nacional (PACHECO DE OLIVEIRA, 1995).

3.3 AMAZÔNIA E A TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL

A ocupação do território brasileiro iniciou pelas terras próximas ao litoral. O sistema agroexportador consolidado na época tinha como objetivo atender as demandas da Metrópole. Com a formação das lavouras de cana-de-açúcar e dos engenhos foi possível criar as primeiras condições para o povoamento. Os núcleos nordestinos eram os mais lucrativos para colônia, as capitânicas do sul e do interior do território precisavam se adaptar às condições impostas pelo sistema comercial existente. Buscando garantir e expandir suas fronteiras, a Coroa Portuguesa permitiu que grupos privados controlassem as ações de ocupação, estes deviam cumprir com o pagamento de impostos e defender o direito português de posse. As bandeiras, por exemplo, foram incursões que buscavam metais preciosos e mão-de-obra indígena através da penetração aos sertões da Colônia, essas "mercadorias" viabilizaram, durante longos anos, a economia dos empreendimentos do litoral (VOLPATO, 1987).

Os primeiros núcleos de povoados no interior foram construídos no caminho das rotas comerciais que ficaram conhecidas como "Monções". Segundo Nauk Maria de Jesus (2011) as Monções eram grandes comboios por via fluvial que abasteciam as regiões de mineração. Entretanto, nos locais onde a ligação entre os rios era bloqueada, o deslocamento era feito por vias terrestres, trechos que eram chamados de "Varadouros". Nestes pontos de parada forçada, surgiam pequenas vilas onde se trocavam mercadorias e executavam serviços diversos, como a reforma das canoas, por exemplo.

Uma das principais rotas do período colonial era a "Monção do Norte" que fazia a conexão fluvial Madeira – Guaporé (Belém no Pará e Vila Bela no Mato

Grosso). É possível perceber que as áreas prioritárias para a Coroa Portuguesa foram às regiões onde se encontraram riquezas minerais – principalmente ouro e diamantes – e indígenas de diversos povos que eram escravizados (VOLPATO, 1987). A Amazônia não era, no período colonial, uma região de grandes atrativos para a Coroa Portuguesa. Não possuía minas (de ouro ou diamantes) conhecidas, além disso, a sua vasta extensão e as dificuldades de acesso prejudicavam a captura de indígenas.

Bertha Becker (2009) destaca três momentos importantes na colonização amazônica antes da assinatura do Tratado de Madri (1750): um momento caracterizado por um total “loteamento” do território, onde elites internacionais disputavam pontos estratégicos através da construção de fortes e muralhas. O segundo momento, condiz com a consolidação das colônias permanentes e estáveis, seguindo o modelo utilizado no restante do país. Por fim, a importância das aventuras religiosas, responsáveis por organizar as primeiras vilas e aglomerados populacionais. Após o Tratado de Madri a Coroa Portuguesa passa por um período de influência inglesa, que investiu no domínio da região amazônica, para evitar a influência francesa:

O interesse da Coroa residia no fortalecimento do Estado e na sua autonomização do poder da Igreja. Para isso, três condições eram essenciais: i) implementar a economia; ii) nacionalizar a estrutura comercial da colônia; e iii) garantir a presença do Estado português no território. O esvaziamento de poder dos jesuítas, com a declaração de liberdade dos índios (1775), e finalmente sua expulsão, assim como o aparelhamento administrativo da província são ações centrais da metrópole. (BECKER, 2009, p.209).

A Amazônica seguiu marginalizada na política brasileira, que supervalorizava fatores econômicos de outras regiões do país. Mesmo assim, a geopolítica dos governos nacionais buscava manter a soberania territorial. Com o ciclo da borracha a situação teria uma reviravolta, e novos atores chegariam a Amazônia, onde uma nova cadeia produtiva foi constituída. Esse período ficou marcado pelo apogeu financeiro com a constituição de vários seringais, mas foi acompanhado por um dos maiores impactos para as populações indígenas (GONÇALVES, 2001):

Em contrapartida, os índios são expulsos para as cabeceiras dos rios, e nos seringais encravados na mata, início da cadeia produtiva, os seringueiros vivem num regime semiescravo. Cada um deles recebia uma “colocação” – trato de área – onde diariamente percorriam grandes percursos para extrair

o látex, com uma produção bastante baixa, cuja remuneração era quase extinta com o pagamento exorbitante dos gêneros que o armazém do seringalista fornecia a crédito. O aviamento gerava, assim, uma dívida eterna para os trabalhadores que usavam praticamente todo o rendimento para pagá-la ao patrão. (BECKER, 2009, p.214).

Carlos Walter Porto Gonçalves (2001) destaca que a Amazônia sempre foi uma região periférica para as elites que estavam no controle do Estado. Mas era tratada como peça fundamental para o futuro desenvolvimento do país, principalmente, porque despertava o interesse das grandes potências internacionais. A integração da Amazônia ao território do Brasil foi forjada sempre sob o signo conservador, que buscava garantir a exploração dos recursos que a região podia oferecer (assim foi com a borracha e hoje é com a extração de minérios). Para legitimar a exploração, as elites que estavam no controle do Estado procuravam vender a imagem de uma região desabitada, onde os poucos indígenas não eram dados ao trabalho, razão pela qual, a região não acompanhava o crescimento econômico do país:

Em virtude disso formou-se uma visão sobre essas populações indígenas, negras ou caboclas de que eles seriam indolentes e preguiçosas, avessas ao trabalho. Na verdade há de se indagar por que essas populações haveriam de se submeter a uma disciplina imposta por gente que pretendia enriquecimento rápido, quando elas poderiam optar por ser livres, tanto pela grande disponibilidade de terras, como pelo conhecimento que adquiriram em sua convivência com os mais diferentes ecossistemas amazônicos. (GONÇALVES, 2001, p.35).

Antônio Carlos Robert de Moraes (1997 e 1999) ressalta que predominava na construção do Estado nacional brasileiro o discurso de “construção” do país, aproveitando as riquezas naturais inesgotáveis. Neste contexto, não há espaço para a visão indígena, o modelo está pronto, a função do Estado é enquadrar (ou excluir) aqueles considerados como diferentes ou contrários ao projeto de desenvolvimento. Os governos brasileiros sempre associaram a dimensão territorial com a ideia do próprio país:

Neste quadro, a natureza brasileira é vista como pura riqueza a ser apropriada, e o espaço e os recursos naturais são tomados como inesgotáveis. Daí a ideia do país celeiro de riquezas, o “gigante deitado em berço esplêndido”, em certo momento “a vaquinha-de-leite de Portugal”. Uma ótica espoliativa domina a relação da sociedade com o meio no Brasil, a qual se expressa com clareza no ritmo e na forma com que avançam as “frentes pioneiras” na história do país, deixando ambientes degradados em suas retaguardas. O bom governo, nesse sentido, é o que propicia, antes de tudo, o acesso aos lugares e aos seus recursos. (MORAES, 1999, p.45).

Manter o domínio da Amazônia era uma forma de enriquecer uma elite ligada ao Estado, que aproveitava sua condição privilegiada para explorar ao máximo as riquezas disponíveis e que estavam valorizadas nos diferentes ciclos da economia mundial. Segundo Moraes (2005) o controle do Estado sobre as áreas que ainda não foram exploradas é fundamental para a política territorial. Além disso, essa política territorial estatal garante que os investimentos em infraestrutura sejam executados no período e nos locais adequados as necessidades do capitalismo internacional. O Estado controla os “estoques naturais” e garante o investimento capitalista futuro. A atuação do Estado está ancorada em um pacto nacional voltado para expansão ao interior, seguindo medidas baseadas na necessidade da economia mundial:

Em síntese, a formação do Estado muitas vezes sustentou-se num pacto em torno de um projeto “nacional” voltado para o futuro. Um pacto que amarrava as elites das regiões coloniais incorporadas no novo território num compromisso político comum, o qual teve sempre por fundamento supremo a reprodução do poder de mando dessas próprias elites sobre seus espaços de dominação, o que acarretava uma séria limitação para o referido projeto, no que diz respeito a mudanças substanciais na estrutura da sociedade. Os conceitos de “modernização conservadora”, “revolução restauração” ou “transformação pelo alto”, buscam dar conta da essência do pacto conservador, o qual se exacerba em ambientes periféricos. Perpetuação oligárquica e Estado patrimonial são faces do mesmo processo que, de berço, embaralhava interesses públicos e privados na gestão estatal na periferia. Assim, internamente, a possibilidade de formulação de um projeto nacional conhecia limites políticos bem-demarcados, os quais criavam elos de continuidade com a anterior estrutura de produção e de poder colonial. (MORAES, 2005, p.82).

Miranda Neto destaca que a região passou por cinco ciclos diferentes que caracterizam a sua economia regional: A **Conquista** (1500-1750) com as drogas do Sertão; a **Ocupação** (1750-1850) com as empresas agrícolas; a **Exploração** (1850-1946) no Ciclo da Borracha; a **Valorização** (1946-1966) com a constituição de Planos de Valorização Econômica; e por fim, a **Integração** (1966 em diante) com as políticas que iniciaram durante a Ditadura Militar (NETO, 1978).

As políticas de colonização construídas até 1946 agrediram principalmente os povos indígenas que habitavam as margens dos grandes cursos hídricos da região. Na **Figura 3** é possível observar que a ocupação dos seringais ocorreu basicamente nas proximidades dos rios Amazonas, Solimões, Purus, Juruá, Madeira, Tapajós e parte do Xingu. Os grupos que habitavam os interflúvios destes grandes rios, como os Parakanã, conseguiram manter certo isolamento:

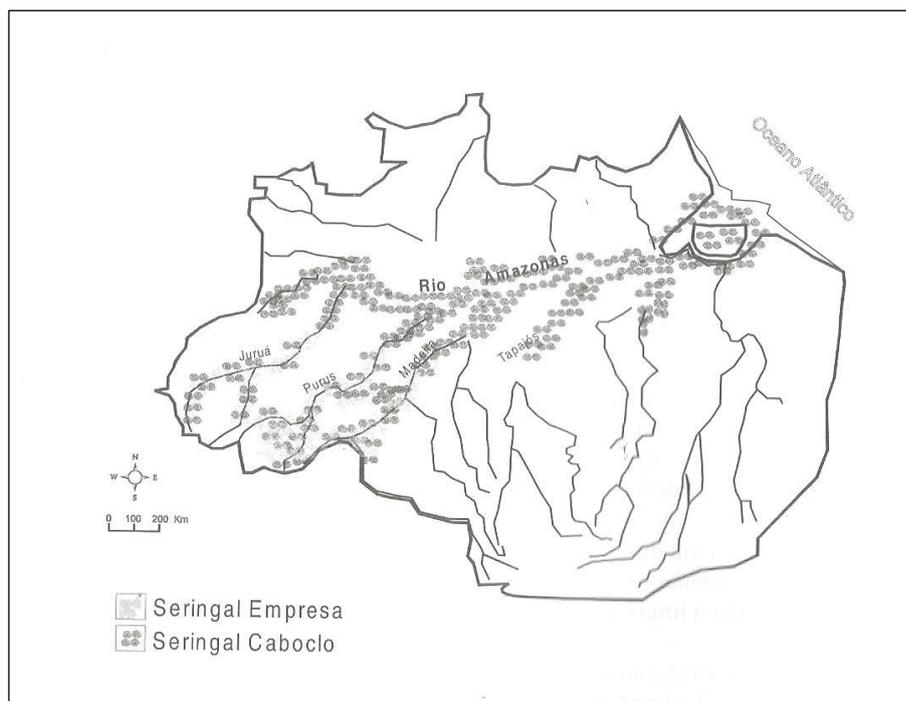


Figura 3 – Distribuição dos principais Seringais na Amazônia.
 Fonte: GONÇALVES (2001, p.85).

A Amazônia passou por um grave declínio econômico com a queda do preço da borracha na metade do século XX, o produto perdeu gradativamente o valor no mercado internacional, principalmente pela competição dos seringais asiáticos. Para amenizar a situação econômica, a Constituição Federal de 1946 no seu artigo 199, previa a execução do Plano de Valorização da Amazônia (PVA), pelo qual são criados diversos mecanismos para impulsionar a economia regional (NETO, 1978):

No ano de 1953 é criada a SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, institucionalizando-se, dessa forma, o planejamento regional. Esse órgão tinha como finalidade básica desenvolver o plano de valorização econômica da região com recursos do Governo Federal. Após 1956, com a chamada Operação Amazônia, a SPVEA foi transformada na SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Embora a Amazônia apresentasse características sócio-culturais e físicas distintas, recebeu um tratamento semelhante ao conferido a SUDENE no Nordeste. O Banco da Amazônia, existindo como agente financeiro para a área, implementava uma função mais dinâmica ao empresariado, permitindo maior participação no desenvolvimento da região. (NETO, 1978, p.75).

Além destas instituições entrou em ação o Plano Quinquenal da Amazônia (PQA) que buscava auxiliar o desenvolvimento econômico regional. Tal plano buscava estimular o aproveitamento econômico dos recursos florestais e minerais. É nesse contexto que o Governo investe na abertura das rodovias e ferrovias, que auxiliavam no escoamento da produção.

Logo no início do Governo Militar (1964-1985), iniciou-se uma campanha de integração econômica da região amazônica com o restante do país: “*Entre 1966 e 1985 deu-se o planejamento regional para integração efetiva da região, o Estado tomando a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico*” (BECKER, 2009, p.220). Com este fato, os povos que conseguiram se afastar das antigas rotas comerciais começaram a ser avistados pelos operários que abriam clareiras na mata para as novas infraestruturas. O então presidente militar, Humberto de Alencar Castelo Branco, em 1966 inicia o projeto chamado de “Operação Amazônia”, na qual alguns empresários da região Centro-Sul definiram os objetivos de interesse para a região. O Governo criou dois órgãos para promover a reforma Agrária e o assentamento de famílias: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Esses institutos reunidos, foram palco de um escândalo de roubo de terras no país, que ficou conhecido como Relatório Velloso¹³. No documento, funcionários públicos, investidores e grileiros foram acusados de promover fraudes fiscais para garantir terras do Estado para empresas estrangeiras (OLIVEIRA, 1990).

Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, na sequência, a Ditadura Militar iniciou uma série de ajustes para regularizar as terras usurpadas da União. O Governo de Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974) determinou que as faixas de terras das rodovias existentes e projetadas seriam destinadas aos assentamentos agrários. Com o Slogan “Integrar para não entregar” o Governo lançou o Programa de Integração da Nacional (PIN):

Neste programa, havia três decisões importantes a serem ressaltadas: a primeira referia-se à abertura de duas rodovias na Amazônia – a Transamazônica (ligando o Nordeste e a Belém-Brasília à Amazônia ocidental – Rondônia – Acre) e a Cuiabá-Santarém, ligando Mato Grosso à Transamazônica e o próprio porto de Santarém, no rio Amazonas; a segunda medida foi a implantação, em faixa de terra de 10 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de “colonização e reforma agrária” e o início da primeira fase de irrigação do Nordeste; a terceira medida referia-se à transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais oriundos de abatimento do imposto de renda para aplicação no programa. (OLIVEIRA, 1990, p.63).

¹³ O IBRA e o INDA foram acompanhados de fraudes fiscais e venda de terras para estrangeiros, os principais problemas foram elencados na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) relatada pelo Deputado Federal pelo Pará o Major Haroldo Velloso.

Essas medidas promoveram uma nova fase de ataque aos povos indígenas que estavam isolados no interior da Amazônia. No estado do Pará a BR-163 (Cuiabá-Santarém) afetou muitos daqueles que viviam na margem ocidental do Xingu. Já a BR-230 (Transamazônica) foi prejudicial àqueles que habitavam, principalmente, o interflúvio Xingu-Tocantins. Os Parakanã estavam na rota dos tratores da transamazônica:

Em 1970, o Governo brasileiro revelou que a nova Rodovia Transamazônica atravessaria o território dos Parakanã. No final de 1970, agentes da FUNAI tentaram pacificar e atrair a tribo Parakanã. Mais uma vez, essa expedição de pacificação foi desastrosa para a tribo. Imediatamente após sua pacificação, 40 membros da tribo Parakanã foram atacados por gripe. (DAVIS, 1978, p.93).

No ano de 1970 o Governo Militar criou o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e, na sequência, a faixa de ocupação de terras de 10 km foi ampliada para 100 km (OLIVEIRA, 1990). Com essa medida os Parakanã tiveram seu território tratado como terra devoluta e, conseqüentemente, invadido por colonos assentados pelo INCRA (FAUSTO, 2001). Esses colonos tiveram seus dias de glória em 1971 e 1972, após o desmatamento e empobrecimento do solo muitos tiveram que abandonar as terras e partir para uma nova área, ampliando o desmatamento e o conflito com os indígenas (OLIVEIRA, 1990). A região do entorno das rodovias se transformou numa área de massacre e desrespeito aos direitos humanos:

Na Amazônia esses diferentes sujeitos sociais encontraram diversas populações remanescentes do ciclo da borracha, caboclos ribeirinhos, populações indígenas com seus territórios imemorais, populações negras que habitavam quilombos. É como se quatro séculos de diferentes desigualdades sociais se encontrassem num mesmo espaço, a Amazônia. A região torna-se, assim, um espaço geográfico marcado pela complexidade, daí surgindo sua riqueza política, social e cultural.

Os conflitos pela terra ganharam contornos dramáticos, sobretudo ao longo dos eixos rodoviários, tornando a extensa faixa de terras da porção meridional da Amazônia uma zona de conflito, e o caráter de zona de fronteira de expansão capitalista ganhou a dimensão de um verdadeiro *front* de guerra. E assim foi concebido pelas autoridades do regime ditatorial civil-militar, particularmente os gestores territoriais militares que passaram a se ocupar diretamente dos órgãos relacionado à questão fundiária.

No Pará, pode-se verificar por dados estatísticos que os camponeses conseguiram, contra tudo e contra todos, manter sua proporção percentual de apropriação de terras entre 1970 e 1985, sob uma tensão que chegou a se expressar de forma abertamente militarizada, com forças regulares do Exército combatendo guerrilheiros reais e imaginários. Nesta região a Transamazônica é cortada pela Belém-Brasília sendo por isso uma área onde o acesso era maior e aí se encontraram um fluxo migratório de ricos fazendeiros do sul do país e mesmo do exterior e um fluxo de pobres, além das populações indígenas e de caboclos que tradicionalmente aí faziam sua

agricultura de subsistência, a coleta de castanha e outros produtos silvestres, além da pesca polivalente. (GONÇALVES, 2001, p.54).

Os Parakanã foram todos contatados até o ano de 1984 e seus grupos distribuídos nas terras indígenas Apyterewa e Parakanã (**Mapa 1**). No caso da TI Parakanã, o Estado, por intermédio da FUNAI, promoveu o assentamento dos grupos em dois postos de atração (Pucuruí e Parakanã). A abertura da rodovia desarticulou totalmente o território Parakanã, o povo perdeu suas áreas de caça, coleta e roça, passando a viver sobre a tutela do Estado brasileiro. Após os conflitos pela abertura da rodovia o Governo investiu na criação da UHE Tucuruí, que visava garantir energia para a exploração de minérios na Serra de Carajás (FAUSTO, 2001). As infraestruturas previstas são observadas na **Figura 4**, imagem que ilustra uma reportagem da revista Veja com as “potencialidades” locais. A iniciativa gerou nova agressão ao médio Tocantins, pois o lago da hidrelétrica (a segunda maior do país) atingiu as aldeias dos Parakanã, parte da Transamazônica e a vila de Repartimento (localidade que foi completamente alagada e reassentada em outro local com o nome de Novo Repartimento).

Esses grandes empreendimentos são parte do modelo territorial aplicado no Brasil. Antônio Carlos Robert de Moraes (2005) destaca que história territorial brasileira é recheada de exemplos que mostram a atuação do Estado no projeto de apropriação territorial. Cria-se um fato, que vai legitimar a atuação do Estado, ampliando as fronteiras internas para as áreas de interesse:

A ideia de construir o país atua em primeiro lugar como elemento de coesão entre as próprias elites, ao dotá-las de um projeto nacional comum. A construção do país posta como obra coletiva de interesse geral sobrepõe-se aos projetos locais e regionais e incorpora-os, atribuindo-lhes até mesmo um sentido maior (epopéico). Assim, tal mote serve como elemento de identidade e de articulação nacional. Em segundo lugar, a ideia de construir o país legitima plenamente a ação do Estado, pois lhe é atribuída a condução desse projeto, e pela magnitude da missão assumida justifica-se também o uso da violência. O Estado será o guardião da soberania e o construtor da nacionalidade, entendida como o povoamento do país. A ideia em foco, além de bem costurar o poder das elites e do Estado forte, ainda qualifica a população em seu lugar subalterno no projeto, o povo sendo visto como instrumento na construção do país. (MORAES, 2005, p.94).

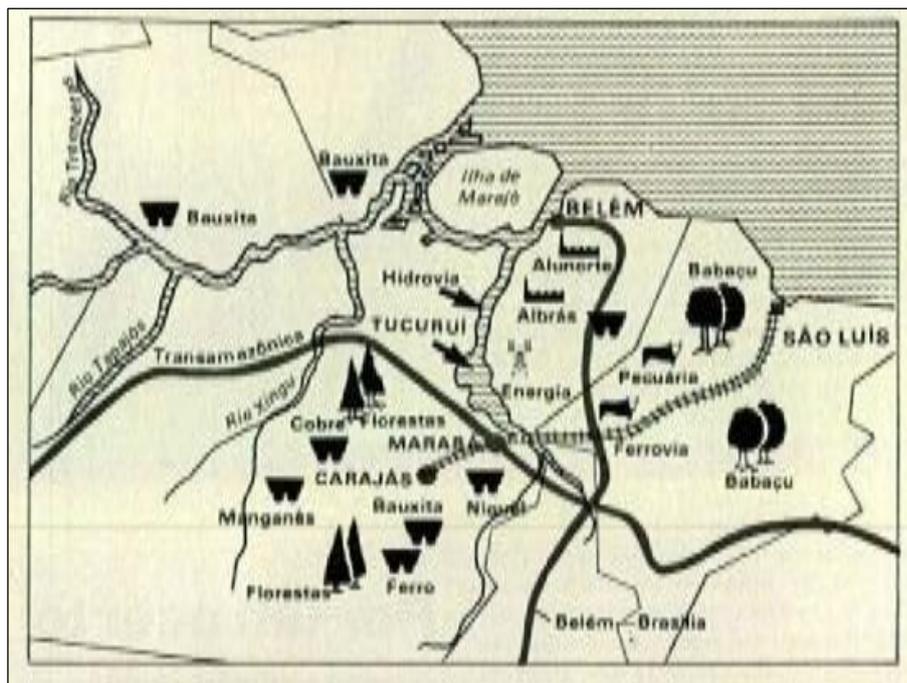


Figura 4 – Esquema mostra as potencialidades e as intensões do Governo Militar no interflúvio Xingu-Tocantins.

Fonte: REVISTA VEJA (1980, p.77).

Esse modelo territorial unifica o discurso das elites do país, desta forma, ao “construir o país” cria-se também um discurso ideológico de levar para as áreas periféricas o desenvolvimento econômico. Cabendo ao Estado a autoridade de promover a ocupação a qualquer custo, sob a justificativa de que tais medidas são para o bem comum (MORAES, 2005):

Nesse entendimento, a submissão das populações locais aparece como decorrência natural do processo, um resultado tido como de alta positividade. “integrar o índio” – ao se apropriar de sua terra – era parte do projeto civilizatório imperial. Povoar as áreas pioneiras com colonos brancos também contribuía para os objetivos almejados, num quadro que se acelera conforme avança a consciência acerca da extinção do tráfico negreiro. (...). Tal visão é bastante funcional para justificar um padrão de apropriação do solo altamente dilapidador como o praticado no Brasil desde a descoberta. Um padrão, ao mesmo tempo extensivo e intensivo, que reconhecendo a existência de vastos fundos territoriais no país exercita-se como elevado nível de destruição de fontes e recursos naturais. Enfim, civilizar é uma outra forma de qualificar a expansão territorial, que reafirma as determinações da conquista colonial: apropriação da terra e submissão dos “naturais”. (MORAES, 2005, p.95).

Desta forma, o Brasil segue com sua matriz colonial, um modelo que se perpetua ao longo de vários anos. O **Quadro 1** é um resumo dos principais fatos que marcaram a ocupação da Amazônia. A política de organização territorial é concebida com uma administração de cima para baixo, com desprezo às concepções dos povos originários que possuem percepções e vínculos territoriais diferentes do

modelo colocado em prática. A ideia de território naturalizada ao longo da nossa história é aquela pensada com base na conquista (SAHR; SAHR, 2008).

Quadro 1 – Resumo dos principais fatos ocorridos na Amazônia.

PERÍODO	CONTEXTO	FATOS IMPORTANTES
1500 – 1750	Período de Conquista foi caracterizado por medidas que buscavam garantir o controle frente às demais Nações.	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição da Monções do Norte; • Vias de comércio e exploração das drogas do Sertão; • Consolidação de fortes, muralhes e missões religiosas; • Assinatura do Tratado de Madri.
1750 – 1850	No Período de Ocupação ocorre a constituição dos núcleos populacionais com a chegada de imigrantes a região Norte.	<ul style="list-style-type: none"> • Companhia de Comércio do Grão Pará; • Constituição de núcleos populacionais; • Empresas Agrícolas.
1850 - 1946	O Período de Exploração é considerada a época de ouro, com a exploração da borracha os centros urbanos cresceram, enquanto a população era explorada nos seringais.	<ul style="list-style-type: none"> • Ataques aos povos que vivam nas margens dos grandes rios; • Abertura dos seringais e apogeu do ciclo da borracha; Chegada de diversos imigrantes a região.
1946 – 1966	No Período de Valorização o Governo tenta implementar diversas medidas para amenizar a crise instaurada com a queda do preço da borracha.	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição de 1946; • Plano Quinquenal da Amazônia; • Plano de Valorização da Amazônia (PVA); • Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); • Banco da Amazônia;
1966 – 1985	O Período de Integração corresponde as grandes obras do Governo Militar.	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura das grandes rodovias no Governo Militar; • Planos de reforma agrária e constituição de órgãos gerenciadores de tais medidas (INDA, IBRA e INCRA); • Projetos de exploração mineral (serra de Carajás); • Projeto de construção da UHE Tucuruí.

Recentemente, empreendimentos como a UHE Belo Monte e a pavimentação da BR-230 forçaram o Estado a dialogar com os povos indígenas. A Amazônia passa por uma profunda transformação estrutural que não está relacionada apenas com a abertura e melhorias das estradas, ou com a construção de novas barragens para geração de energia. Mas, também, com a transformação da sociedade e das relações entre os diferentes atores que estão vivendo na região, sejam eles indígenas, caboclos, quilombolas ou brancos. A geógrafa Bertha Becker destaca que

a Amazônia já está integrada ao sistema econômico do país e passa por uma fase que é denominada como “Floresta Urbanizada”, onde precisamos pensar que futuro a nossa sociedade quer reservar para a biodiversidade e para os grupos étnicos da Amazônia. Pois até o momento, a Amazônia foi tratada como um espaço periférico que serviu para enriquecer poucos atores sociais (BECKER, 2005 e BECKER; STENNER, 2008).

Bertha Becker (2010) ainda reforça que o contexto contemporâneo da Amazônia fez surgir novas territorialidades. Como as oriundas das Reservas Extrativistas, organizadas em cooperativas, e os projetos de produtores familiares que estão desenvolvendo uma nova forma de viver com base nos assentamentos construídos pelo INCRA. Todavia, para ela a territorialidade mais evidente nos últimos anos é a aquela que surge na reivindicação indígena pelo seu direito histórico à terra, construída em áreas forjadas pelo Estado brasileiro.

4. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS

O método é o instrumento que leva aos resultados esperados e deve ser adequado para responder a problemática de pesquisa. Precisa garantir a verificabilidade das informações, assim “*é preciso considerar que um método, por si só não é melhor ou pior do que outro. Ele somente poderá responder à questão inicial*” (COTANDA et al., 2008, p.68). O método deve servir e não dominar o pesquisador, este deve ter liberdade para organizar os mecanismos necessários para os questionamentos que a pesquisa produz.

Antônio Carlos Gil (2008) destaca que no passado a ciência buscava definir a realidade segundo um grande método universal. Atualmente, os pesquisadores já preferem falar numa diversidade de métodos. O autor ainda classifica os métodos em dois grandes grupos, o primeiro grupo representa aqueles métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação, são exemplos: dedutivo (racionalismo), indutivo (empirismo), hipotético-dedutivo (neo-positivismo), dialético (materialismo histórico-dialético) e fenomenológico (fenomenologia). O segundo grupo corresponde aos que indicam os meios técnicos da investigação: experimental, observacional, comparativo, estatístico, clínico e monográfico. O autor também destaca que ampliações e procedimentos específicos de coleta de dados são enquadrados como método de pesquisa, como exemplos cita os questionários e as pesquisas de opinião. O importante é que o método (ou métodos) utilizado seja suficiente para garantir o desenvolvimento da investigação científica.

Considerando essas afirmações, este trabalho é construído nesta dupla perspectiva. Apesar da pesquisa não ser enquadrada em um “método universal”, ela é caracterizada por uma visão que valoriza a multiplicidade de opiniões. Por acreditar que dificilmente uma pesquisa na área da Geografia conseguirá fugir das grandes teorias (positivista, marxista, fenomenológica e etc.) que influenciaram a construção (para fugir do termo evolução) do pensamento geográfico. É a sensibilidade que nos faz captar as informações do mundo que nos rodeia, uma síntese do entorno, a experiência, a ação e a prática que orientam o relacionamento com o outro. O território indígena, por exemplo, é organizado por representações de diferentes escalas, onde as forças externas (como o capital) afetam a estrutura atual dos grupos tradicionais, mas a perspectiva simbólica dos indígenas não pode ser

desprezada. Por isso, o trabalho será orientado nesta mediação e também buscará meios e técnicas que auxiliem na elucidação dos objetivos propostos. Assim, é necessário coordenar o trabalho, relacionar os conceitos e as preposições que estão indicadas na problemática e nos objetivos. O delineamento “*refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados*” (GIL, 2008, p.49).

Esse trabalho foi organizado e planejado com as seguintes etapas: coleta de dados, redução e tratamento dos dados; análise e interpretação. Não necessariamente a pesquisa foi executada de forma linear nestas partes, no momento de coleta ocorreu também o tratamento dos dados, por exemplo. Essas etapas foram construídas com base nas propostas de metodologia científica expressas em Graham Gibbs (2009), Antônio Carlos Gil (2008) e Uwe Flick (2009). Os resultados atingidos através dessa construção foram confrontados aos estudos geográficos que analisam o processo de transformação da territorialidade de diferentes grupos (referencial teórico). A transformação da territorialidade Parakanã passa pelas interações criadas junto aos atores sociais em contato com os indígenas, pelos vínculos territoriais construídos com a terra indígena e por seus elementos simbólicos. Portanto, a pesquisa também teve um caráter explicativo que “*têm a preocupação central de identificar os fatores que determinam ou que contribuem para ocorrência dos fenômenos*” (GIL, 2008, p.28).

Cabe ainda destacar que o problema e os objetivos condicionaram a análise dos dados para uma pesquisa qualitativa. A natureza dos dados descritos a seguir exigiu uma abordagem e tratamento que examinou com profundidade os fenômenos, diferentemente da pesquisa quantitativa que apresenta os dados de forma padronizada:

Por pesquisa ou metodologia qualitativa, pode-se compreender a prática ou conjunto de procedimentos voltados à coleta de informações que envolvem o uso da linguagem, em geral objetivadas para a captura de subjetividades e/ou significados contidos nos textos produzidos no levantamento em trabalho de campo. O universo de metodologias e abordagens teóricas é bastante amplo e muitas variações nele encontradas são alcançadas em disciplinas específicas que as adequam a seu escopo, embora tendam a difundir-se para outras áreas. Como é inerente a qualquer prática de metodologia, ela requer adaptação ao foco da pesquisa. (HEIDRICH, 2016a, p.21).

Em uma versão qualitativa exige maior liberdade para identificar, compreender, cruzar e comparar questões de ordem subjetiva (COTANDA et al., 2008). Essa liberdade da pesquisa qualitativa não pode ser encarada como uma autorização para ignorar os critérios científicos. Porque os dados necessitam de validade e confiabilidade, onde:

...você começa com alguma coleta de dados qualitativos (muitas vezes, volumosa) e depois os processa por meio de procedimentos analíticos, até que se transformem em uma análise clara, compreensível, criteriosa, confiável e até original. (...). Os processos são elaborados para lidar com a grande quantidade de dados criada pela pesquisa qualitativa, com transcrições de entrevistas, notas de campo, documentos coletados, gravações de áudio e vídeo, entre outros. A seleção e busca em todos esses dados enquanto é criada uma análise coerente e perspectiva que se mantenha baseada nesses dados – ou seja, os dados proporcionam boas evidências de sustentação – é um grande desafio e requer boa organização e uma abordagem estruturada dos dados. (GIBBS, 2009, p.16).

A compilação e tratamento dos dados levaram a pesquisa a uma aproximação com a proposta sistematizada por Laurence Bardin, denominada de Análise de Conteúdo. Assim os dados passaram por três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (SILVA; FOSSÁ, 2013). A seguir são descritos os procedimentos adotados no desenvolvimento da dissertação.

4.1 COLETA, REDUÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

Na fase de **coleta** (que se estendeu ao longo de praticamente todo o tempo de trabalho) foram agrupadas todas as informações possíveis sobre o tema de pesquisa. Muitos materiais acabam sendo descartados com o tempo, pois não estão associados à problemática ou à elucidação dos objetivos. O material foi organizado de acordo com sua natureza, autores, assunto e etc. Antônio Carlos Gil (2008) destaca que este é momento de **redução dos dados**, metodologia apresentada por Matthew Miles e Michael Huberman:

Esta etapa envolve a seleção, a focalização, a simplificação, a abstração e a transformação dos dados originais em sumários organizados de acordo com os temas ou padrões definidos nos objetos originários da pesquisa. Esta redução, embora corresponda ao início do processo analítico, continua ocorrendo até a redação do relatório final. Nesta etapa é importante tomar decisões acerca da maneira como codificar as categorias, agrupá-las e organizá-las para que as conclusões se tornem razoavelmente construídas e verificáveis. (GIL, 2008, p.175).

As informações foram compiladas em pastas que permitiram a realização de comparações e cruzamentos. Com base nesta codificação inicial foi possível filtrar os dados da pesquisa, e partir para uma descrição mais detalhada e focada nos objetivos propostos. Este primeiro filtro é fundamental para a continuidade de qualquer projeto de pesquisa, visto que ficaria inviável (devido ao tempo) fazer uma análise detalhada de todas as informações pré-selecionadas.

Os dados desta pesquisa estão agrupados da seguinte forma: Levantamento Bibliográfico, Informações Cartográficas e Levantamento de Campo. A seguir são apresentadas as fontes, a forma de coleta e a maneira de organização utilizada ao longo da pesquisa.

4.1.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento bibliográfico é a parte inicial da pesquisa científica, onde se buscam informações relevantes sobre o tema e a base teórica para a dissertação. Entre as fontes bibliográficas que dão suporte a uma pesquisa é possível citar: obras de referência (neste caso na área da geografia), trabalhos acadêmicos, periódicos científicos, anais de encontros e etc. (GIL, 2008). A escolha destes materiais esteve condicionada as experiências junto ao POSGEA (disciplinas cursadas e indicações do professor orientador) e as atividades como profissional geógrafo. A bibliografia foi coletada através do Sistema de Biblioteca da UFRGS (SABI), em bibliotecas digitais de universidade e instituições especializadas no tema (como por exemplo, a Curt Nimuendajú¹⁴, ligada a FUNAI, e a biblioteca digital do Museu Paraense Emílio Goeldi¹⁵), em revistas eletrônicas (de diversas instituições públicas e privadas) e também nos acervos digitais de jornais nacionais, como o Estado de São Paulo¹⁶ e a Folha de São Paulo¹⁷.

¹⁴ Biblioteca Curt Nimuendajú foi criada em 13 de julho de 1987 e desde o ano de 2009 permite a consulta ao acervo e o download de diversos documentos digitalizados. Os dados estão disponíveis em: <http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/biblioteca>. Acesso em 16 de julho de 2017.

¹⁵ O repositório digital do Museu Paraense Emílio Goeldi estão disponíveis em: <http://repositorio.museu-goeldi.br/>. Acesso em 16 de julho de 2017.

¹⁶ Acervo do Jornal Estado de São Paulo, disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/> acesso em 16 de julho de 2017.

¹⁷ Acervo do Jornal Folha de São Paulo, disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/>. Acesso em 16 de julho de 2017.

Antônio Carlos Gil (2008) ainda destaca que na coleta de dados bibliográficos é importante começar pelos textos mais recentes sobre o tema proposto. Pois, essas publicações geralmente indicam as obras de referências e os autores que já trabalham com o assunto. Assim, destaque para a obra dos antropólogos Antônio Carlos Magalhães e Carlos Fausto, base bibliográfica inicial a respeito dos Parakanã. A leitura dos textos sobre os Parakanã fornecia outras referências que eram incorporadas ao desenvolvimento do trabalho. Neste caso específico, também foram fundamentais os documentos oficiais referentes a estudos técnicos já realizados para o povo Parakanã, como por exemplo: Estudos Etnoecológicos da Terra Indígena Parakanã – rodovia BR-230/PA (COPPETEC, 2011); Plano Básico Ambiental da Terra Indígena Parakanã – rodovia BR-230/PA (ECOPLAN, 2016) e Relatório Anual do Programa Parakanã (PROPKN, 2013). O material foi adquirido através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (Lei Federal Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de informação para órgãos e entidades do Executivo Federal (a **Figura 5** mostra o portal após identificação e registro de usuário)¹⁸. Após a solicitação, as instituições federais têm prazos estabelecidos por lei para encaminhar o material solicitado ou, indicar onde é possível obter tais dados, caso eles não estejam digitalizados.

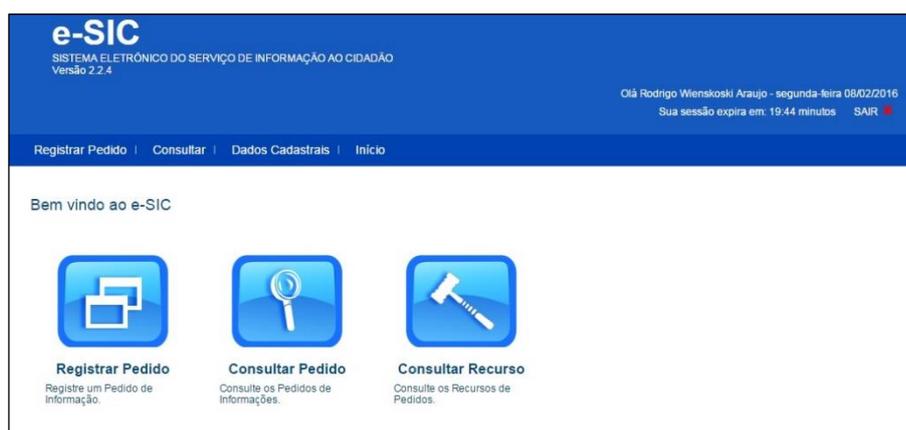


Figura 5 – Portal do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.

A legislação referente aos territórios indígenas também é uma parte importante do trabalho. A FUNAI possui o levantamento atualizado da legislação

¹⁸ Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/Principal.aspx>. Acesso em 16 de julho de 2017.

associada às questões indígenas¹⁹. A legislação brasileira é um material de domínio público, e está disponível no portal eletrônico do Palácio do Planalto Presidência da República – Legislação Federal (**Figura 6**)²⁰, que garante o acesso a qualquer informação do tipo: Constituições, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos, Estatutos, Projetos de Lei, Propostas de Emenda à Constituição, entre outros.

Figura 6 – Portal da Legislação Governo Federal.

Os dados bibliográficos deram origem a um acervo particular com textos, artigos, documentos oficiais e legislação. O material foi organizado em uma pequena “biblioteca” separada de acordo com: natureza do dado, referência bibliográfica, assunto principal, assuntos secundários (quando houver) e outras informações relevantes (como a presença de fotografias e mapas sobre os Parakanã), conforme mostra o exemplo do **Quadro 2**.

A organização dos dados nesta estrutura facilitou o acesso e a consulta ao longo do andamento da pesquisa. Todos esses arquivos podem ser ordenados por “Natureza”, por exemplo, identificando todas as Leis que envolvem a TI, ou ainda, por “outras informações” para identificar todos os textos que possuem mapas sobre a mobilidade Parakanã.

¹⁹ Portal eletrônico da FUNAI, disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/legislacao>. Acesso em 16 de julho de 2017.

²⁰ Palácio do Planalto Presidência da República – Legislação Federal, disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em 16 de julho de 2016.

Quadro 2 – Estrutura do acervo bibliográfico da pesquisa.

NATUREZA	REFERÊNCIA	ASSUNTO PRINCIPAL	ASSUNTOS SECUNDÁRIOS	OUTRAS INFORMAÇÕES
Artigo	MAGALHÃES, A. C. As nações Indígenas e os projetos econômicos de estado - a política de ocupação do espaço na Amazônia. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi , Belém, v.6, n.2, p.161-181, 1990.	Ocupação da Amazônia	Território Parakanã	Mapas
Livro	FAUSTO, C. Inimigos Fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.	Etnografia Parakanã	Organização Social Parakanã	Mapas
				Fotografias
				Tabelas de Dados
Legislação	BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 248, de 29 de outubro de 1991 . Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Parakanã, no Estado do Pará. Diário Oficial da União, 30 de outubro de 1991. Brasília, 1991.	Homologação da Terra Indígena	-	Coordenadas dos Limites do Território

Além de fornecer material explicativo, teórico e conceitual, o levantamento bibliográfico também forneceu uma série de imagens sobre a organização social dos indígenas. Esses dados visuais estão compilados juntamente com as imagens obtidas no *Levantamento de campo*, formando um acervo particular (descrito nos itens posteriores). Também foram extraídas das fontes bibliográficas informações sobre o deslocamento indígena que foram posteriormente cruzadas com os mapas, cartas topográficas e imagens de satélite da área de estudo.

4.1.2 INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

A cartografia é conhecida como a ciência que tem a função de expressar (representar) a superfície da Terra por meio de documentos cartográficos, como cartas e mapas (CÂMARA, 1995). Contudo, estes dados – antes analógicos – têm migrado cada vez mais para produtos digitais, seguindo os avanços tecnológicos. O

que permite maior facilidade para manipular e organizar as informações. Então, a primeira diferenciação de dados cartográficos é o enquadramento em analógico ou digital.

Os dados analógicos são representados em cartas e mapas temáticos impressos em papel. Neste trabalho, são aqueles que estavam disponíveis nos livros, artigos e nos documentos oficiais, que de alguma forma buscavam retratar o tema referente à área de estudo (**Figura 7**). Após a identificação, todos os mapas analógicos foram digitalizados e incorporados à pesquisa. Reforçado que a informação cartográfica não necessariamente estava compilada em um mapa, mas pode ser uma descrição ou relato: “*Parte deste grupo foi encontrado no rio Anapu, (...). O rio Anapu deve estar no quilômetro 197 da mesma rodovia, em direção a Altamira.*” (FUNAI, 1978, p.24). Esta frase foi extraída de um documento oficial da FUNAI, a rodovia em questão é a Transamazônica e, com base no relato, foi possível traçar a localização do contato entre a Frente de Atração da FUNAI e um grupo Parakanã. Após a identificação destes trechos, as informações foram incorporadas aos dados cartográficos digitais.

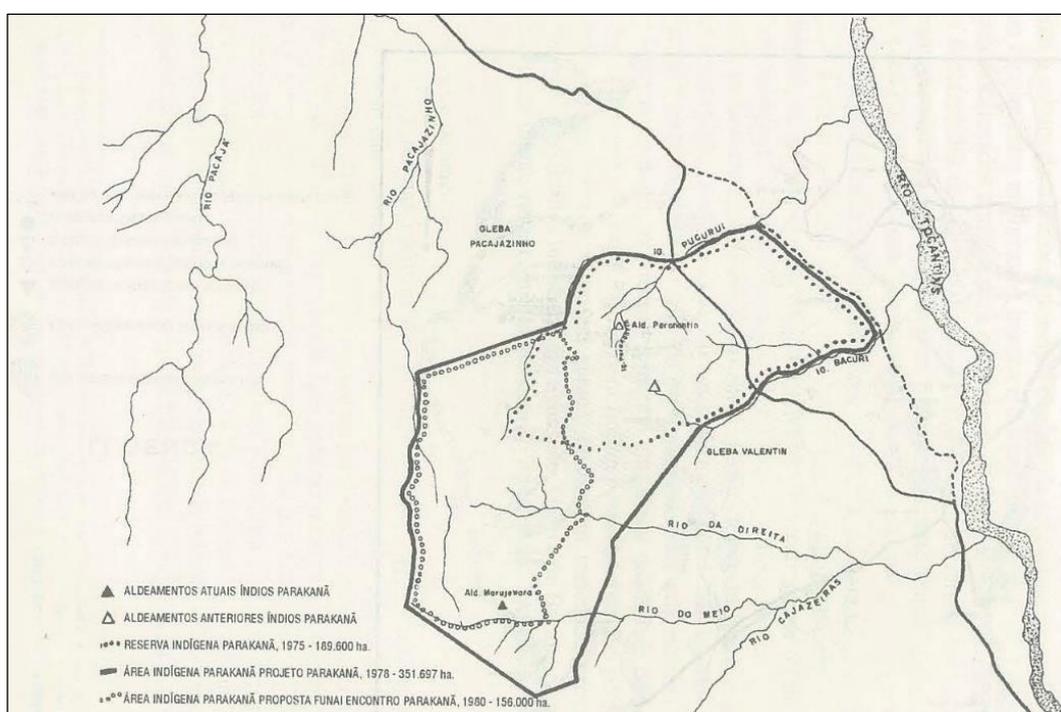


Figura 7 – Exemplo de mapa analógico incorporado a pesquisa.

Fonte: MAGALHÃES (1993, p.103).

Os dados digitais representam a maior variedade de informações cartográficas e são vinculados a um Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Gilberto Câmara (1995) define o SIG como o sistema aplicado que realiza o tratamento computacional de dados geográficos. Uma das vantagens dos dados dessa natureza é a ampla disponibilidade de materiais em diversas instituições governamentais de forma gratuita. Os dados trabalhados em um SIG são divididos em duas categorias: matricial (*raster*) e vetorial.

Os dados matriciais são aqueles oriundos de sensoriamento remoto e do processo de digitalização de mapas analógicos. Os dados *raster* correspondem a informações que são divididas em células de tamanho fixo, onde “*cada célula terá um valor correspondente ao tema mais frequente naquela localização espacial*” (CÂMARA, 1995, p.13). Os dados vetoriais são vértices definidos por um par de coordenadas e representados em formato de pontos, linhas e polígonos.

Feita essa diferenciação, os dados digitais foram adquiridos (além das fontes bibliográficas) na Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro (GEOPORTAL)²¹, no portal eletrônico do Ministério do Meio Ambiente (MMA)²², no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²³ e na FUNAI²⁴. Nestas instituições estão disponíveis informações de limite administrativo, cursos hídricos, estradas, assentamentos, infraestruturas atuais e pretéritas, as cartas topográficas em escala 1:250.000 e 1:100.000 em formato digital (*raster* e *vetor*) para toda a área do entorno da TI Parakanã, e diversas outras informações relevantes para a construção e cruzamento de mapas. Para dados altimétricos foi utilizado o modelo digital de elevação do Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil (TOPODATA)²⁵.

Também cabe destacar as imagens dos satélites Landsat 5 e 8, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)²⁶. Essas

²¹ Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro, disponível em: <http://www.geoportal.eb.mil.br/>. Acesso em 16 de julho de 2017.

²² Ministério do Meio Ambiente, disponível em: <http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/geoprocessamento>. Acesso em 16 de julho de 2017.

²³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/>. Acesso em 16 de julho de 2017.

²⁴ Fundação Nacional do Índio, disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/geoprocessamento>. Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

²⁵ Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil, disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata/>. Acesso em 16 de julho de 2017.

²⁶ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, disponível em: <http://www.dgi.inpe.br/CDSR>. Acesso em 16 de julho de 2017.

imagens apresentam uma série histórica, que permite realizar comparações e cruzamento de diferentes bandas espectrais, com a possibilidade de construção de imagens coloridas. Para composição das imagens foram utilizadas as bandas 5, 4 e 3 do satélite Landsat 5 (imagens até o ano de 2010) e as bandas 6, 5 e 4 do satélite Landsat 8 (imagens a partir de 2015). Estas três bandas foram projetadas, respectivamente, sobre as cores primárias Red, Green e Blue (RGB), todas as bandas foram escolhidas por apresentarem características espectrais compatíveis com o objetivo do mapeamento (facilitando a diferenciação entre a vegetação original das áreas de pastagem e de solo exposto).

A base cartográfica foi coletada e organizada em um banco de dados geográfico nomeado como “*SIG_Parakana*”. Este arquivo foi criado no *software* de geoprocessamento *ArcGis 10.2*²⁷, que tem como formato padrão o “*geodatabase*”. Todos os dados cartográficos foram tratados e visualizados neste *software*. No banco de dados estão inseridas todas as informações vetoriais e matriciais utilizadas no desenvolvimento da pesquisa, o que permite que futuramente novas informações sejam geradas, garantindo que o trabalho executado até este momento possa ter uma continuidade.

O banco de dados geográficos compreende um conjunto de informações organizadas conforme um modelo estrutural, que garante a segurança e veracidade dos dados utilizados no SIG. Pois, quando armazenados, os arquivos digitais precisam estar protegidos contra alterações não intencionais ou de inclusão acidental de inconsistências (CÂMARA, 1995). O “*SIG_Parakana*” possibilitou o cruzamento de informações e permitiu a criação de mapas temáticos para o estudo de forma contínua. Assim, com o auxílio do “*SIG_Parakana*” é possível identificar rapidamente, por exemplo, o nome dos rios que cruzam a terra indígena, qual o tamanho e os afluentes relevantes para o povo Parakanã. Os mapas apresentados ao longo da dissertação são exemplos dos materiais que podem ser construídos ao longo de uma pesquisa. Também é importante destacar, que outras figuras foram elaboradas apenas para visualização e compreensão espacial dos fenômenos que estavam no foco do estudo.

²⁷ O ArcGis é um *software* de geoprocessamento desenvolvido pela Esri® - Environmental Systems Research Institute.

4.1.3 LEVANTAMENTO DE CAMPO

O levantamento de dados em campo foi vinculado às atividades de detalhamento do Plano Básico Ambiental Indígena da TI Parakanã, realizado pela empresa Ecoplan. Os dados coletados para este trabalho são exclusivos e, por questões éticas, não podem ser utilizados para fins alheios ao PBA. Contudo, é impossível apagar na memória as experiências vivenciadas, além deste fato, os resultados do PBA estão compilados com o material bibliográfico, o documento é de domínio público, podendo ser utilizado como uma fonte secundária por qualquer cidadão.

Feita esta consideração, cabe destacar que nas oportunidades de campo como membro da equipe técnica da Ecoplan nas proximidades da TI Parakanã (outubro e novembro de 2014, novembro de 2015 e março de 2016) foi possível realizar o levantamento de dados com moradores do município de Novo Repartimento. Além de dialogar com pessoas ligadas ao “Programa Parakanã”, que atuaram ou que ainda atuam dentro da terra indígena. Alguns destes diálogos ocorreram em Altamira, onde também foi possível coletar dados importantes para a pesquisa, como informações sobre o processo de colonização do entorno da BR-230 e os conflitos com os diferentes povos indígenas do estado do Pará. A atividade de campo estava pautada na perspectiva das metodologias qualitativas, por acreditar que este é o caminho adequado para penetrar e compreender o significado e a intencionalidade das falas, vivências, valores, percepções, desejos, necessidades e atitudes que envolvem os povos indígenas.

No levantamento de campo foi possível conhecer melhor a realidade do entorno da terra indígena Parakanã. Pois é no estudo de campo que ocorre o aprofundamento das questões sociais, nestas ocasiões foram realizadas coletas de fotografias, anotações em diário de campo e registro das coordenadas geográficas dos locais de interesse através do sistema de posicionamento global – *Global Positioning System* (GPS).

O diálogo nas atividades de campo auxilia na elucidação de questões relevantes sobre o tema pesquisado. Os informantes ouvidos ao longo da pesquisa tinham vínculos diversificados com a causa indígena (um padre, dois comerciantes,

um antigo seringueiro e quatro funcionários do PROPKN). Os relatos passados por eles ajudaram a confirmar as inquietações que surgiram na construção dos resultados. Todas informações foram registradas no diário de campo.

Talvez a ferramenta que mais trouxe informações relevantes à pesquisa foram os dados visuais (fotografias). Estes ajudaram na identificação de informações sobre a organização espacial dos Parakanã – cabe destacar que os dados visuais foram coletados diretamente nas atividades de campo e na bibliografia consultada. As imagens possuem uma grande diversidade de detalhes e as suas limitações estão associadas as nossas limitações como observador. John Collier Jr. se questiona a este respeito: *“Quais são, porém, as limitações da câmera? Fundamentalmente são as limitações dos homens que as usam. Novamente enfrentamos o problema da observação acurada e global”* (COLLIER, 1973, p.6). A **Figura 8** foi coletada nas proximidades da aldeia Paranoawé, no dia 07 de novembro de 2015, e mostra a entrada da Vila Belo Monte do Pará (município de Novo Repartimento). O veículo da aldeia está carregado com compras dos indígenas Parakanã, estes estão sentados na frente de um estabelecimento comercial aguardando o momento de retornar para a TI.



Figura 8 – Veículo utilizado pela aldeia Paranoawe carregado com compras na vila Belo Monte do Pará em Novo Repartimento.

Fonte: ECOPLAN (2016, p.47).

Todas as fotografias relacionadas aos Parakanã passaram por uma classificação inicial. Segundo Nuno Godolphim (1995) a primeira parte da redução destes dados visuais é a elaboração de códigos de identificação, que ajudam a classificar a imagem de acordo com o **tema** principal de associação. Na perspectiva desta dissertação outras categorias foram elaboradas, como a **data**, **objetivos** do fotógrafo e o **contexto** (atividade de campo ou dado secundário). Também foi necessário distinguir os elementos presentes nas imagens (**pessoas** e **objetos**), criando assim, indexadores que facilitaram a identificação e o cruzamento de informações nas etapas seguintes. O **Quadro 3** a seguir é um exemplo do tratamento realizado para o material visual:

Quadro 3 – Ficha de identificação das imagens selecionadas para a pesquisa.

CÓDIGO DA IMAGEM: FOTO_77		CATEGORIZAÇÃO	
	Tema	Estrutura construídas pelos Parakanã.	
	Data	Época dos primeiros contatos (pós 1970)	
	Objetivos	Registro da moradia tradicional	
	Contexto	Registros da Frente da Atração da FUNAI	
	Pessoas	Ausentes	
	Objetos	Registrar o cotidiano da aldeia Parakanã	
Fonte:	MAGALHÃES, A.C. Os Parakanan. Brasília: Boletim Informativo da FUNAI , v.15/16, n.5, p.26-38, 1975.		

A elaboração do catálogo de imagens é uma parte importante da pesquisa, pois os registros fotográficos de campo (associado às imagens extraídas da bibliografia) são numerosos e precisavam estar organizados para serem cruzados com os demais dados. Assim, as imagens receberam uma pequena descrição conforme o modelo sistematizado por John Collier Jr (1973) no âmbito da sua pesquisa com dados visuais. Abaixo o exemplo da descrição da **Figura 8**:

A camionete apresenta um desgaste natural pelo uso nas estradas complicadas do município de Novo Repartimento. Os indígenas estão

sentados na frente do estabelecimento comercial na vila Belo Monte do Pará. A camionete da aldeia Paranoawe já está cheia de mercadorias adquiridas no comércio local e que serão levadas para a aldeia: batata, arroz, óleo de soja, sal, açúcar e diversos outros produtos industrializados. Uma funcionária do PROPKN carrega uma pequena sacola de compras que será colocada na parte de trás da camionete enquanto os indígenas a observam. Os indígenas não aparentam nenhuma preocupação com o entorno, estão totalmente familiarizados com a rotina da pequena vila.

Segundo Nuno Godolphim, este é o momento que fazemos a imagem falar: *“não se trata apenas de descrever (de forma rasa) o sistema social, político e religioso, mas captar os significados e os valores que ordenam e dão sentido a essas formações sociais”* (GODOLPHIM, 1995, p.166).

Todo levantamento de campo foi acompanhado de um diário de campo, uma das técnicas mais básicas de registro. A observação é o ponto de partida, onde se anota ao longo do dia os eventos, acontecimentos, comportamentos e a progressão da pesquisa (ROESE et al., 2006). Desta forma, as informações e situações que ocorrem durante o campo são registradas para uma posterior avaliação e conferência (comparação) com os demais dados levantados. Também podem ser registradas informações sobre outros dados, como por exemplo, a descrição ou intenções das fotografias, ou ainda, as percepções e anotações de um diálogo com um informante. O diário de campo foi o local adequado para registrar algumas conclusões e interpretações e, os fatos registrados, eram consultados sempre com calma e tempo. Mesmo sendo uma técnica básica, o diário de campo seguiu alguns critérios de organização, ou seja, não poderia figurar como um amontoado de dados.

Segundo Roese et al. (2006) é fundamental destacar o “comportamento do observador”, registrar as intenções do pesquisador ajuda a compreender o contexto que os dados foram coletados. No diário de campo ainda figuraram informações básicas como: a data, horário, local, ou seja, as situações vivenciadas que ajudam na análise em gabinete. Por fim, nele ficaram registradas as informações de “localização” de todos os dados coletados, que foram cruzadas com as coordenadas geográficas e os respectivos “tracks” de GPS. Este material, em formato vetorial está inserido no banco de dados geográficos, o que também facilitou a consulta das informações.

4.2 PROPOSTA DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A etapa anterior de classificação dos dados teve um caráter apenas descritivo, e procura somente ordenar e facilitar o acesso às informações. Nesta fase da pesquisa foi necessário passar para o nível mais categórico, analítico e teórico do trabalho (GIBBS, 2009). A interpretação dos dados é momento de buscar um sentido mais amplo do material organizado e analisado, onde se vai além da pura e simples descrição das informações dos dados. Segundo Antônio Carlos Gil (2008) também é quando devemos relacionar os conhecimentos acumulados com a análise dos fundamentos teóricos. Na análise e interpretação são relevantes todos os tipos de dados coletados para a pesquisa: dados verbais (relatos de campo, relatórios e bibliografia) e os não-verbais (fotografias e mapas). Esta etapa tinha como objetivo fazer as devidas relações entre as informações e proporcionar a elucidação da problemática do trabalho.

Na análise e interpretação surgem as tensões entre a teoria e os dados coletados. Desta forma, devido à grande diversidade de dados selecionados (dados visuais, dados de campo e informações bibliográficas) a **aproximação** com a técnica de **Análise de Conteúdo** foi relevante para consolidação dos resultados com dados de natureza tão diversificada:

As fontes para a Análise de Conteúdo podem se constituir de quaisquer materiais oriundos da comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos autobiográficos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos e outros. É preciso estar ciente, contudo, de que este material chega ao pesquisador em estado bruto, precisando receber um tratamento para facilitar o trabalho de interpretação. (SANTOS; SOARES; FONTOURA, 2004, p.2).

Essa metodologia sistematizada por Laurence Bardin possibilita a conexão e a relação de diferentes fontes de informações sobre o mesmo tema. Assim a Análise de Conteúdo é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos, ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1979, p.42).

Essa metodologia é descrita como uma compreensão do material textual, que busca avançar além da leitura descompromissada, revelando o que está escondido,

latente nas mensagens apresentadas por todos os dados (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003). Reforçando que no âmbito desta pesquisa, os dados visuais (Mapas e fotografias), são considerados como um material de comunicação. Jean-Claude Schmitt (2007) salienta que as imagens são provavelmente as formas mais representativas das tendências culturais de uma época, toda e qualquer imagem tem uma razão de ser, comunicando os sentidos, estão carregadas de valores simbólicos e demonstram plenamente o funcionamento cotidiano de um grupo em um determinado momento histórico. Por esta razão, os dados visuais selecionados foram transformados em informações textuais (conforme já exemplificados anteriormente) e seguiram por todas as etapas aqui demonstradas.

A Análise de Conteúdo apresenta diferentes interpretações no processo de exploração dos dados. Por exemplo, Jeferson Santos, Paulo Soares e Luiz Fernando Fontoura (2004) organizam seu trabalho em cinco etapas: preparação, unitarização, categorização, descrição e interpretação. Por outro lado, a sistematização mais usual apresenta três etapas: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003). A Análise de Conteúdo vai depender do tipo de investigação, do problema de pesquisa e do corpo teórico adotado. Também é possível inserir outros teóricos ou ideias para auxiliar na construção dessas etapas, pois a opção pela Análise de Conteúdo é antes de tudo, uma orientação, não uma prisão para a pesquisa. Assim, como a metodologia da pesquisa está amparada por diferentes autores, foram escolhidas três fases denominadas de: Pré-análise; Códigos e Categorização dos dados; e Análise e Interpretação das Categorias.

4.2.1 PRÉ-ANÁLISE

Esta fase é desenvolvida para colocar as ideias iniciais em condições de interpretação. Na fase de coleta de dados foi realizada uma codificação simples, denominada de descritiva, que buscava apenas organizar a grande quantidade de materiais. Com essa identificação é possível selecionar quais informações eram relevantes, a Pré-análise apresenta um exame flutuante com a escolha das informações que estavam associadas aos objetivos e hipóteses da pesquisa. A escolha dos dados seguiu a seguinte orientação:

Inicia-se o trabalho escolhendo os documentos a serem analisados. No caso de entrevistas, elas serão transcritas e a sua reunião constituirá o corpus da pesquisa. Para tanto, é preciso obedecer às regras de *exaustividade* (deve-se esgotar a totalidade da comunicação, não omitir nada); *representatividade* (a amostra deve representar o universo); *homogeneidade* (os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes); *pertinência* (os documentos precisam adaptar-se ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e *exclusividade* (um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria). (CÂMARA, 2013, p.183).

Devido à grande quantidade e a natureza dos documentos selecionados: imagens, mapas, documentos oficiais e diálogos em campo, a seleção foi fundamental para a viabilidade da pesquisa. Cabe destacar a importância das observações de campo na análise e escolha do material. Por fim, muitos dos dados coletados e sistematizados na etapa anterior foram “descartados”, pois fugiam dos objetivos traçados.

4.2.2 CÓDIGOS E CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS

A fase de exploração do material consiste na criação de categorias de codificação. A Análise de Conteúdo possui um processo de construção de categorias particular, mas que é semelhante a muitas outras técnicas de pesquisa qualitativa. Por este motivo, a construção de categorias seguiu critérios próprios e incorporou os outros autores que sistematizaram (e exemplificam) o processo de criação das categorias nas suas pesquisas. Pois, todo o processo de codificação pode ser baseado em conceitos ou em dados. No primeiro caso, os códigos são criados a partir da literatura selecionada para a pesquisa. No caso de categorias baseadas nos dados, são geradas informações que expressam o que os fatos significam (GIBBS, 2009).

Assim, as categorias descritivas na Análise de Conteúdo na primeira etapa são denominadas de “**Categorias Iniciais**”²⁸. A codificação realizada por Anselm Strauss e Juliet Cobrin²⁹, para elaborar a metodologia da “Pesquisa

²⁸ Nomenclatura utilizada por Silva; Fossá (2013).

²⁹ Uwe Flick (2009) apresenta como referência principal o texto denominado de “Basics of Qualitative Research” de 1998.

Fundamentada”³⁰, desenvolve um processo de criação de categorias que pode ser aplicada neste caso específico. Isso não implica em adotar toda a metodologia dos autores, muito bem descrita por Uwe Flick, mas tomar de “empréstimo” uma ferramenta eficiente de pesquisa e adaptar à problemática do trabalho. Desta forma, ao elaborar uma categoria de dados é importante se perguntar: *O que? Quem? Como? Quando? Por Quanto Tempo? Onde? Quanto? Com que frequência? Por quê? Para quê? Por meio de quê?* É por meio destas perguntas (ou parte delas) que conseguimos revelar o que está por trás dos dados (FLICK, 2009). Álvaro Luiz Heidrich (2016a) ainda destaca que o processo de codificação é feito de diferentes formas, mas aqui destaca-se a leitura do próprio pesquisador sobre seu objeto de pesquisa:

O trabalho primeiro de decodificar o texto, de separar os campos de atenção, as unidades de significação e termos conceituais, pode ser feito por meio da leitura do próprio pesquisador, por sistemas de busca de palavras ou trechos do editor de texto eletrônico ou por meio de softwares elaborados propriamente para esse objetivo. (HEIDRICH, 2016a, p.28).

As categorias iniciais mudavam e surgiam ao longo de toda a pesquisa, pois eram influenciadas pela bibliografia especializada e pela interpretação dos fatos analisados. São exemplos destas categoriais: *agentes, alimentação, artefatos industrializados, artefatos tradicionais, atividades culturais, atores, autonomia, características físicas, comercialização, contato com branco, contato com outros indígenas, demarcação de terra, deslocamento, ferramentas de metal, guerra, interesses econômicos, liberdade, moradia, movimento, organização social, pintura corporal, tutela*, entre tantas outras.

Na continuidade da Análise de Conteúdo, as categorias iniciais foram associadas a um segundo grupo de informações, mais complexas e em menor número. A nova codificação apresenta elementos que são de caráter explicativo, onde se buscava sentido para as informações observadas. Assim, de várias categorias iniciais, são extraídas algumas “**Categorias Finais**”, que neste trabalho foram os fenômenos observados na dinâmica territorial Parakanã: *Territorialidade, Desterritorialização e Reterritorialização*. Portanto, existe uma relação de escala

³⁰ Na “Teoria Fundamentada” (abordada em Flick,2009) o primeiro grupo de categorias é denominada de “Codificação Aberta”, seguida da Codificação Axial (que na Análise de Conteúdo se assemelha as categorias Intermediárias).

entre elas, se nas Categorias Iniciais são abordados elementos menores (localizados), nas categorias finais é preciso construir uma relação que está associada a todo o povo Parakanã. Cada nível representa um grau maior de complexidade (SANTOS, SOARES, FONTOURA, 2004). Estas categorias foram construídas com o intuito de respaldar a interpretação dos fenômenos que a pesquisa se propôs a estudar. A ligação entre elas foi usada para a interpretação dos resultados, como ressalta Andressa Silva e Maria Fossá (2013), este “meio termo” representa as respostas norteadoras utilizadas para ligação das categorias

Cada categoria construída para os diferentes dados foi associada à bibliografia consultada. Criando, assim, uma ligação direta entre os dados e a base teórica. A escolha correta das categorias também ajudou promover a “limpeza” dos dados, e mostrar aquelas informações que não eram relevantes para o tema proposto. A seleção correta destas informações facilitou a análise final do trabalho que é descrita a seguir.

4.2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS CATEGORIAS

Com a criação dos códigos e com a categorização dos dados foi possível captar os conteúdos manifestos nos materiais selecionados (fotos, mapas, documentos e etc.). Andressa Silva e Maria Fossá (2013) destacam que a análise deve ser comparativa, promover a justaposição das diferentes categorias, ressaltar os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes.

As categorias criadas através das perspectivas apresentadas foram aplicadas às **unidades de registro**, que são os parágrafos ou linhas das descrições (bibliografia, dados visuais, diário de campo e etc.). Na Análise de Conteúdo, as unidades de registro são agrupadas tematicamente, onde se procura através do processo indutivo e inferencial, compreender o sentido e outros significados que estão relacionados ao referencial teórico da pesquisa (SILVA; FOSSÁ, 2013):

As interpretações a que levam as inferências serão sempre no sentido de buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa verdadeiramente o discurso enunciado, o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações, aparentemente superficiais. (CÂMARA, 2013, p.189).

Neste processo, o foco era encontrar as causas ou os efeitos dos fenômenos identificados sobre a territorialidade Parakanã. A produção de inferências sobre as categorias elaboradas implica em avançar na identificação da informação. O dado que se apresenta de forma puramente descritiva, passa a ser vinculado a outras informações e associado diretamente à base teórica (CAMPOS, 2004). É a partir deste momento, que é possível averiguar se existem **conceitos** que dão sentido de referência geral (como por exemplo, espaço geográfico ou território) e se é possível fazer **proposições** baseadas nos dados (CÂMARA, 2013).

As categorias foram relacionadas com base no referencial teórico da pesquisa, buscando a similaridade entre os diferentes dados. Para a formulação das relações encontradas entre as categorias foi preciso identificar (através das categorias) as causas (inferências) associadas aos diferentes atores envolvidos no processo de contato com os Parakanã, o fenômeno (conceitos) e as consequências (proposições) de cada ato.

Por fim, é importante reforçar que a abordagem empregada na interpretação dos dados é de caráter pessoal do pesquisador, como nos lembra Jeferson Santos, Paulo Soares e Luiz Fernando Fontoura (2004). Cabe ressaltar, que a leitura não é neutra, mas carregada de significados, baseada nas experiências e nas escolhas teóricas adotadas pelo pesquisador.

5. TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS

Com base na metodologia proposta foi possível perceber que os Parakanã vivenciaram pelo menos três momentos distintos, com marcas profundas na sua territorialidade. A primeira grande divisão do povo é registrada apenas por relatos dos pesquisadores e sertanistas que estiveram com os Parakanã no processo de contato e demarcação da terra. São poucas as informações devido ao isolamento destes indígenas com relação à sociedade envolvente. Existe um período de transição, que corresponde ao momento que os Parakanã passaram a ter relações esporádicas com colonos e com a Frente de Atração do órgão indigenista brasileiro. Fato que se intensifica na metade dos anos 1950, e vai até a fixação nos postos de atração: Pucuruí (3º acampamento), Parakanã (igarapé do Lontra) e Apyterewa (igarapé Bom Jardim)³¹.

A segunda etapa é talvez a mais traumática para os Parakanã, pois condiz com a tentativa do Estado de promover a integração dos indígenas à sociedade nacional. Os Parakanã foram submetidos ao aldeamento e a tutela do Governo, que promoveu a desorganização social, inserindo doenças e desarticulando os vínculos e as práticas territoriais originárias deste povo indígena. Conflitos de interesses, como o projeto da UHE Tucuruí, levaram a sucessivas transferências e à criação do Projeto Parakanã (1978-1979) que tentou prestar assistência e compensar os danos causados por este grande empreendimento hidrelétrico.

A última fase proposta para os Parakanã é caracterizada pelo início do Programa Parakanã em 1987 e a consolidação da Terra Indígena Parakanã. Patrocinado pela companhia Vale do Rio Doce, que tinha interesses na extração de minérios na Serra de Carajás, o grupo é assentado “definitivamente” nas aldeias Paranatinga e Maroxewara.

³¹ Cabe ressaltar que a pesquisa não levantou informações sobre o Acampamento Apyterewa formado em 1984, localizado próximo ao rio Xingu, que levou a constituição da TI Apyterewa com outras particularidades. Assim, a segunda etapa do trabalho é concentrada nos indígenas que originaram a TI Parakanã. Os postos de atração, Pucuruí e Parakanã, não podem ser interpretados com uma única estrutura, pois a frente de atração deslocava os acampamentos indígenas de acordo com suas necessidades logísticas. O 3º acampamento era, por exemplo, uma base avançada do Posto de Atração Pucuruí.

Ao apontar essas fases é importante destacar que elas não buscam identificar estruturas rígidas para cada momento. O início do PROPKN, por exemplo, não representou significativas mudanças para os membros deste povo. Entretanto, é perceptível que nesses três momentos existam particularidades importantes, que devem ser consideradas para conseguirmos apontar o que seria o “Território Parakanã” e, conseqüentemente, elementos diferenciados na construção da territorialidade do grupo.

5.1.1 CONCEPÇÕES ESPACIAIS DIFERENTES, O TERRITÓRIO ORIGINÁRIO

Construir um território originário Parakanã é uma ousadia que esbarra principalmente na falta de dados sobre o período anterior aos anos de 1970. A própria denominação “Parakanã” esconde profundas diferenças existentes entres os indígenas e nos faz pensar (de forma equivocada) que o território abrigava um povo socialmente homogêneo. Além disso, para levantar elementos que ajudariam a apontar características sociais, territoriais e de comportamento nesta época, seria necessário um intenso trabalho de pesquisa aos moldes já realizados por Carlos Fausto (1991 e 1997) e Antônio Carlos Magalhães (1982 e 1994), que tiveram a oportunidade de conviver longos períodos com os Parakanã.

Mesmo assim, as informações disponíveis dão conta que os Parakanã habitavam as áreas próximas à margem esquerda do médio Tocantins. São situados por Aryon Dall’igna Rodrigues (1985) no tronco linguístico Tupi, subconjunto IV, juntamente com os Assurini do Tocantins (TI Trocará) e os Suruí Aikewara (TI Sororó) que vivem próximos da TI Parakanã – **Mapa 1**. Atualmente o contato entre os povos é restrito, as terras indígenas estão cercadas por propriedades particulares, que estão promovendo o desmatamento e transformando os territórios indígenas nos últimos resquícios de floresta no interflúvio Xingu-Tocantins. Os Parakanã estão, por exemplo, divididos em duas terras indígenas: na TI Parakanã estão os primeiros contatados e, na TI Apyterewa, muitos dos indígenas localizados próximos ao rio Xingu no início dos anos 1980.

No final do século XVII a Bacia Hidrográfica do médio Tocantins era uma região praticamente sem interferência da sociedade nacional, com uma vasta

floresta e alguns povoamentos próximos aos principais rios que desaguavam no Tocantins. Estes povoados apresentavam pequenas áreas de agropecuária que eram queimadas anualmente, visando o plantio de pequenos roçados e de pastagem para a criação de bovinos que viviam soltos no entorno das casas. A produção local era destinada à subsistência da população que se ocupava na coleta da castanha-do-pará, látex e do babaçu, todos os produtos vendidos no porto de Belém (VALVERDE, 1987). Carlos Fausto (2001) destaca que os viajantes da época, descreviam que as populações das margens do Tocantins dificilmente promoviam longos percursos dentro da floresta, devido as dificuldades naturais da região e o receio de ataques dos indígenas, assim a colonização ficava restrita as proximidades dos rios e igarapés. Henri Coudreau (1897) ao realizar a expedição “Tocantins-Araguaia” entre 31 de dezembro de 1896 e 23 de maio de 1897 descreveu a situação dos vilarejos nas margens do rio (**Figura 9**), esses pequenos núcleos deram origem aos atuais centros urbanos nas margens do Tocantins:

On a d'abord commencé par mettre dans un débroussement quelconque quelques têtes de bœufs qn' on abatloit au fur et à mesure des besoins de la consommation locale. Puis on s'est dit que puisqu'on avait quelques petits campos dans la région, il valait mieux. Se mettre, une bonne fois, à y créer des troupeaux.

Ces petits campos du Bas Tocantins sont au nombre de cinq qui sont d'aval en amont, tous rive gauche: Le Campo ele Arumatheua; Le Campo elo Breu Branco, le plus petit; Le Campo ele São Miguel, le plus grand, donnant trois heures de traversée à travers des étendues de campo “limpo”, c'est-à-dire sans arbres; Le Campo elo Defuntinho; Le Campo elo Remansinho. (COUDREAU, 1897, p.12).

Entre o igarapé Santos e o rio Caripé foi construída a vila de Alcobaça (atual sede do município de Tucuruí). Neste ponto o rio Tocantins impõe dificuldades para a navegação de barcos de grande porte, com corredeiras e pedrais que afloram de acordo com a cota d'água do rio. A navegação era praticada apenas por pequenas canoas, que em muitos casos, precisavam ser arrastadas e carregadas pela margem até os trechos novamente navegáveis. Devido essas dificuldades naturais surgem diversos vilarejos próximos à foz dos igarapés mais volumosos do Tocantins. Essas estruturas (todas descritas por Henri Coudreau) se transformaram em pontos estratégicos para a penetração da densa floresta. Nestes locais, os “aventureiros” podiam fazer reparos nos equipamentos, descansar e repor o estoque de alimentos.

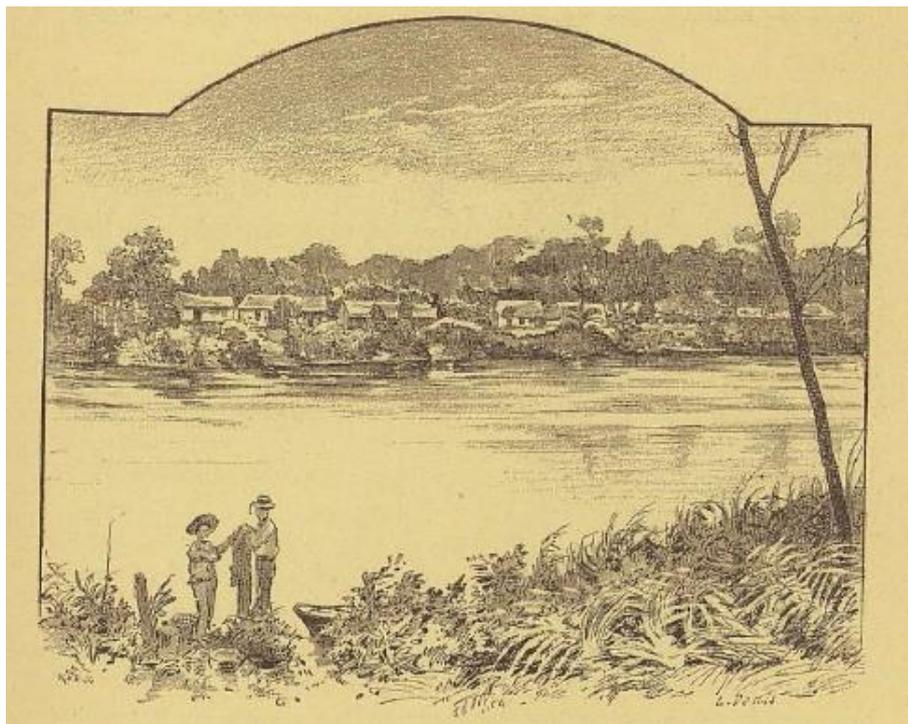


Figura 9 – Vista da Vila do “Areão Novo” próximo a foz do rio Bacuri.
Fonte: COUDREAU (1897, p.27).

No final do século XIX, os produtos não madeireiros estavam valorizados no mercado, o que intensificou a exploração do médio Tocantins. Nessas condições, foi construída a Estada de Ferro Tocantins (EFT) – através do Decreto Presidencial nº 832 de 16 de outubro de 1890 – para transpor as corredeiras do rio Tocantins: “A exportação da castanha se fazia por via fluvial, descendo o Tocantins até Belém. Nas vazantes, a mercadoria era desembarcada em Jatobal e transferida para os vagões da E.F. Tocantins, por onde seguia até Tucuruí, de novo embarcada até Belém” (VALVERDE, 1987, p.71). No traçado da EFT ficavam as vilas que se transformaram nas estações férreas (**Figura 10**): Arumateua (km 25), Breu Branco (km 46), Independência (km 53), Pucuruí (km 68), Quilômetro 82 (km 82), Remansão (km 97) e Jatobal (km 117). Uma das únicas lembranças deste tempo é a sede da Associação dos Antigos Funcionários da EFT em Tucuruí.



Figura 10 – Construção da Estação da EFT em Alcobaça.

Fonte: Foto de L.S. Paz, provavelmente capturada entre os anos de 1920 e 1940, disponíveis em: <http://www.interconnect.com.br/>. Acesso em 25 de setembro de 2016.

A **Figura 11** mostra o traçado consolidado da ferrovia, que jamais conseguiu ser concluída no projeto original. Com a ferrovia, seria possível adentrar a Bacia Hidrográfica, margeando o rio Tocantins, ligando a vila de Alcobaça com Marabá. A construção da EFT ficou restrita à área onde os barcos tinham dificuldades de transpor as cascatas e corredeiras pedregosas do rio Tocantins, justamente o local escolhido futuramente para construção da UHE Tucuruí. O senhor Virgínio Santa Rosa (diretor das Estradas de Bragança e Tocantins) relata, em documento ao Ministério de Viação e Obras Públicas na metade do século XX, as potencialidades do médio Tocantins e destaca a importância da reativação da EFT. A estrada de ferro seria uma opção para ligar o Centro-Oeste com o Norte do País, criando uma integração ferroviária-fluvial (Araguaia-EFT-Tocantins) e garantindo a circulação constante de mercadorias por estes importantes rios brasileiros. Além disso, a EFT seria uma alternativa para as colônias agrícolas que eram criadas pelo Governo, ajudando a evitar o processo de concentração de renda nas mãos dos “senhores da navegação” nas corredeiras do Tocantins³².

³² Informações segundo a cópia do documento assinado por Virgínio Santa Rosa (diretor das Estradas de Bragança e Tocantins) denominado de “Aspecto Geral da Estrada de Ferro Tocantins”. Disponível em: <http://www.oocities.org/efctocantins/hidrotoctantins.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2016.

habitavam a região. O deslocamento da locomotiva era realizado com a vigilância de uma “parede vegetal” que dificultava a visão para além dos trilhos e facilitava a camuflagem dos indígenas que investiam contra os usuários (**Figura 12**). A identificação dos grupos que atacavam a EFT era realizada através das características dos objetos coletados, como as flechas que atingiam os vagões. Os Parakanã, por exemplo, não usavam grandes adornos com penas, o que ajudou a diferenciar seus artefatos daqueles produzidos pelos Assurini do Tocantins, outro povo que habitava o médio Tocantins. A autoria da maioria dos ataques jamais foi descrita com precisão, deixando oculta a identidade de vários grupos que de fato ficaram no caminho da EFT.



Figura 12 – Traçado da EFT no meio da Floresta Amazônica.

Fonte: Foto de L.S. Paz, provavelmente capturada entre os anos de 1920 e 1940, disponíveis em: <http://www.interconnect.com.br/>. Acesso em 25 de setembro de 2016.

Atualmente a bibliografia etnográfica/histórica indica que foram os Assurini do Tocantins que mais dificuldades impuseram aos trabalhadores da estrada de ferro. Por outro lado, os relatos da época reforçam a preocupação dos moradores das pequenas vilas com diversos grupos indígenas desconhecidos, que viviam a montante do rio Pucuruí. No relato de viagem de Henri Coudreau (1897): “*C'est dans cette région des cachoeiras du Alto Pucuruhy que vivrait, d'après les castanheiros du Bas Pucuruhy, une tribu d'Indiens inconnus*” (COUDREAU, 1897, p.25).

O pesquisador alemão Curt Nimuendajú ao propor seu clássico trabalho intitulado “*Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes*” em 1944 (NIMUENDAJÚ, 1981), colocou os Parakanã situados entre o rio Pacajá e o rio Tocantins, na altura do alto rio Jacundá, tangentes a EFT. No entorno eram apontados diversos outros povos, com as datas de contato registrado. Do grupo linguístico Tupi foram identificados: Bacajá (1613), Pacajá (1656), Anambé (1852, 1872, 1852, 1896), Kupê-Rop (1849, 1922), Amanayé (vários momentos começando 1645). Do grupo linguístico Karib: Arara (1869), Pariri (1910 e 1932), Timirém (1910). Além de outros povos não classificados, como: Tapiraua (1897), Carambú (1864), Curupity (1862), Guarajú (1674 e 1691), Aruã (1793), Jacundá (1849). Destaque que o único grupo linguístico Jê identificado foi o Gavião (atualmente na TI Mãe Maria), não existindo referências aos Kayapó que hoje habitam diversas terras indígenas no Interflúvio Xingu-Tocantins. Também é destaque, o imenso vazio na área das cabeceiras dos rios Bacajá, Anapú, Pacajá e Itacaiúnas (áreas ocupadas atualmente por Kayapó nas Terras Indígenas Trincheira Bacajá e Xikrin do Rio Catete – ver **Mapa 1**).

Outro ponto interessante do mapa de Curt Nimuendajú é a grande diversidade de povos identificados. O pesquisador mostrou que muitos indígenas ocupavam e transitavam no médio Tocantins e, cabe ressaltar, que essas informações provavelmente estão incompletas. A relação que podemos fazer é com uma amostra da estratificação geológica, onde faltam camadas (destruídas pela erosão ou por falta de deposição) para descrever todo o processo de idade da terra. Curt Nimuendajú compilou apenas os dados que teve conhecimento e acesso, além disso, povos indígenas foram exterminados antes mesmo de se conseguir realizar levantamentos sobre suas características. O fato relevante deste documento histórico é a confirmação que o médio Tocantins era habitado por vários povos originários, entre eles, os Parakanã. Contrariando a tese de que o interior da Amazônia como um todo era “um grande vazio demográfico”, discurso que ganhou força no processo de abertura da BR-230.

No início da colonização o interflúvio das bacias hidrográficas do Tocantins e do Xingu era habitado por populações indígenas numerosas. Segundo Carlos Fausto (2001), os Apinajé, por exemplo, que entraram em contato com a sociedade

nacional no final do século XVIII, contavam na época com mais de cinco mil indígenas. As bandeiras que buscavam escravizar os indígenas, os conflitos (tanto de defesa quanto ataque) e as doenças trazidas pelos brancos, promoveram o extermínio da população originária da margem esquerda do Tocantins. No período da construção da EFT o médio Tocantins já tinha sua estrutura social (e populacional) totalmente modificada, onde grupos menores passaram a viver isolados na floresta:

Ao se aproximar o século XIX, o despovoamento do interflúvio Pacajá-Tocantins já estava provavelmente consolidado. Não há como avaliar o real impacto do processo de colonização sobre os povos que haviam fugido para o interior e que habitavam, então, as cabeceiras dos afluentes do rio Pará e da margem esquerda do Tocantins, onde teríamos notícias dos Parakanãs cerca de cem anos depois. É possível que àquela altura, já não houvesse um sistema regional em operação, talvez até mesmo as redes supralocais já estivessem destruídas, restando tão somente aldeias isoladas, pouco numerosas, com relação esporádica de guerra e aliança. A margem ocidental do Tocantins desde a foz do Itacaiúnas até Cametá encontrava-se pronta para colonização e repovoamento, mas a fronteira avançaria muito lentamente, fazendo que a zona de mata alta que se estendia para oeste continuasse terra ignota durante muito tempo. (FAUSTO, 2001, p.50).

A Estrada de Ferro Tocantins tornou-se um problema para os grupos indígenas que ainda viviam próximos as margens do rio. Além disso, a EFT facilitou a entrada de “exploradores” na região, afetando os grupos que viviam mais afastados no interior da floresta, com quem passaram a disputar espaço. Aparentemente, os Assurini do Tocantins sofreram mais com a EFT, pois era o povo que estava “a frente”, mais próximo do rio Tocantins. Porém, Curt Nimuendajú relata que o interventor do Estado do Pará em 1928, o Sr. Magalhães Barata, em visita à localidade de Alcobaça ordenou o ataque aos indígenas que prejudicavam os trabalhos na ferrovia (atividades que foram retomados após anos de abandono em 1928). Através de uma incursão armada contra os Parakanã e os Assurini do Tocantins a milícia local procurou os indígenas no interior da floresta:

A direção técnica da incursão confiou Teles a um “Pá-torta”, célebre bandido a quem eram imputados horrendos crimes, de ter arrebatado a cabeça de várias crianças indígenas de encontro a tronco de árvores, durante o massacre contra os Parakanã. A expedição não encontrou os índios, mas incendiou todos os ranchos abandonados e destruiu todo o seu conteúdo, menos uma panela de barro, que trouxe como troféu de glória (RICARDO, 1985, p.26).

Curt Nimuendajú argumenta que as autoridades locais estimulavam o ataque contra os indígenas que se aproximavam das vilas e dos trilhos dos trens (RICARDO, 1985). Para amenizar o conflito, garantir a presença do Estado e marcar a posse do território o Serviço de Proteção ao Índio criou o PAP – Posto de Atração Pucuruí (às margens do rio de mesmo nome) – em 1928, junto ao quilômetro 67 da EFT. A Fundação Brasil Central cederia ainda para o SPI, uma área entre os km 62 e 68, para promover a atração dos indígenas que “atacavam” a ferrovia.

Com o aumento da população, em decorrência das obras da EFT, surgem diversos relatos que raramente sabiam identificar o povo avistado: Parakanã, Assurini do Tocantins e demais povos Tupi, possuíam particularidades que passavam despercebidas pela população. O Posto de Atração Pucuruí foi criado para tentar diminuir as ofensivas dos indígenas e, até o ano de 1953, recebeu a visita dos Parakanã. A relação dos Parakanã com os locais era harmoniosa, trocavam produtos da floresta por bens de metal, diferente dos Assurini do Tocantins que foram responsáveis pelos ataques mais ferozes, conforme relata o Sr. Alípio Ituassu chefe do posto em 1932: *“Índios em vias de pacificação. Tivemos por duas vezes a presença dos índios que nos costumam visitar anualmente. Vieram como sempre pacificamente. Somente não se retraíram ao saque”* (ARNAUD, 1961, p.5). Portanto, é a partir do PAP que os Parakanã passaram a habitar o imaginário da população local, pois até então eram confundidos com os demais povos originários do médio Tocantins. O repórter Fernando Pinto (1971) da revista “O Cruzeiro” ao visitar o acampamento da Frente de Atração de Pucuruí em agosto de 1971 relata as histórias fantasiosas que os habitantes da região atribuíam aos Parakanã:

Já se falou muito, mas pouco se sabe oficialmente em detalhes sobre os Paracanãs, índios em que até mesmo as crianças da região paraense do Tocantins já ouviram falar pela boca de pais e avós, na base, de “se você não obedecer, mando um Paracanã pegar você”. Em toda a extensão dos 117 quilômetros da velha Estrada de Ferro Tocantins, que teve sua construção várias vezes interrompida por causa dos ataques dos índios brancos, os moradores temem a vizinhança dos Paracanãs, que são apontados por gateiros e madeireiros como verdadeiros gigantes, dotados ainda de especial disposição para saquear ou mesmo massacrar civilizados. (PINTO, 1971, p.7).

As lendas atribuídas aos Parakanã eram uma mescla do imaginário popular, com diversos relatos dispersos e com os interesses de alguns atores no médio

Tocantins. O jornal Estado de São Paulo em 05 de julho de 1949, por exemplo, publicou a declaração das autoridades da época, mostrando as intenções de criminalizar os indígenas. Alegando inclusive que o grupo possuía contato com criminosos que se refugiavam na floresta:

O sr. Magalhães Barata leu telegrama que lhe enviara o diretor da Estrada de Ferro Tocantins, no Pará, informando que bando numeroso de índios paracanã atacaram ao mesmo tempo vários pontos daquela ferrovia causando vítimas. Acrescentou que as povoações estão amedrontadas, pois há indícios de que os silvícolas se preparam para ataca-las. Acrescentou aquele senador que os índios do médio Tocantins diferem muito dos Xavantes e de outros, pois não mais atacam com flechas, mas com carabina 44 e terçados. Há versão de que no médio Tocantins se refugiam indivíduos condenados pela justiça e passam a fazer parte das tribos. Referiu-se ao lema do general Rondon de se deixar matar a matar um índio. Disse que nas regiões onde o ilustre militar aplicou esse lema e obteve resultados, os índios não tinham o menor contacto com a civilização, mas que no médio Tocantins a aplicação desse lema não produz resultados³³.

Muitas particularidades (e histórias) só foram desvendadas após a consolidação da atração Parakanã no início dos anos de 1980, como o uso de armas de fogo pelo grupo, por exemplo, que só ocorreu no período pós-contato. A descrição da reportagem acima poderia se referir a outro povo, ou mesmo, ser uma campanha difamatória para justificar as medidas contra os indígenas do médio Tocantins. A primeira informação consistente sobre os Parakanã ocorreu apenas em 1910 quando os Arara-Pariri relataram, aos funcionários do SPI, que haviam sido expulsos do rio Iruaná (afluente do Pacajá) por indígenas que denominavam Parakanã (RICARDO, 1985). Através dos contatos que iniciaram nos anos de 1970, sabe-se por meio da literatura etnográfica que esse ataque teria sido promovido por um povo que habitava as cabeceiras do rio Pacajá e que, antes do contato com a sociedade nacional, teve sua população abalada por uma grande divisão:

O habitat tradicional dos Parakanã é a zona tocantino-xinguana, notadamente às proximidades dos rios Pacajazinho (onde provavelmente tenha se localizado o seu sítio mais antigo), Pucuruí, Cajazeiras, este em seus tributários os Rio do Meio e da Direita, Iruaná, Anapu, Tapirapé, etc., uma área de floresta densa e rica em castanhais e babaçuais, em parte da qual se insere a Serra dos Carajás. O processo de ocupação geográfica teria se dado em conformidade ao deslocamento de alguns subgrupos formadores do povo Parakanã. Estes, enquanto ainda residentes junto às

³³ Reportagem: O Momento Político: No Senado. **Jornal Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 jul. 1949, p.3.

cabeceiras do Rio Pacajazinho (Djakuiú), moravam em um único aldeamento, onde cada subgrupo tinha a sua própria residência. Os Parakanã contaram a Magalhães que após um conflito interno deu-se a dispersão. Assim, parte deles rumou para o Rio do Meio (Igowéia), onde teria se concentrado o maior número de elementos Apuiterewa, estendendo, a partir daí os seus domínios em direção ao Rio Itacaiúnas e o seu tributário, o rio Tapirapé. Uma outra parte, com um maior número de pessoas Tapiipy, se deslocara em direção aos rios da Direita (Ijukiria), Pucuruí (Paranowauna), Anapú (Anapua). Junto a estes dois subgrupos como Os Wirapi e Mokotiwera (Magalhães: 1982, 52-53; 1984, ip). Em 1910, Nimuendajú localiza os Parakanã nas proximidades do Rio Iruaná, quanto teriam expulsados daí os Arara-Pariri (1963: 206). Somente em 1970, parte desses subgrupos Parakanã foi contatado nas cabeceiras dos afluentes dos rios Bacuri e Pucuruí, com a construção da rodovia Transamazônica. (RICARDO, 1985, p.20).

O antropólogo Carlos Fausto (2001) passa a tratar os Parakanã como Ocidentais e Orientais a partir desta separação (motivada por uma disputa por esposas), denominação que será adotada nesta dissertação para fins explicativos. Por hora, é possível dizer que os Orientais mantiveram práticas territoriais que previam deslocamentos restritos (mais sedentários), enquanto que os Ocidentais promoveram deslocamentos intensos, ampliando seu conhecimento espacial e contato interétnico. Porém, antes desse conflito interno ocorreu um fato importante que marcaria profundamente a relação dos Parakanã com a sociedade envolvente. O grupo atacou a aldeia de “*Moakara*” (primeiro senhor dos brancos), que lhes apresentou as primeiras ferramentas de metal:

Moakara lhes mostrou a ferramenta, e eles se apressaram em saber como a obtivera:

- Quem é que tem *karapina* para você?
- Os brancos é que têm *karapina*, meus sobrinhos. Eu grito para eles da outra margem do rio, e eles trazem os machados para mim dentro de uma canoa.

Os guerreiros perguntaram-lhe então onde poderiam encontrar os *toria*, e Moakara lhes indicou o caminho. Mas ainda havia uma pergunta crucial:

- Como que você os “paga” [-*wepy*] para pegar os machados, meu tio materno?
- Com jabotis, meus sobrinhos. Eu lhes dou jabotis, e então eles me dão a contrapartida: machado e fumo. (FAUSTO, 2001, p.57)³⁴.

Os Parakanã tiveram o contato com os primeiros instrumentos de metal e, principalmente, descobriram a maneira de ter acesso a essas ferramentas. Desta forma, se a teoria de Carlos Fausto estiver correta, o contato com bens de metal foi

³⁴ *Toria* é a palavra que os Parakanã usam para designar os não-indígenas (SILVA, 2003). *Karapina* é uma ferramenta ou mesmo machado feito de metal (FAUSTO, 2001).

intermediado por outros indígenas, que lhes explicaram que não existia a necessidade de entrar em conflito com os brancos para conseguir tais ferramentas. O relato exposto (lendário ou real) teria ocorrido no interior da floresta, longe das margens do Tocantins, *Moakara* foi morto, sua aldeia saqueada, mulheres e crianças incorporadas aos Parakanã.

Com base nas informações levantadas até aqui é possível identificar a localização Parakanã antes dos primeiros contatos para abertura da BR-230. As primeiras aldeias estariam localizadas próximas às cabeceiras do Pacajzinho e, por razões internas, o grupo se dividiu, tomando direções contrárias, conforme mostra a **Figura 13**. No aldeamento existiam subgrupos (ou clãs) que mantinham relações mais próximas, o desentendimento entre estes promoveu a dispersão. Magalhães (1993) diz que os Parakanã possuíam cinco grupos de descendência: *Tapi'pya*, *Apyterewa*, *Wirapina*, *Mikotywena*, *Marujewarea*. Para Carlos Fausto (2001) estes grupos articulavam suas relações sociais (como por exemplo, os casamentos, a amizade formal, a organização dos roçados, a divisão espacial das residências etc.), a divisão e as características particulares destes grupos ajudariam a influenciar o futuro do povo.

Os Orientais, mesmo vivendo mais próximos ao Posto de Atração de Pucuruí, só tomaram conhecimento da estrutura no momento da atração (início dos anos de 1970). Com a dispersão, o grupo Ocidental logo encontrou e manteve diversos contatos com os agentes do SPI que trabalhavam no posto, onde conseguiram adquirir diversas ferramentas industrializadas, inspirados na maneira que *Moakara* lhes havia ensinado (FAUSTO, 2001). Nas palavras do chefe do posto o sr. Alípio Ituassu em 1932:

Visitaram mais uma vez êste Pôsto, quando lhe foi distribuído o que tínhamos para êles, terçados, machados, facas, rêdes, roupas feitas, farinha, bananas, milho e outros objetos, tudo em grande quantidade. Mas como eram muitos (cem calculadamente), dentre os quais muitas mulheres e crianças, nem todos foram brindados... não contentes, numa oportunidade que lhes foi favorável lançaram mão de objetos particulares dos trabalhadores do Pôsto... Apesar disto portaram-se com grande camaradagem, pois cantarolaram, dansaram e mostraram-se muitos satisfeitos, durante as horas que estiveram conosco. (ARNAUD, 1961, p.18-19).

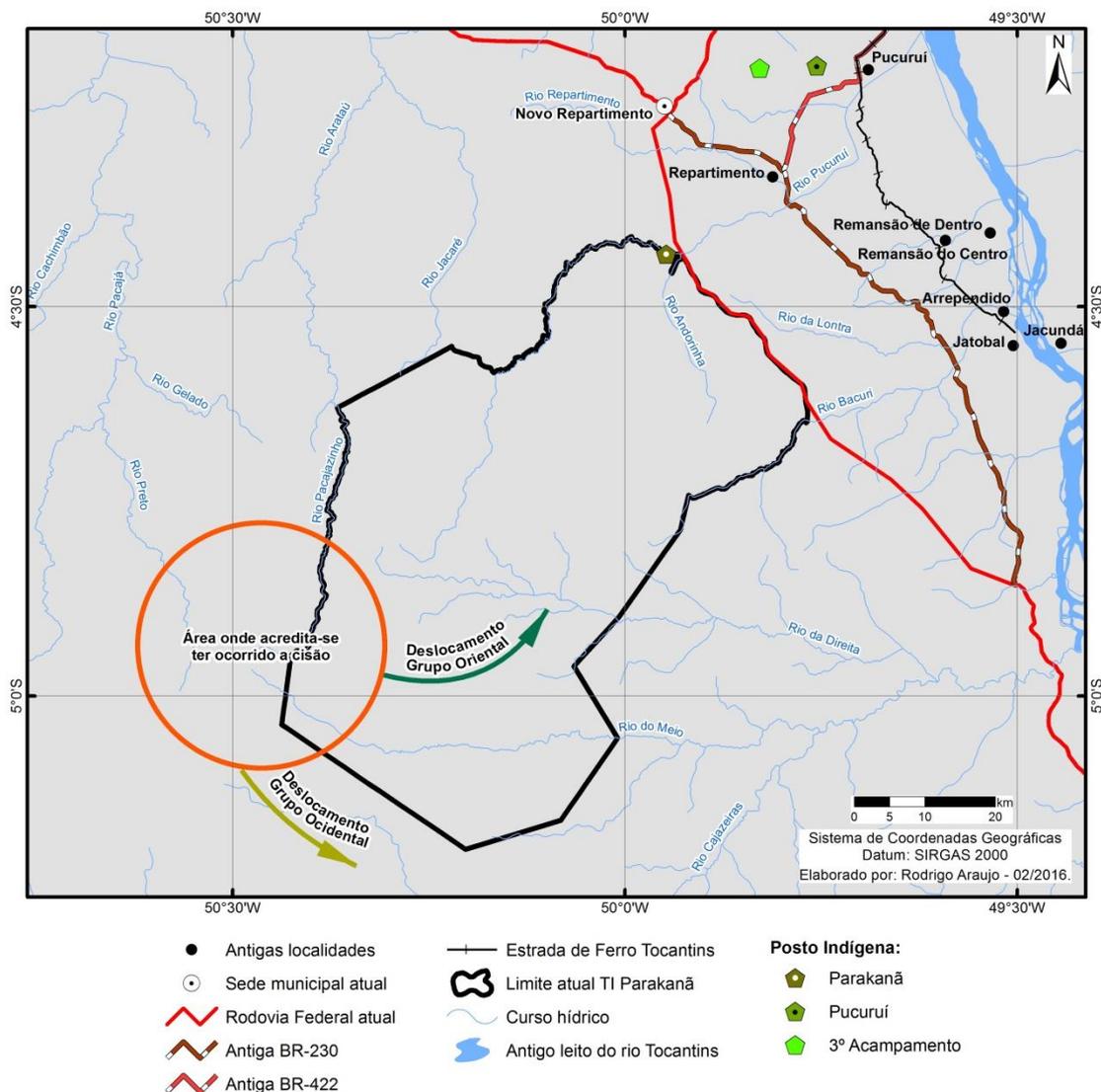


Figura 13 – Mapa de localização da provável cisão Parakanã no final do século XIX.

Observando a **Figura 13** é possível perceber que o espaço geográfico Parakanã não era extenso (comparado com outros povos conhecidos na época). Provavelmente, o tamanho reduzido de cada grupo e a presença de obstáculos físicos, dificultavam o deslocamento e a dispersão Parakanã. Magalhães (1993) destaca que o povo não dominava técnicas canoieiras, então, nos seus deslocamentos procuravam contornar os cursos hídricos mais caudalosos ou cruzavam apenas na estação seca. Com a cisão ocorrem algumas diferenciações importantes nas práticas territoriais e na relação com o espaço geográfico. Carlos Fausto (2001) argumenta que os Orientais eram mais sedentários, evitavam o conflito com os inimigos que rodeavam suas aldeias, buscando o isolamento em locais conhecidos. Por outro lado, os Ocidentais intensificaram as atividades

guerreiras expandindo seu conhecimento espacial, promovendo deslocamentos intensos, migrando inclusive para áreas que no mapa de Curt Nimuendajú não possuíam nenhum registro de contato com povos indígenas.

As informações coletadas mostram que o Estado brasileiro tinha conhecimento da existência dos Parakanã sabendo que eles poderiam se configurar em problemas para a expansão das políticas governamentais. Primeiramente, para garantir a execução da EFT, foi criado o Posto de Atração Pucuruí, que foi responsável por identificar e coletar diversas informações sobre os indígenas que viviam no médio Tocantins. Já na segunda metade do século XX, com a perspectiva de construção das rodovias na região Norte do país, o Governo mudou a estratégia (pois tinha pressa e recursos financeiros). A FUNAI (instituição dominada por militares) assinou um convênio com a SUDAM para promover a pacificação (FAUSTO, 2001). Com o início da construção da BR-230, dois grupos de atração foram criados, contavam com sertanistas, mateiros, militares e indígenas de diferentes povos já pacificados. Esses grupos eram responsáveis por dar cobertura para as equipes de campo das empreiteiras que iriam executar a obra. A Frente de Atração denominada de “Kararaô” ficou sediada em Altamira e a “Pucuruí” em Tucuruí, ambas faziam investidas constantes no interflúvio Xingu-Tocantins, procurando povos que viviam livres na floresta.

A Frente de Atração dava cobertura para os trabalhadores das empreiteiras que abriam caminho na mata. Cabe destacar, que os locais destes postos de atração são coincidentes com os pontos onde o rio Xingu e o rio Tocantins não são navegáveis por embarcações de grande porte. Hoje junto com as corredeiras estão duas das maiores hidrelétricas do país: Belo Monte e Tucuruí. Tal fato mostra que as medidas de reconhecimento territorial do Estado, também auxiliaram no levantamento de informações sobre as possíveis potencialidades existentes nestes rios. Contudo, essas áreas foram exploradas com maior “interesse” pelo Governo apenas com os projetos de aberturas das rodovias.

A FUNAI no Posto de Atração Pucuruí (que abandonou a estratégia de imobilidade do SPI) conseguiu contatar os Parakanã (Orientais) nas proximidades do Igarapé do Lontra em 1970, poucos quilômetros da foz do rio Pucuruí (lembrando os

relatos de Henri Coudreau sobre indígenas desconhecidos a montante deste rio). Enquanto incursões adentravam a floresta na procura de outras aldeias. O delegado da FUNAI, Coronel Antônio Augusto Nogueira, relatou ao repórter Fernando Pinto que eles trabalhavam com a existência de setecentos indígenas Parakanã, distribuídos em pelo menos quatro aldeias (PINTO, 1971)³⁵.

Os trabalhos de abertura da BR-230 intensificaram a atividade de contato com os indígenas. A preocupação era mostrar para a opinião pública que o Governo estava empenhado em proteger os indígenas e que não promovia um massacre étnico. Com a rodovia, os madeireiros e caçadores tiveram acesso a áreas antes isoladas, também aumentavam o número de lotes agrários nas margens da Transamazônica que, somados às glebas já existentes, pressionavam o território Parakanã. Em 1972, um grupo indígena Parakanã ocupou uma roça de um assentamento nas cabeceiras do rio Cajazeira. A FUNAI foi acionada pelos próprios colonos para intermediar juntos aos indígenas: “*Em 1972, foram realizados cerca de 30 contatos com os Parakanan do rio Cajazeira que, no entanto, ainda não permitiram a entrada do pessoal da FUNAI em suas aldeias*” (FUNAI, 1973, p.39).

A região do médio Tocantins foi um dos focos da FUNAI, que conseguiu contatar todos os Parakanã em menos de 15 anos. Contudo, os contatos foram ocorrendo de forma sistemática, cada vez mais distante do sítio original dos Parakanã (mostrado na **Figura 13**), os últimos indígenas deste povo foram contatados já na bacia hidrográfica do Xingu. O explorador francês Henri Coudreau antes de se aventurar no Tocantins, fez incursões no Xingu no ano de 1897 e Curt Nimuendajú compilou informações de muitos grupos indígenas na Amazônia, porém, ambos jamais fizeram referências aos Parakanã na região do Xingu. Os habitantes do aldeamento localizado no igarapé do Lontra em 1970 não conheciam os povos xinguanos, como por exemplo, os Araweté (TI Igarapé Ipixuna) e os Kayapó (TI

³⁵ Fausto (2001) mostra que o Coronel superestimou a população que estaria na verdade entre 150 a 200 Parakanã Orientais.

Trincheira Bacajá³⁶) que entraram em conflitos apenas com os últimos grupos contatados.

Os relatos da Frente de Atração mostram que a área de perambulação era extensa (mas aplicada apenas aos Ocidentais), bem diferente daquela observada na **Figura 13**. Aparentemente o aumento do espaço conhecido ocorreu no período de abertura da BR-230, visto que alguns Parakanã Ocidentais foram avistados apenas depois de entrarem em conflito com povos que desconheciam (e alguns casos foram expulsos pelos rivais), ou com colonos, garimpeiros e madeireiros que começaram a disputar espaço com os indígenas.

Analisando essas informações, ganha-se a compreensão que a política de pacificação indígena estava de acordo com o modelo territorial pensado para o país. O Estado se deparou com um povo indígena que possuía práticas e vínculos territoriais diferentes do modelo pensado pela sociedade nacional. Antônio Carlos Robert de Moraes (1997 e 1999) mostra que em países como o Brasil, com um histórico de ocupação colonial, o território é pensado na base da conquista do espaço. O Estado primeiro pensa em organizar as estruturas que devem garantir o modelo de desenvolvimento defendido pelas políticas governamentais. A prática territorial levada para os sertões do país segue um modelo capitalista baseado na exploração dos recursos naturais “intermináveis”.

Os indígenas apresentam formas próprias de agir no espaço, relações que são diferentes das ideias de desenvolvimento e de propriedade privada. O choque de interesses é inevitável. Por esta razão, o conhecimento e a forma de vivenciar o espaço geográfico na visão indígena é descartada pelo Estado, o objetivo é consolidar as estruturas condizentes com o modelo capitalista e, levar para as áreas “atrasadas”, o padrão territorial que permitirá a integração com o restante do país. Como reforça Antônio Carlos Robert de Moraes “*A formação brasileira é exemplar em face das características expostas. A expansão territorial – despovoadora na*

³⁶ Em atividade de campo pela EcoPLAN em maio de 2016, tive a oportunidade de conversar com um idoso que me relatou o conflito que teve com os Parakanã nos anos de 1960-1970. A descrição extremamente detalhada compreendia os mesmos relatos descritos por Antônio Carlos Magalhães em Carlos Alberto Ricardo (1985).

perspectiva dos índios, povoadora na ótica do colonizador – marcou o desenvolvimento histórico do Brasil” (MORAES, 1999, p.44-45). Assim, a BR-230, a UHE Tucuruí, a exploração da Serra de Carajás, a abertura de assentamentos do INCRA (os principais empreendimentos que afetaram os Parakanã) fazem parte das intenções da política brasileira (ou pelo menos as intenções de alguns atores), onde o Estado é concebido com um gestor do território.

O modelo colocado à prova na Amazônia encontrou os Parakanã em situações distintas, o que nos leva à construção de diferentes narrativas para explicar as práticas territoriais dos Orientais e dos Ocidentais: Na primeira delas, a Frente de Atração, os mateiros e os agricultores, ou seja, todos os atores e agentes que chegaram ao médio Tocantins encontraram cerca de duzentos indígenas que viviam em torno de um aldeamento, com encontros raros com a sociedade envolvente. Por outro lado, os Ocidentais promoviam deslocamentos pela floresta, que estavam sempre amparados por um ponto comum de encontro, a roça de mandioca. Os Ocidentais mantiveram diversos contatos com a sociedade envolvente, sempre que lhe era interesse, até o momento que se viram cercados por fazendas e grupos indígenas já contatos. Carlos Fausto reforça que a concepção espacial dos Parakanã possuía duas perspectivas completamente diferentes:

Os Blocos diferenciavam-se, assim não apenas nas estratégias de subsistência, mas também nos mecanismos sociológicos de produção e reprodução do grupo: de um lado, poligamia generalizada; de outro, isolamento, centralização, morfologia social dualista, poligamia restrita. Enquanto que os ocidentais ampliavam sua zona de atuação, desferindo seguidos ataques contra novos inimigos, raptando várias mulheres e tomando bens, os orientais isolavam-se e defendiam-se das intrusões em seu território. Mas estas, tirando-se os ataques de seus ex-parentes, eram pouco significativas: um ou outro castanheiro e, na década de 1920, dois índios *tapi'pya*, remanescentes, segundo dizem, do grupo de Moakara. (FAUSTO, 2001, p.62).

Os Orientais tinham relações simbólicas e materiais que depõem contra uma perspectiva de movimentação constante apresentada pelos Ocidentais. Para Carlos Fausto (2001), até a cisão do grupo na metade do século XIX, provavelmente, os Parakanã seguiam a lógica praticada pelos Orientais. Contudo, a condição espacial dos Parakanã é mais que um simples deslocamento pela floresta ou a fixação num ponto específico. Assim, é preciso buscar as relações existentes no cotidiano que moviam a vida de cada grupo. As formas de organização espacial mostram duas

maneiras de vivenciar o espaço geográfico, com vínculos e práticas territoriais distintas, que devem ser analisadas em separado.

VÍNCULOS E PRÁTICAS TERRITORIAIS DO GRUPO PARAKANÃ ORIENTAL

Inicialmente vamos tentar compreender a espacialidade dos Parakanã Orientais. Já foi dito que este grupo possuía uma mobilidade restrita se comparada aos seus parentes Ocidentais, essa afirmação é amparada nas condições do contato (onde todos foram localizados em um único aldeamento nas cabeceiras do Igarapé do Lontra em 1970). Um ponto relevante, que ajuda na compreensão da organização espacial dos Parakanã Orientais diz respeito a distribuição e a funcionalidade dos objetos encontrados nos aldeamentos: na casa coletiva, nas roças do seu entorno, nos acampamentos de caça, na *tekatawa*³⁷ (“praça” cerimonial) e na futura aldeia (que muitas vezes era o antigo acampamento de caça, construída antes de abandonar a casa antiga). Esta organização dos elementos, por exemplo, confundiu a Frente de Atração, que em determinado momento pensou estar tratando com um grande grupo, distribuído em diversas aldeias próximas, conectadas por trilhas no meio da floresta, ou seja, um sistema complexo de organização fixada em núcleos familiares (FAUSTO, 2001). A FUNAI não conseguiu perceber que existiam casas coletivas e acampamentos de caça baseados na disponibilidade de alimentos. O “colonizador” não percebeu que o grupo possuía práticas territoriais completamente diferentes do que estavam acostumados a observar.

Para auxiliar este entendimento, vamos às ideias do geógrafo Milton Santos que apresentam o espaço geográfico como um conjunto indissociável de objetos e ações. Não podemos pensar (ou interpretar) a realidade espacial considerando objetos e ações como elementos separados “*Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos*”

³⁷ Segundo Carlos Fausto “A *tekatawa* é um local descampado, normalmente sem qualquer construção, que deve estar necessariamente à distância das residências. Não se deixa circunscrever pelas casas, mas se opõe diametralmente a elas” (FAUSTO, 1997, p.134). A *tekatawa* é o local de conversa e tomada de decisões para os homens.

ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2012, p.63). Os objetos respondem a um momento histórico, vivenciado pelo grupo social que os criou (ou se utiliza dele) e ajudam a compreender a lógica espacial.

Nos aldeamentos do grupo Oriental, também foram encontradas uma variedade de situações que são as marcas espaciais (ou os vínculos territoriais) deste povo. A vida dos Parakanã era *“uma síntese dessas três dimensões: casa, roça e ‘praça’”* (FAUSTO, 2001, p.107). A distribuição dos objetos construídos pelos Parakanã só faz sentido se pensadas em conjunto, com uma utilidade real para o grupo, no *“reconhecimento dos objetos na paisagem, e no espaço, somos alertados para as relações que existem entre os lugares. Essas relações são respostas ao processo produtivo no sentido largo, incluindo desde a produção de mercadorias à produção simbólica”* (SANTOS, 2012, p.71). Milton Santos fala de grandes estruturas, cidades, estradas e ferrovias que ajudam a compreender a relação espacial na qual estamos inseridos. Todavia, trabalhando em outra escala, podemos pensar, por exemplo, que as casas, panelas, arcos, flechas, roças e os demais objetos que faziam parte do cotidiano Parakanã, são as referências desse povo.

Cada objeto pode ajudar na compressão das condições sociais em que foram criados. Assim, a estrutura material Parakanã Oriental, representa suas condições espaciais e evidenciava uma territorialidade própria, que necessitava de momentos prolongados de fixação em locais considerados seguros pelo grupo. A utilização dos objetos concretos são as assinaturas das ações e um testemunho dos fatos passados. Cada objeto pode ajudar a explicar a dimensão espacial e territorial de parte do povo Parakanã, porque cada objeto está condicionado à ação (muitas vezes no plural) e articulado com um sistema mais complexo. Não se trata da criação do objeto para uma necessidade momentânea, mas objeto e ação são organizados sobre a lógica vivida. A ação tem um propósito, *“no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo. (...) e a realização do propósito reclama sempre um gasto de energia”* (SANTOS, 2012, p.78). O propósito e a motivação Parakanã eram completamente diferentes dos homens da FUNAI, que não conseguiram entender a estrutura territorial organizada em torno da roça, da casa comunal, da *tekatawa* e dos acampamentos de caça.

Milton Santos (2012) reforça que os objetos não agem sozinhos, são os homens que lhes dão sentido prático (por isso a confusão criada inicialmente pela Frente de Atração). A ação desempenhada está sempre ligada ao conteúdo técnico que lhe é empregado, onde o espaço geográfico não é apenas um cenário onde as coisas acontecem, mas onde surgem as relações entre todos os elementos. Como ele afirma, espaço geográfico, é um híbrido. A construção de roçados, por exemplo, passa pelo reconhecimento da parte física da área, que ganhará um sentido social na busca da segurança alimentar da aldeia. Posteriormente, se a roça corresponder às expectativas, vai gerar as condições para construção das casas e demais objetos que o grupo necessitava, como a *tekatawa*. A roça não seria construída sem garantias, nem estaria muito distante da aldeia, pois poderia ser atacada por inimigos. Assim, não eram realizados movimentos sem garantias, a territorialidade é amarrada no conhecimento espacial.

Os registros até o final da década de 1960 mostram que os Parakanã habitavam os afluentes do rio Tocantins localizados entre a vila Alcobaça (Tucuruí), a foz do Cajazeiras e as cabeceiras do Pacajá. O mapa de Nimuendajú mostra a diversidade étnica da região, os relatos dão conta que os Assurini do Tocantins aparentemente ocupavam as áreas mais próximas ao rio, assim como os Gaviões estendiam seus domínios na foz do Cajazeira, um povo mais numeroso, representante de um tronco linguístico diferente, sendo um potencial inimigo. Além disso, os Ocidentais se tornaram hostis. Com esses elementos, já podemos começar a pensar que o espaço geográfico Parakanã era intensamente disputado por outros povos (e que na metade do século XX ganhou o interesse da sociedade nacional). Formar uma aldeia e construir um território no seu entorno, era garantir, antes de mais nada, a sobrevivência do grupo.

A bibliografia etnográfica reforça que os Parakanã Orientais construía suas aldeias pensando nas condições ideais de proteção (as casas coletivas possuíam reforços internos que evitavam a penetração na palha de flechas jogadas a longas distâncias) e para manter a segurança alimentar (baseada na coleta, na caça e em pequenos roçados). Neste ponto, também era importante outros elementos como a proximidade com os corpos hídricos. Antônio Carlos Magalhães (1993) descreve que a pesca não era uma das principais fontes de alimentos, os sítios históricos não

estavam junto aos grandes cursos hídricos e os Parakanã não dominavam a arte canoieira, todavia, estavam localizados nas proximidades de pequenos rios. Não só pela necessidade de matar a sede, mas também por uma questão simbólica. Os Parakanã têm parte do seu imaginário ligado à questão das águas, o autor cita alguns exemplos de rituais que estão associados a mística das águas, como a lenda do jacaré que inicia na *tekatawa* com seus cantos e danças:

O mundo aquático é pleno de significados, é aqui que, em termos míticos, são encontrados os seus ancestrais. A raia, existente em grande profusão nos igarapés e igapós da região é tida como a avó [xaria / miaria = avó / raia] dos awa eté e não é por eles consumida. O jakaré una é o avô [= amuna / jakaré una = uré ramna – nosso avô], sendo consumido por todo um grupo local, durante o cerimonial denominado jakaré werojunawa que uma tradução livre significativa 'aquele que carrega o jacaré às costas', em referência ao mito do jacaré que teria perseguido o primeiro awa eté, quando este tentava atravessar um igarapé. (MAGALHÃES, 1993, p.109-110).

Considerando apenas a formação das roças como um elemento fundamental para segurança alimentar das famílias e a necessidade de construção de uma *tekatawa* para os cerimoniais, já é possível perceber que a mobilidade não era realizada ao acaso. O período de uma roça de coivara na Amazônia tem duração que fica entre dez a dezoito meses, a formação de um núcleo cerimonial e de uma aldeia necessita, primeiro da construção de um acampamento fixo, com identificação dos recursos (matéria-prima para construção da casa comunal e de um rio para captura do jacaré que será usado no processo ritual, por exemplo) e o conhecimento do terreno envolvente (locais adequados para construção das roças).

Desta forma, o núcleo de aldeamento Parakanã Oriental possuía elementos que indicavam a fixação por um período considerável. Voltando para o exemplo em torno das roças: o preparo, cultivo e colheita, são processos que exigem o envolvimento por pelo menos dez meses. Na sequência, inicia-se o período de colheita e produção de farinha. Neste processo, não existe a necessidade de extrair todas as raízes de uma única vez, a atividade é lenta e depende da necessidade alimentar da aldeia. Com a produção da farinha, era preciso estocar essa produção, nos cestos e nas famosas panelas de barro. A relação alimentar não é apenas de coleta e consumo, as imagens dos primeiros contatos mostram o preparo de bolos de mandioca e o cozimento dos alimentos nas panelas feitas de barro – **Figura 14** e

Figura 15. Toda a estrutura construída para garantir a alimentação já indica um processo de fixação no sítio escolhido, mesmo que não durasse por períodos prolongados. A necessidade de promover essas atividades, também indica uma territorialidade particular em torno da aldeia.

A farinha era consumida com os animais caçados em diferentes momentos. Antes de avistar as casas coletivas, a Frente de Atração se deparava com os acampamentos de caça, construídos pelos homens em distâncias consideráveis da aldeia, mostrando que mesmo na atividade de caça estava muito bem organizada, e não era uma busca cega no território – **Figura 16.** O acampamento também é uma marca territorial, que reforça o sentimento de pertencimento de uma área. Ele tinha uma relação direta com a aldeia principal, pois ampliava o conhecimento do entorno. Conhecer as condições circundantes era fundamental para este povo indígena, pois quando as roças de uma aldeia perdiam a produtividade, era necessário mudar para um local mais rentável. Neste sentido, os acampamentos de caça serviam como pontos avançados de reconhecimento territorial, assim, o grupo escolheria uma área que garantisse todas as necessidades das famílias.



Figura 14 – Bolo de mandioca e os equipamentos utilizados para sua preparação.
Fonte: MAGALHÃES (1975, p. 33).



Figura 15 – Alimentos sendo preparados em Panela de Barro.
Fonte: FUNAI (1978, p. 25).



Figura 16 – Acampamento de caça Parakanã encontrado no período de contato.
 Fonte: FUNAI (1978, p. 22).

Carlos Fausto no seu trabalho etnográfico conseguiu mapear as antigas aldeias do grupo Oriental entre os anos de 1925 até 1971. Ao propor esse mapeamento o antropólogo mostra que a palavra território e a demarcação de limites, são termos que não fazem muito sentido quando aplicados na lógica dos Parakanã Orientais:

Não se trata de uma superfície abstrata de terra onde um sujeito coletivo exerce sua soberania, mas de uma faixa de floresta conhecida na atividade cotidiana e reconhecida pela inscrição desses atos, através do tempo, no espaço físico e na memória coletiva. Os topônimos refletem essa relação do grupo com seu, digamos “silvitório”. Dar nome a um lugar não é um ato simbólico antecipando de posse, mas o resultado de um longo processo de ocupação, que pode encontrar expressão no mito (FAUSTO, 2001, p.105).

Concordando plenamente com o antropólogo Carlos Fausto, principalmente porque ele parece criticar uma visão reduzida de pensar o conceito de território (similar com a visão da geográfica clássica). Todavia, trazendo para os conceitos da geografia, o que ele chama de “silvitório”, chamaremos de **espaço geográfico Parakanã Oriental**. Foram registrados 28 sítios históricos até o momento de contato no igarapé do Lontra em 1970, a média de fixação é de pouco mais de 18 meses, compatível com a roça de coivara. A **Figura 17** é uma adaptação do trabalho de Carlos Fausto (2001), que descreve a troca de uma aldeia através de dois processos distintos: o esgotamento da roça ou uma medida defensiva. No primeiro caso, o deslocamento fica entre 5 e 10 quilômetros e, no segundo, é superior a 25

quilômetros. Considerando um momento de paz, existia uma relação entre a aldeia nova e a velha:

Aldeias novas e velha eram, durante algum tempo contemporâneas, com o grupo passando parte do tempo dividindo entre uma e outra, até abandonar em definitivo a primeira. As casas só não eram mais ocupadas quando apodreciam ou quando eram destruídas pelo fogo, como ocorreu na aldeia 11, conhecida como Angapytawera (“casa que foi queimada”). Aldeias, roças e acampamentos semipermanentes formaram um sistema local diferenciado, uma área semidomesticada no meio da floresta, interligada por trilhas. (FAUSTO, 2001, p.117).

Esse “sistema local diferenciado” é o que vamos chamar de **território Parakanã Oriental**. A consolidação dessa relação entre uma aldeia nova e velha, com suas roças, caminhos e acampamentos de caça formavam o território dos Orientais. Assim, a repetição do movimento ao longo dos anos era a sua **territorialidade** particular. Carlos Fausto descreve esse território como um “**triângulo de ocupação**”, quando observamos a **Figura 17** vemos nitidamente essa relação elaborada na etnografia do autor. As aldeias próximas (representadas pela mesma cor) tinham uma ligação direta, a escassez de alimento com o solo exaurido, provavelmente, seria a motivação para o deslocamento (uma desterritorialização momentânea), onde buscariam locais adequados para se iniciar uma nova aldeia. Assim, é possível observar oito relações diretas entre aldeias, sendo que a mais persistente foi: 18 → 19 → 20 → 21 → 22. Outra relação que merece ser destacada é a: 9 → 10 → 11 → 12, que se aproximou do rio Tocantins e, conseqüentemente, das estruturas da EFT e do PAP.

Essas relações seriam abaladas apenas por motivações externas (como ataques dos Orientais ou o encontro com um caçador, por exemplo). Conforme a **Figura 17**, ocorreram até a consolidação da aldeia 24, oito eventos que forçaram o grupo a migrar de forma repentina. Esses movimentos promoveriam um deslocamento forçado, que era imediatamente seguido de uma nova organização (idêntica às condições anteriores) em um ponto novo que atendesse a plenitude das exigências sociais e espaciais dos Parakanã: “*O objetivo das relocações era ocultar-se na mata, (...), não conduziam um movimento de migração para fora do território: as novas aldeias eram erguidas em áreas bem conhecidas, muitas delas ocupadas anteriormente*” (FAUSTO, 2001, p.120).

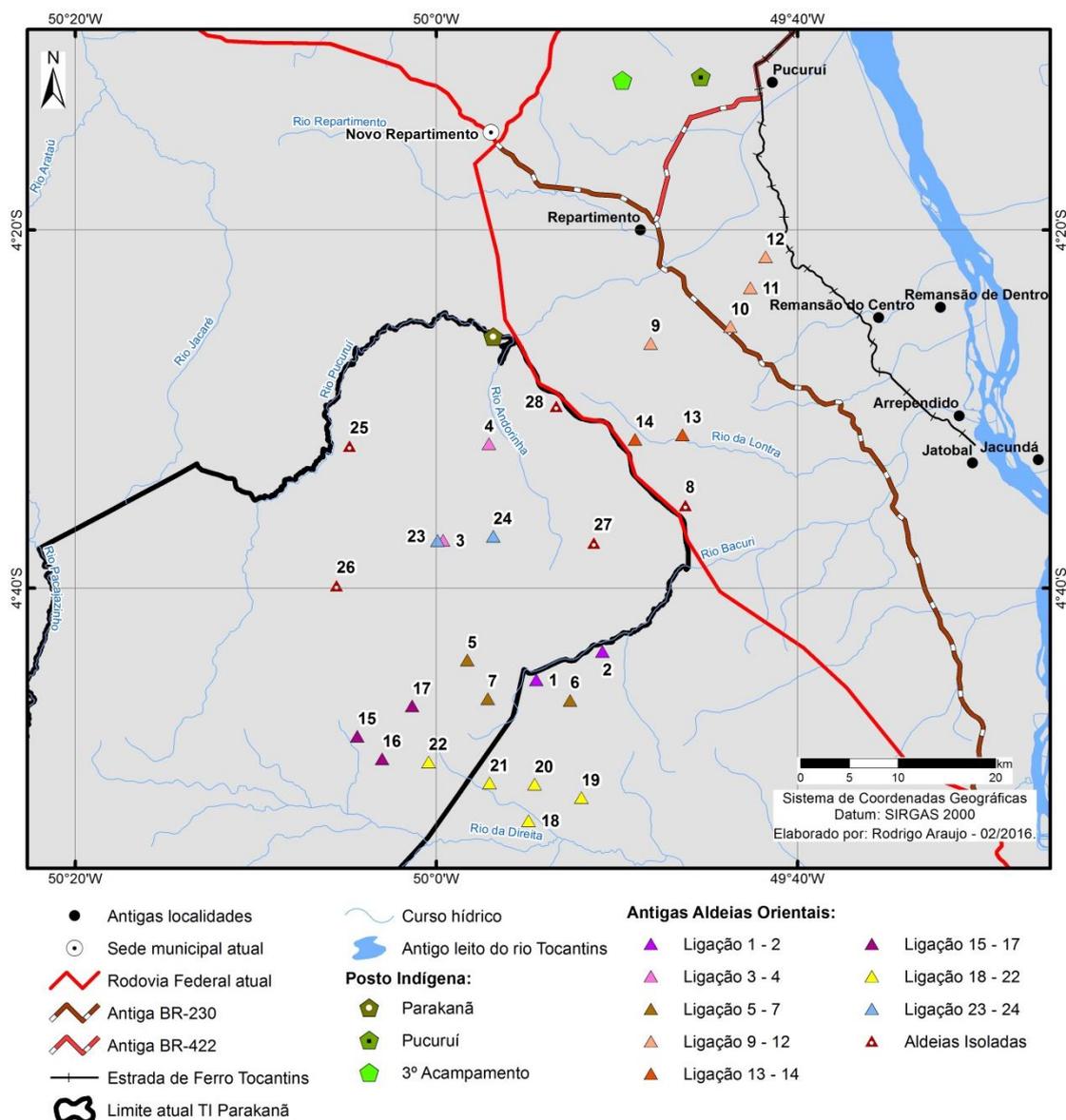


Figura 17 – Mapa das aldeias Orientais com base em Fausto (2001).

Este novo local não seria uma busca cega, sem rumo, uma total aventura na floresta desconhecida. A fixação necessária do reconhecimento espacial. O espaço geográfico Parakanã, portanto, era mais amplo, eles sabiam da existência de inimigos (tanto indígenas quanto brancos) e se deslocavam para áreas onde tivessem garantias para organizar suas relações sociais baseadas no triângulo de ocupação. Construindo uma nova aldeia, abrindo roças e fazendo trilhas de caça, os Parakanã Orientais organizavam seu território (se territorializavam). Portanto, a territorialidade Oriental se constituía a partir da consolidação do triângulo de ocupação (práticas territoriais) e na construção de vínculos territoriais com as novas áreas ocupadas.

Mesmo esses grandes movimentos eram ordenados, o grupo continuava habitando um espaço conhecido. Essa relação entre os movimentos que davam a sustentação para a formação de um território (em torno da tríade caça, roça e aldeia) e os macromovimentos formavam o espaço geográfico dos Parakanã Orientais. Como é possível observar na **Figura 17**, ficaram fisicamente restritos as cabeceiras dos rios da Direita, Pucuruí e Bacuri, todavia sabiam dos perigos que poderiam encontrar se abandonassem esta área. Mesmo com uma desterritorialização motivada por um ataque inimigo, o novo território teria uma estrutura que se repetia em um local seguro, com a construção de vínculos territoriais semelhantes. Essa territorialidade foi reproduzida ao longo de vários anos, sendo alterada apenas por um evento completamente novo aos Orientais: a interação com um ator extremamente (des)territorializador, o Estado, que foi representado no momento de contato, pela Frente de Atração do Posto Pucuruí.

VÍNCULOS E PRÁTICAS TERRITORIAIS DO GRUPO PARAKANÃ OCIDENTAL

Voltamos agora ao grupo Ocidental que deixamos de analisar no momento da cisão Parakanã. Os registros etnográficos indicam que entraram em conflito com os Assurini nas margens do rio *Paranoawé* (provavelmente o Pacajazinho ou Aratu), chegaram as margens da EFT e tiveram um período de isolamento que perdurou até 1910 quando atacaram seus parentes Orientais entre os rios Bacuri e da Direita. A necessidade destes deslocamentos está associada a diferentes fatores. No campo simbólico, as questões xamânicas tinham um peso altíssimo na tomada de decisões. Os sonhos, a constituição de guerreiros e de matadores, são situações perfeitamente descritas por Carlos Fausto e de grande importância para compressão dos Parakanã. Outro elemento importante diz respeito a obtenção de bens (farinha e fumo) que eram adquiridas nas aldeias que encontravam pelo caminho, além da captura de mulheres que eram incorporadas ao grupo e transformadas em esposas (FAUSTO, 2001). Analisando o percurso descrito, é possível perceber que os Ocidentais percorreram pelo menos 250 quilômetros de distância em poucos anos, criando uma sequência de deslocamento que superava o espaço habitado pelos Orientais.

O antropólogo Carlos Fausto ainda argumenta que as roças se constituíam na principal referência destes indígenas. Entretanto, os Ocidentais deixaram a agricultura em segundo plano, dedicando-se às investidas guerreiras como o foco central de suas atividades. Um fato relevante, que irá marcar o deslocamento dos Parakanã Ocidental, foi a descoberta em 1928 do Posto de Atração de Pucuruí (conforme registrado nos documentos do SPI e nos relatos já mencionados do Sr. Alípio Ituassu). Neste local, através dos ensinamentos de *Moakara*, conseguiam se abastecer com artefatos que os demais indígenas do médio Tocantins não poderiam fornecer – bens de metal. Durante muitos anos visitaram o posto e tiveram este como uma referência territorial até 1934, quando ficaram quase vinte anos sem ser avistados pelo SPI. No deslocamento até o posto se depararam várias vezes com seus parentes Orientais, com quem travaram diversos conflitos.

O contato com os demais atores sociais, segundo Carlos Fausto (2001), só ocorria quando o grupo necessitava de bens de metais, pois evitavam ao máximo se expor. Com o aumento da população nas margens dos rios de maior porte e, com a reestruturação da EFT nos anos de 1920-1930, ocorreu um aumento das incursões dos mateiros e caçadores ao interior da floresta. Neste contexto, os Ocidentais passaram a evitar os rios ocupados por não-indígenas, e se dirigiram para áreas mais distantes, constituindo seu núcleo central de referência nas cabeceiras dos rios conhecidos. Esse núcleo central era a roça que plantavam na época do verão amazônico (julho a setembro), no período de chuva quando a coleta de frutos e caça eram mais favoráveis, partiam para suas longas incursões na floresta:

A estratégia dos ocidentais era manter o núcleo de seu território o mais afastado possível das áreas de penetração, ao mesmo tempo que se expandiam, a partir desse centro, em várias direções. Em um movimento de sístole e diástole, o grupo se fragmentava em bandos de caça que percorriam zonas cada vez mais distantes e voltavam a se reunir ali onde a roça de mandioca era plantada. (...).

Se minha hipótese é verdadeira, na década de 1920, os Parakanãs ocidentais estariam estendendo sua área de perambulação, para fins guerreiros, desde o divisor de águas Bacajá-Pacajá a oeste (long. 51° W) – onde teria encontrado os *yrywyjara* – até o médio curso dos rios Pucuruí e da Direita a leste – onde atacavam os orientais (long. 49°45' W). Num eixo vertical, deslocavam-se desde as nascentes do Pacajá (lat. 5°00' S.) até um pouco antes da confluência do Pacajazinho-Aratú com esse rio, onde se localizariam os assurinís (lat. 4°00' S). Essa movimentação contínua dos grupos de caça e de guerra tinha como referência um território estável, no qual construía aldeias e plantavam mandioca, e onde se reagrupavam após os períodos de *trekking*, principalmente no verão. Os conflitos, porém,

não eram o resultado secundário de uma estratégia de subsistência; não era fruto do encontro casual de *trekkers* com inimigos. Se é verdade que a dispersão ampliava as oportunidades de encontrarem vestígios de outros grupos, não é menos verdade que eles buscavam ativamente localizá-los para fazer a guerra. (FAUSTO, 2001, p.63-64)

Ao diminuir gradativamente as roças e partir para uma economia voltada para caça e coleta, começaram a produzir um raio de atuação cada vez mais extenso. Os brancos passaram a ser, por um período, o destino dos caçadores, onde conseguiam ferramentas industrializadas. O período de “abandono” do posto da FUNAI em 1934 é coincidente com uma fase de conflitos na floresta, quando seguiam suas orientações xamânicas e buscavam esposas para os guerreiros. Durante anos fizeram investidas contra três grupos distintos e contra seus parentes Orientais. Sempre que encontravam uma aldeia abandonada ou expulsavam algum grupo, utilizavam-se das estruturas e dos produtos que encontravam para fazer farinha. As mulheres seguiam juntamente com os guerreiros, ficando acampadas apenas quando enxergavam a possibilidade de encontrar algum outro povo. O rio Pacajá aparentemente era a referência dos Parakanã Ocidentais, onde se agrupavam, para trocar informações e planejar novas investidas. Estavam amplamente familiarizados com a margem esquerda do médio Tocantins, tanto que sabiam da existência da EFT, do PAP, da localização dos Orientais e que a jusante do Pacajá poderiam encontrar aldeias Assurini. Justamente em um ataque a estes últimos, foram expulsos a tiros de espingardas. O susto promoveu um deslocamento para as áreas habitadas por seus parentes Orientais, onde realizaram várias incursões guerreiras contra eles (muitos dos macromovimentos Orientais são resultado destes ataques) até que voltaram a frequentar o Posto de Atração de Pucuruí no início dos anos de 1950 (FAUSTO, 2001).

Carlos Fausto (2001) ainda relata que o reencontro com a SPI em 1953 foi no 3º Acampamento (ligado ao Posto de Atração de Pucuruí por uma pequena estrada no meio da floresta). Neste local se depararam com alguns indígenas, que viviam junto ao posto e trabalhavam como tradutores nas campanhas da SPI. Assim, conseguiram ampliar a comunicação e foram informados sobre as intenções do órgão indigenista brasileiro: facilitar o contato para aldear os povos indígenas. Concomitante a este fato, os povoados em torno da EFT aumentaram a atuação de mateiros e caçadores na área de perambulação Parakanã. A atividade guerreira

ficou ameaçada, pois já não tinham garantias de realizar seus movimentos de contração e expansão sem se deparar com um ator externo ou, ainda pior, encontrar os inimigos com armas de fogo:

Independentemente da proporção da intrusão, o fato é que os ocidentais se sentiram particularmente ameaçados, pois o lugar onde plantavam a mandioca funcionava como um porto seguro, que permitia o movimento centrífugo do trekking, na medida em que localizava a comunidade em um ponto do território. A estratégia de subsistência que haviam adotado até então implicava expansão e contração. A invasão colocava em risco a possibilidade de manter esse modo de vida: sair era deixar o local exposto, voltar era correr o risco de um encontro indesejado. Ademais, eles tinham tomado as rédeas da interação com os brancos, precisamente porque eram capazes de se isolar quando queriam e buscar contato quando desejavam. (FAUSTO, 2001, p.87).

Como é possível observar, a dinâmica dos Ocidentais era diferente dos seus parentes Orientais. Não existem informações consistentes sobre a localização de suas aldeias, por este motivo, não é possível afirmar quais estruturas eles possuíam ou construíam. A mobilidade era o elemento fundamental do grupo, não um deslocamento ao acaso, mas orquestrada nos seus conhecimentos do espaço geográfico. O **território Parakanã Ocidental** eram as áreas onde os grupos tinham garantias de praticar seus deslocamentos em segurança, onde conseguiam construir vínculos que ajudavam a reproduzir suas investidas territoriais baseadas nos *trekking*. Tendo como limite o Posto de Atração Pucuruí, a Estrada de Ferro Tocantins, seus parentes Orientais e os demais indígenas que viviam na margem esquerda do médio Tocantins. Assim, evitavam os locais onde poderiam se deparar com caçadores, mateiros e colonos. Com a descoberta do Posto de Atração Pucuruí, por exemplo, não era preciso atreverem-se até a EFT, pois conseguiam obter bens (em maior volume e de forma pacífica inclusive) junto ao SPI.

A roça de mandioca tinha uma dupla função, fornecia alimentos e era utilizada como ponto de referência para os grupos de caça. A partir desta, faziam suas incursões que não eram exclusividade dos homens, mas de toda a família. As roças de mandioca eram os locais de encontro, trocavam informações e planejavam suas atividades futuras. Elas aproximavam o povo, consolidavam os vínculos territoriais entre os diferentes grupos de *trekking* Ocidentais. O **espaço geográfico Parakanã Oriental** foi construído através de anos de perambulação no interflúvio Xingu-Tocantins, tinham conhecimento de vários grupos indígenas próximos, e sabiam

onde poderiam se deparar com os agentes do SPI ou com colonos assentados pelo INCRA. Mesmo com as investidas do Governo, eram (como afirma o antropólogo Carlos Fausto) os mediadores do contato com os brancos.

Essa forma de vivenciar o território, com movimentos orquestrados de contração e expansão, seguindo referências espaciais, com a consolidação de vínculos territoriais que aproximavam famílias que haviam tomado caminhos distintos no meio da floresta, são elementos fundamentais dos Ocidentais. Por esta razão, essa relação é interpretada como a **territorialidade Parakanã Ocidental**. Quando se sentiam ameaçados e precisavam deslocar seu eixo territorial central, mantinham as características de deslocamentos em torno da roça e a independência dos grupos de caça.

A partir de um ponto seguro, reforçavam os vínculos territoriais em torno de uma nova área (que tinha como ponto central a roça de mandioca) e decidiam o sentido dos deslocamentos, ora procurando por inimigos (que forneciam esposas e a possibilidade reforçar o papel simbólico dos guerreiros), ora procurando os brancos (que forneceriam as ferramentas de metal).

O deslocamento do eixo territorial ocorreu em diversos momentos da história Parakanã. Os Ocidentais não possuíam um território fechado (aos moldes da geografia política clássica), os movimentos de defesa eram uma característica da territorialidade do povo, que buscava manter a autonomia na floresta. Foram descritos alguns fatos até o momento (descoberta da EFT e do PAP e até as armas de fogo com os Assurini) que lhe obrigaram a deslocar seu território. Porém, estes foram apenas alguns acontecimentos documentados, provavelmente, ocorreram diversos outros incidentes que se perderam na memória dos Parakanã. Além disso, orientações xamânicas condiziam os movimentos dos guerreiros e tinham grande peso nas decisões dos Parakanã. Assim, é relevante observar que a territorialidade se manteve ao longo dos anos, a forma de vivenciar o espaço geográfico permaneceu com uma prática territorial dos Ocidentais.

No entanto, para aceitar esta concepção é necessário se desprender da ideia de território fechado (no sentido clássico, com limites voltados apenas para proteção

e controle). Tudo indica que o grupo Ocidental construiu sua territorialidade baseada em uma mobilidade que **precisavam de outros grupos** para continuar se reproduzindo. O deslocamento constante como um elemento central da territorialidade não é uma exclusividade Parakanã, os Chippewa estudados por Robert Sack (2013), por exemplo, tinham características semelhantes e se relacionavam com diversos outros povos durante seus deslocamentos constantes.

Na metade do século XX deslocaram seu território para o sul. Claramente perceberam os perigos da margem esquerda do médio Tocantins, estava cada vez mais difícil encontrar aldeias onde poderiam raptar esposas sem o risco de cruzar com os colonos ou serem repelidos com armas de fogo por outros indígenas. Suas práticas territoriais estavam ameaçadas, o que gerou uma migração para áreas pouco conhecidas já na bacia hidrográfica do Xingu. Esse deslocamento territorial foi uma tentativa de manter sua maneira de vivenciar o espaço, a territorialidade baseada na expansão e contração passava por um momento complicado. Tais acontecimentos promoveram a ampliação do espaço conhecido e habitado, com a migração esperavam manter sua territorialidade e encontrar as mesmas condições que estavam habituadas a praticar. Não obstante, se depararam com novos problemas e com conflitos internos que promoveram divisões do grupo. Na bacia hidrográfica do Xingu passaram a ter contato com outros povos originários que tinham atividades guerreiras mais agressivas que seus parentes Orientais, que os Assurini e que os Arara. Além disso, alguns destes indígenas já tinham contato com a Frente de Atração Kararaô em Altamira, e possuíam as tão temidas armas de fogo.

Durante quase vinte anos se deslocaram por áreas na Bacia Hidrográfica do rio Xingu e sofreram sucessivos confrontos que nem sempre eram favoráveis. O jornal Estado de São Paulo noticiou a primeira grande derrota para os Xikrin em dezembro de 1969, quando, após atacar este povo nas proximidades do rio Bacajá sofreram um contra-ataque inesperado: *“pela primeira vez um adversário ousara seguir seus rastros”* (FAUTOS, 2001, p.88). Outros Ocidentais conseguiram vitórias sobre os Araweté nas cabeceiras do Bacajá e do Bom Jardim, após tais fatos, o grupo se reorganizou em torno de uma roça nas cabeceiras do rio Cajazeira em 1972. Os colonos avisaram a FUNAI: *“a última aldeia Parakanan com que a FUNAI estabeleceu contato localiza-se às margens do Rio Cajazeira e o encontro pacífico*

ocorreu em fins de junho último” (FUNAI, 1972, p.56). No local conhecido como “Poção dos Caboclos”, a FUNAI construiu um posto de atração, após vários contatos liderados por Felipe Passinho e João Carvalho (também responsável pelo contato com os Orientais), deixaram o local e se dividiram em grupos menores. Para Carlos Fausto, neste momento os conflitos internos afloravam provavelmente por que já não conseguiam capturar novas companheiras para os jovens guerreiros.

Os antropólogos Carlos Fausto e Antônio Carlos Magalhães, conseguiram informações que ajudam a explicar os deslocamentos dos Parakanã Ocidentais através dos seus intensos trabalhos etnográficos. Talvez se não fosse pela dedicação destes profissionais, tais informações teriam se perdido com o tempo. Pois os Ocidentais intensificaram seus deslocamentos após o encontro no rio Cajazeiras, diversos destes eram tentativas de manter sua independência territorial. As roças próximas ao rio Cajazeira parecem ter sido o último movimento de “união” dos Ocidentais, a partir deste encontro, os *trekking* não voltariam mais a se reunir. Seus deslocamentos passaram a cruzar com a Frente de Atração da FUNAI, com grupos indígenas já contatados, com os colonos, garimpeiros e madeireiros que estavam ocupando o interflúvio Xingu-Tocantins.

A forma de vivenciar o espaço (com movimentos de expansão e retração) começa a definir e gerar a divisão em grupos menores e independentes. Diferente dos seus parentes Orientais, que em poucos anos foram contatados, aldeados e “pacificados”, a **desterritorialização** para os Ocidentais ocorreu ao longo de vários anos. O grupo fez diversas tentativas de manter suas práticas territoriais e consolidar vínculos territoriais em novas áreas, mas as condições do interflúvio Xingu-Tocantins já não eram favoráveis.

Na **Figura 18** podemos ver os deslocamentos dos Ocidentais depois de se afastarem do rio Cajazeiras no médio Tocantins. Um grupo liderado por Akaria foi localizado no rio Anapu em 1976 próximo da BR-230, após parte do grupo visitar um acampamento de uma empreitara (Tramontella) no quilômetro 377 sentido Marabá-Altamira, quase 120 quilômetros de distância da dispersão do Cajazeiras. Estavam organizando uma aldeia com uma roça de mandioca, contudo, a proximidade com a rodovia facilitou os trabalhos da Frente de Atração, que os deslocou para o PAP

(renomeado como “Área Indígena Pucuruí”) onde foram aldeados. Posteriormente, foram realocados devido às obras da UHE Tucuruí e formaram a aldeia Maroxewara em 1982.

Entre os anos de 1975 e 1976, outro grupo Ocidental avançou contra as aldeias Araweté nos igarapés Ipixuna, Bom Jardim e Jatobá, quando obtiveram significativa vitória. Foram avistados no Posto Avançado Igarapé Ipixuna da FUNAI em 1977 quando procuravam os Araweté (VIVEIROS DE CASTRO, 1992). Posteriormente investiram contra uma aldeia Xikrin, no igarapé Carapanã, afluente do Bacajá. Acostumados ao ataque, novamente receberam com surpresa uma ofensiva dos Xikrin e acabaram perdendo vários guerreiros. O ataque foi noticiado no Jornal Estado de São Paulo, em 25 de fevereiro de 1978, como um dos maiores conflitos étnicos da região do Xingu. A FUNAI agiu na região e deslocou aqueles que estavam prisioneiros dos Xikrin para o Posto de Atração de Pucuruí:

Na versão revelada ontem, guerreiros parakanans (subgrupo tupi) chegaram ao posto Bacajá e, após desentendimentos, um deles flechou e matou um xikrin, fugindo em seguida. Os demais membros da tribo decidiram vingar essa morte, resultando do ataque 16 parakanans mortos. Outra versão fala em número muito maior, 60 ao todo. Um sertanista não acredita nesse número mais elevado, porque os parakanans andam em pequenos grupos. Os sobreviventes do massacre foram transferidos para uma das aldeias parakanans, a de Tucuruí, embora os grupos fossem originalmente inimigos³⁸.

A **Figura 18** mostra um resumo das informações levantadas, indicando as referências dos Ocidentais e sua distribuição no interflúvio Xingu-Tocantins. Provavelmente a presença dos agentes da FUNAI gerou o deslocamento para as cabeceiras do Bacajá (um movimento de fuga para o interior), novamente o grupo evitava o contato com os brancos. Segundo Carlos Fausto (2001) a derrota para os Xikrin motivou uma nova migração para o sul na bacia do rio São José (identificado nas cartas topográficas como rio São Sebastião). Neste local, entraram em conflito com os colonos da região do município de São Felix do Xingu que chegavam com a abertura da rodovia PA-279.

³⁸ Reportagem: Mortos 16 índios no conflito entre 2 grupos rivais. **Jornal Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 fev. 1978, p.18.

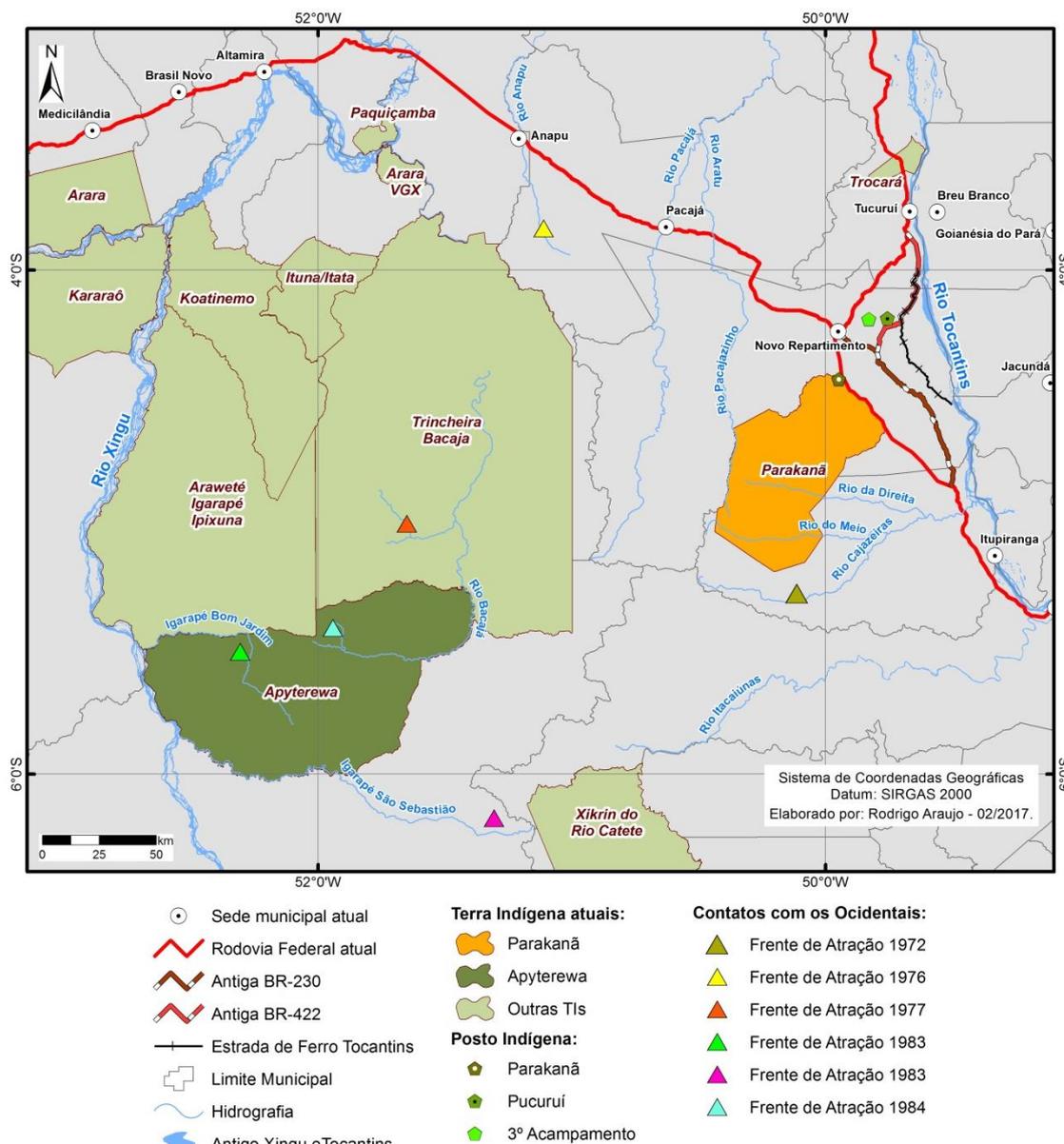


Figura 18 – Locais de contato entre a Frente de Atração e os Parakanã Ocidental após contatos nas cabeceiras do rio Cajazeira.

Os Parakanã fizeram tentativas de construir roças de mandioca com as manivas³⁹ adquiridas nos conflitos com ‘os Araweté. Pelo deslocamento promovido neste momento, fica evidente que o grupo buscava se isolar dos brancos e que ainda acreditava ser possível manter sua autonomia territorial.

Em 1983 os conflitos com os colonos se intensificaram e um grupo com 44 pessoas, liderado por Namikwarawa, foi contatado na margem direita do igarapé

³⁹ Maniva é um pedaço de rama de mandioca utilizado no plantio.

Cedro, todos foram encaminhados para recém-criada aldeia Maroxewara na Área Indígena Parakanã, junto com os remanescentes do PAP. O restante do grupo se deslocou em direção do Igarapé Bom Jardim e se confrontou com os Araweté no Posto Indígena Igarapé Ipixuna:

Na retirada, um guerreiro de forte liderança foi alvejado por um tiro de espingarda e caiu morto. O impacto desse evento foi decisivo para a “pacificação” que se seguiria alguns meses depois. Os Parakanã compreenderam que só eles continuavam a usar arco e flecha e que não havia mais como se manter distantes das espingardas. Em maio de 1983, surgiram em dois garimpos no divisor de águas Xingu-Bacajá, tomando armas, instrumentos de metal, redes e farinha. (FAUSTO, 2001, p.96).

A FUNAI durante alguns meses seguiu o rastro dos últimos Parakanã não contados, e no final de 1983, encontrou 104 indígenas (denominado de grupo maior) em acampamentos nas nascentes do rio Bacajá e do Igarapé Bom Jardim. Em março de 1984, o último grupo com 31 pessoas, liderado por Ajowyhá, foi localizado no baixo curso do Igarapé Bom Jardim. Diferentemente dos demais, esses 135 Parakanã foram aldeados nas margens do Bom Jardim onde a FUNAI criou o Posto Indígena Apyterewa-Parakanã. Ao mesmo tempo em que a territorialidade baseada no processo de *trekking* foi enfraquecida ao extremo, os Parakanã foram separados em três Áreas Indígenas (AI) distintas: Apyterewa, Parakanã e Pucuruí. Sendo que esta última foi extinta e o grupo incorporado a AI Parakanã em 1982. Somando a distância considerável, outro problema impedia o contato dos grupos: o Estado brasileiro intensificou o processo de colonização na Amazônia, retalhando o interflúvio Xingu-Tocantins em diversos lotes e propriedades privadas.

Desta forma, o território Parakanã Ocidental deve ser abordado num sentido mais amplo, onde o mais importante não era a apropriação de fatias territoriais, mas a existência de inimigos que pudessem oferecer roças, esposas aos guerreiros e atender as necessidades xamânicas. Os vínculos territoriais tramados em torno das roças objetivavam a reorganização dos *trekking*, com o conhecimento/controlado territorial, consolidavam seus deslocamentos (sua territorialidade), elemento fundamental do seu território. Um território sem limites físicos demarcados, mas com marcas simbólicas que indicavam onde os brancos estavam ou quais inimigos poderiam atacar. Com lembra Rogério Haesbaert “o território deve ser abordado

dentro de um amplo continuum, desde os territórios de caráter mais material-funcional até aqueles com maior carga simbólica” (HAESBAERT, 2013, p.24).

O território para os Ocidentais não era uma relação de propriedade sobre uma determinada área. Corroborando com as considerações de Marcelo Lopes de Souza o importante é saber “*quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?*” (SOUZA, 2004, p.79). O grupo procurou ao longo dos anos manter o controle sobre as ações praticadas, era fundamental ter a autonomia para realizar suas atividades xamânicas, se deslocar, atacar e raptar as futuras esposas dos guerreiros. Sempre que viam esta prática territorial ameaçada, os Parakanã Ocidentais percebiam que era necessário buscar novos espaços para habitar. Foi assim quando se depararam com os Assurini com armas de fogo e nos dois ataques aos Xikrin. Particularmente contra estes últimos, a migração é um reconhecimento de que não seriam eles a controlar as ações no espaço, por isso não faria sentido construir uma relação territorial onde existissem inimigos tão fortes. A migração foi uma tentativa de se organizar territorialmente longe desta ameaça, pois o território não precisava existir fisicamente demarcado, mas deveria apresentar condições para consolidação dos seus vínculos territoriais em torno da roça de mandioca (que garantiriam as bases para os movimentos de *trekking*) e a reprodução da prática territorial que desenvolveram ao longo dos últimos anos.

Deslocando seu eixo territorial do médio Tocantins para a bacia hidrográfica do rio Xingu, ampliaram seu espaço geográfico, através da busca de melhores condições para manter sua territorialidade. Ao longo dos anos, os Parakanã Ocidentais tiveram a liberdade para circular por todo o interflúvio Xingu-Tocantins, entretanto, em poucos anos, o Estado fatiou seu território e enfraqueceu sua territorialidade. O processo de fixação em aldeamentos contradiz toda a lógica territorial destes indígenas. Porém o processo de desterritorialização estava apenas começando, novos elementos e situações ainda iriam afetar e influenciar suas ações no território que o Estado projetava para os Parakanã.

5.1.2 DA TERRITORIALIDADE A DESTERRITORIALIZAÇÃO

Considerando a territorialidade como uma estratégia social, os Parakanã usavam os conhecimentos que possuíam do espaço geográfico para traçar suas relações cotidianas e organizar suas ações no território que projetaram. Podiam se deslocar, construir roças e combater seus vizinhos porque conheciam e sabiam o que poderiam enfrentar. Desta forma, construíram um território e adaptaram sua territorialidade às condições do interflúvio do Xingu-Tocantins, o território não existe *a priori*, ele é vivenciado pelos indígenas ao longo dos anos na floresta. Assim, como lembra Rogério Haesbaert (2013), o território não envolve somente um controle/poder físico e material, mas também um controle/poder sobre fatores de ordem simbólica.

Mesmo com afinidades históricas, cada grupo Parakanã construiu relações muito diferentes ao longo dos anos. Através das relações criadas no espaço geográfico formulavam seus territórios e moldavam territorialidades distintas. Territorialidades com finalidades, estratégias para controlar as ações, pessoas, áreas e tudo que tinha relevância no seu cotidiano:

Territorialidade para humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área. Territórios políticos e propriedades privadas da terra podem ser as formas mais familiares em que a territorialidade ocorre em vários níveis e em numerosos contextos sociais. A territorialidade é utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo. (SACK, 2013, p.63).

Esta diferenciação na forma de vivenciar o espaço ajuda a entender porque os Parakanã foram então contados, como observamos no capítulo anterior, em momentos e situações distintas. O Estado dividiu os grupos em três reservas que futuramente formariam duas terras indígenas (Apyterewa na bacia hidrográfica do rio Xingu e Parakanã na bacia hidrográfica do rio Tocantins) sem considerar as particularidades de cada grupo. No médio Tocantins os Parakanã foram aldeados em duas áreas: A Reserva Indígena Parakanã, com uma aldeia nas margens do

Igarapé do Lontra, foi criada através do Decreto nº 68.913 de 13 de julho de 1971, e contava com quase 190 mil hectares⁴⁰. A segunda era a Área Indígena do Posto Pucuruí que não chegou a ser demarcada oficialmente. Esta possuía mais de 23 mil hectares (Portaria nº 72 de 02 de dezembro de 1960 da Fundação Brasil Central e Portaria nº 136 de 1969 da FUNAI), estava concebida no entorno do antigo Posto de Atração Pucuruí (Ordem de Serviço nº 31 de 22 de dezembro de 1945 do SPI). Nesta área ficaram alojados os indígenas que seriam contados na bacia do rio Xingu⁴¹. A **Figura 19** representa a situação das duas áreas de interesse desta pesquisa no início dos anos de 1970. Como é possível observar, elas estavam constituídas em locais de disputa de terras, visto que as rodovias recém abertas e, conseqüentemente, os assentamentos do INCRA, transpassavam as duas áreas indígenas.

A nova organização promovida pelo Estado manteve a separação entre os dois grupos (aqui seguiremos tratando de “Oriental e Ocidental”), aparentemente os funcionários da FUNAI identificaram rapidamente os problemas históricos existentes entre eles. Os jornais da época chegaram a falar em grupos “Parakanã inimigos” separados na “Reserva Parakanã” e na “Reserva Tucuruí”. É importante ressaltar, que ambos os grupos Parakanã resistiram às investidas do Estado, talvez tenham sido o último povo a ser contatado no interflúvio Xingu-Tocantins, fato que só foi consolidado quando esse poderoso ator intensificou sua atuação nos territórios indígenas para garantir a abertura da Transamazônica. Os Parakanã Orientais, com suas características territoriais mais sedentárias, se tornaram um “alvo fácil” para as Frentes de Atração. Estavam inseridos em uma área menor que facilitou o trabalho dos servidores da FUNAI. Por outro lado, os Ocidentais com sua territorialidade baseada na constante mobilidade, construíram uma alternativa de resistência que prorrogou a pacificação em alguns anos. Sendo assim, conseguiram vivenciar o

⁴⁰ A demarcação é descrita no Art. 2º: As terras da Reserva Indígena Parakanã terão os seguintes limites: NORTE: partindo do ponto de cruzamento do rio Repartimento ou Jacundá, com rodovia Transamazônica; daí, seguindo esta rodovia, até o ponto de seu cruzamento com o rio ou Igarapé Bacuri; LESTE: subindo este rio ou Igarapé, até a foz do seu afluente Igarapé Lontra; SUL: Daí prossegue subindo o rio ou Igarapé Bacuri, até à sua cabeceira, conhecida como Igarapé das Lagoas, deste ponto, segue em linha reta, e sêca, até a cabeceira do rio Repartimento ou Jacundá; OESTE: daí desce este rio até o seu ponto de cruzamento com a rodovia Transamazônica.

⁴¹ Com exceção dos dois últimos grupos Ocidentais que constituíram a terra indígena Apyterewa.

interflúvio Xingu-Tocantins como nenhum outro povo indígena, explorando uma vasta área e conhecendo novos grupos, que lhes infringiram dificuldades nunca antes enfrentadas, até que foram cercados e sufocados pelas políticas patrocinadas pelo Estado brasileiro.

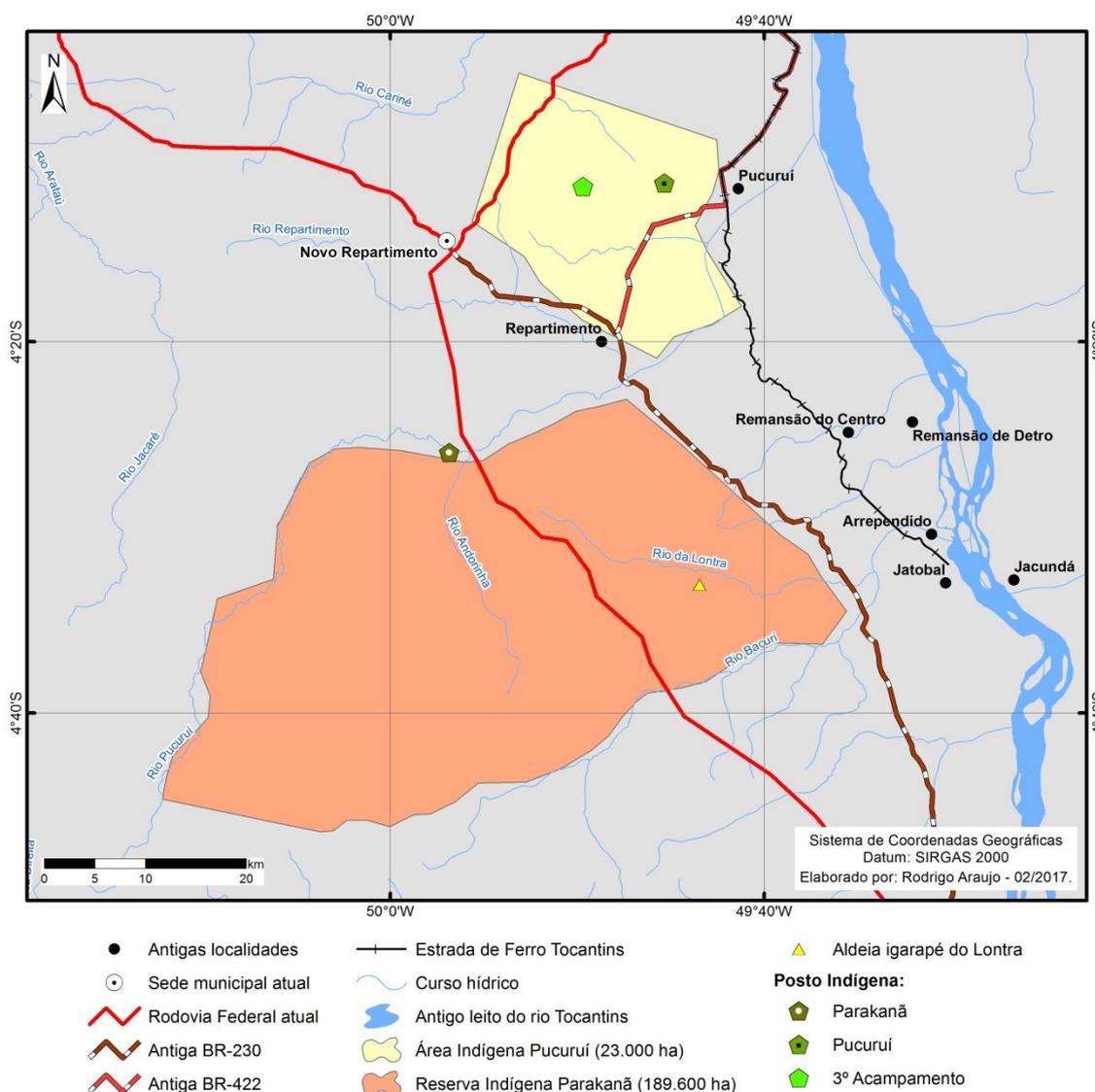


Figura 19 – Área Indígena Parakanã e Pucuruí nos primeiros anos de contato.

Os Parakanã apresentavam formas de fixação extremamente diferentes da nossa lógica cotidiana (baseada na demarcação da propriedade privada). Não é possível afirmar que a territorialidade Parakanã “sempre foi assim” ou mesmo dizer que sem o contato com a sociedade envolvente eles manteriam “um padrão para todo o sempre”. Primeiro, porque não existem informações para descrever como eles se organizavam antes da cisão do século XIX e, segundo, porque a territorialidade é um processo dinâmico, em constante transformação. Elementos

dentro do próprio grupo poderiam abalar e modificar as questões territoriais, como ocorreu na separação já mencionada. Mas fica claro, que na metade do século XX, foi o Estado brasileiro que promoveu a desarticulação territorial, ou melhor, a desterritorialização dos Parakanã.

O modelo tutelar imposto pelos militares rapidamente ocasionou uma série de problemas para os indígenas, pois representava um modelo reproduzido para todas os povos contatados, sem considerar suas especificidades. Os Ocidentais (deslocados novamente para próximo do rio Tocantins) foram confinados em uma área minúscula, cercados por colonos e madeireiros. Já os Orientais permaneceram no seu território originário, segundo o decreto presidencial ocupariam uma área semelhante em tamanho ao espaço que utilizaram nos últimos 100 anos. Porém, ambos os grupos ficaram aldeados em locais próximos da rodovia Transamazônica e passaram a ter relações constantes com os funcionários da FUNAI, com os trabalhadores das empreiteiras e com os colonos que chegavam para habitar as “novas terras disponíveis”. Nos primeiros anos sofreram também com sucessivos deslocamentos para atender as necessidades da Frente de Atração: “*sendo confinados junto aos acampamentos das empreiteiras e do batalhão de Engenharia e Construção que fazia a terraplanagem da rodovia transamazônica*” (SOARES et al., 1994, p.125). Tais mudanças impostas pelo Estado impediram o desenvolvimento do “triângulo de ocupação” dos Orientais e os movimentos de *trekking* dos Ocidentais.

Agora eram os funcionários do Governo que ditavam as regras, a territorialidade dos Parakanã foi sendo gradativamente enfraquecida (o processo de desterritorialização seguia seu curso). A Frente de Atração incentivava os Ocidentais a cultivar novas roças (atividades que foram reduzidas ao longo dos anos de liberdade na floresta) e procurava aproximar a aldeia Oriental para facilitar a tutela, impedindo a consolidação de acampamentos que reproduzissem as roças coletivas: “*Os contatos levados a efeito por turmas de funcionários da FUNAI, despreparados e com precárias condições materiais, foram desastrosos, resultando em quatro transferências até 1975, num drástico processo de depopulação e dependência*” (RICARDO, 1985, p.38).

Os efeitos sociais desta política do Estado Brasileiro foram imediatos, a casa comunal, por exemplo, foi extinta e substituída gradativamente por malocas individuais. O repórter Fernando Pinto descreveu para revista “O Cruzeiro” a aldeia que conheceu em 1971: “A *picada também abre numa clareira enorme, ornamentada por palmeiras (açazeiros e babaçuzeiros), onde umas 30 ‘casas’ cobertas por apenas folhas de babaçu compõem o mais estranho conjunto habitacional que conhecemos*” (PINTO, 1971, p.7). A aldeia na verdade já estava completamente descaracterizada e correspondia ao acampamento que a FUNAI criou para desenvolver o processo de “organização” dos Orientais.

A **Figura 20** mostra a diversidade do acampamento: com redes, malocas improvisadas, panelas, animais domésticos, peneiras e fogueiras. Os elementos da cultura Parakanã começavam a se misturar com os da sociedade envolvente, construindo relações totalmente novas.

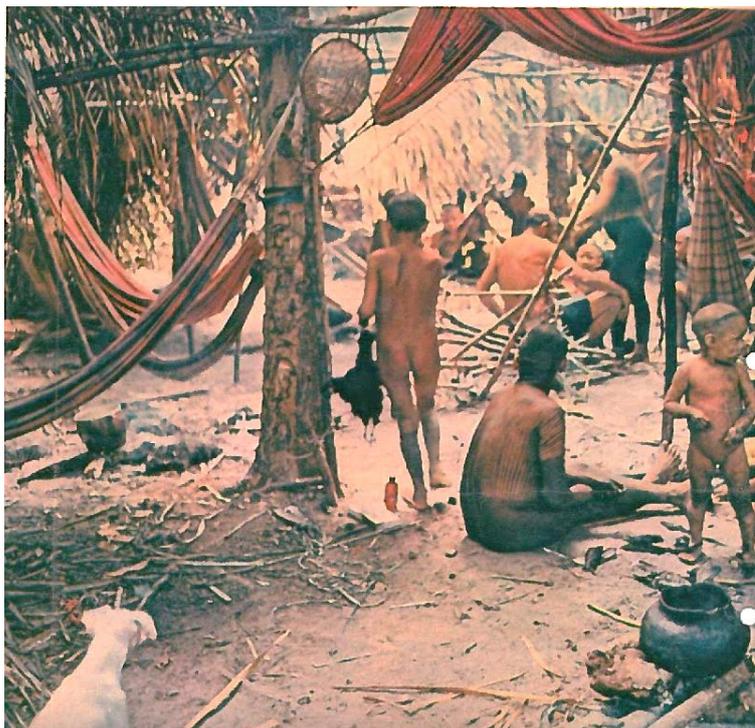


Figura 20 – A imagem retrata a diversidade encontrada no acampamento dos Orientais no igarapé do Lontra em 1971.

Fonte: Pinto (1971, p.4).

Já Antônio Carlos Magalhães (1982) ao iniciar seu trabalho antropológico com este povo, descreve outra situação no aldeamento do Lontra. Duas malocas alinhadas com mais de 50 metros de comprimento buscavam abrigar os grupos de

parentesco dos Orientais. A organização da aldeia mostra as diferenças internas que existiam, mas é concebida em um padrão parecido como uma casa originária – **Figura 21**. As transferências constantes ajudaram a descaracterizar a estrutura coletiva dos Orientais. Historicamente o deslocamento das aldeias seguia o ciclo da agricultura, com a rotina estabelecida ao longo de anos, não existia a necessidade de construir várias casas que seriam abandonadas em pouco tempo. Assim, uma casa coletiva atendia as exigências dos Parakanã. Como a política da FUNAI buscava sedentarizar os indígenas, a casa individual passou a ter um papel central nas relações futuras, aos poucos as lideranças familiares passariam a adotar esse padrão como forma de marcar a liderança sobre o espaço habitado, a função social da casa coletiva (que internamente era dividida por família) perde importância nas novas condições que estavam submetidos.



Figura 21 – Após a construção de uma nova aldeia no Igarapé do Lontra foram construídas duas casas comunais.

Fonte: MELLO (1982, p.57).

Na aldeia do igarapé do Lontra (posteriormente no igarapé Andorinha em 1981) as diferenciações nas moradias não ocorreram de forma imediata, mas acompanharam o processo de transferência promovida pela FUNAI. Já na Reserva de Pucuruí, onde a FUNAI alojou o grupo em condições de maior vulnerabilidade (visto que os Ocidentais haviam sofrido derrotas na floresta e tiveram que viajar dias até o posto). Eles foram organizados em casas individuais de acordo com a relação familiar (cabe destacar que a casa comunal já não era uma prática dos Ocidentais) – **Figura 22**.



Figura 22 – No Posto de Pucuruí os Ocidentais construíram casas individuais por grupo familiar.

Fonte: VIDAL (1984, p.96).

Alguns hábitos rotineiros, principalmente aqueles relacionados ao corpo, ficaram presentes nos novos aldeamentos. Raspar a cabeça com capim navalha era quase uma obrigação para todos que entravam em contato de forma pacífica, bem como dançar e cantar era um sinal de alegria. A maioria dos adornos era utilizada em rituais e festas. Nas atividades cotidianas as crianças entre os sete e oitos anos eram submetidas a uma perfuração abaixo do lábio inferior onde era inserido um pedaço de madeira, que na fase adulta era substituído por uma pedra, indicando uma mudança social. Os instrumentos musicais eram mais raros, pois os Parakanã faziam da voz e das danças os elementos principais das suas atividades culturais. Usam ferramentas rudimentares para plantio nas roças, panelas de barro em diferentes atividades diárias, bem como os cestos de palha que serviam para armazenar de tudo. As flechas e arcos tinham os elementos para serem eficientes. Desta forma, os objetos faziam sentido na rotina que os grupos possuíam, em poucos anos de contato, os Parakanã foram inundados com diversos utensílios que jamais imaginaram possuir.

Praticamente tudo era uma novidade, os relatos mostram um povo indígena encantado com os instrumentos que se deparavam. Rapidamente se apropriavam de tudo que poderiam carregar, mas muitos elementos que não apresentavam função social (como as roupas) eram abandonados a poucos metros dos agentes da

FUNAI. Ao longo de dez minutos do documentário “*A Guerra de Pacificação da Amazônia*” produzido por Yves Billon em 1971⁴², que retratou as primeiras relações entre os Orientais e a Frente de Atração, fica evidente que nada escapava à curiosidade dos indígenas, surpreendidos com tamanha diversidade.

As armas de fogo (que já eram de conhecimento dos Ocidentais) foram introduzidas nas atividades de caça (**Figura 23**) e traziam uma curiosidade extra, porque aparentemente eram mais eficientes que o tradicional arco e flecha. Os funcionários da FUNAI conquistaram a confiança do grupo através destes elementos e, pouco a pouco, os Parakanã foram se adaptando a todos os objetos que lhe eram apresentados.



Figura 23 – Foto clássica de Yves Billon mostra o sertanista João Carvalho, uns dos principais responsáveis pela contatao, ensinando um indígena a usar a espingarda no aldeamento do Igarapé do Lontra.

Fonte: RICARDO (1985, p.23).

Outro elemento importante na consolidação da dependência do grupo com o Posto de Atração foi a introdução de novas doenças. A maioria delas transmitidas involuntariamente pelo simples contato físico, por alteração dos hábitos alimentares e mesmo por relações sexuais. O contato transformou a rotina nos aldeamentos e obrigava os indígenas a visitar diariamente a enfermaria: “*ocorreram diversas epidemias de doenças respiratórias agudas, doenças diarreicas, malária e até*

⁴² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fem3aAdd8rE>. Acesso em 16 de junho de 2017.

mesmo doenças sexualmente transmissíveis (DST), deixando sequelas, como a cegueira por blenorragia ocular e a paralisia flácida pela poliomielite” (SOARES et al., 1994). A mortandade afetou a todos e, aos poucos, começaram a depender da FUNAI até mesmo para se alimentar. O grupo Oriental acostumado às roças, não conseguia consolidar um aldeamento devido às transferências constantes e a falta de mão-de-obra, exterminada pelas doenças dos brancos. Os Ocidentais, que viveram anos com a lógica dos movimentos de contração e retração, voltaram a construir roças e seguir as orientações da FUNAI. Carlos Fausto (2001) destaca que mais de uma geração de Ocidentais estavam habituados a atividades completamente diferentes das que foram impostas na aldeia Pucuruí. O aldeamento era uma novidade para uma população acostumada a coletar o que encontrava pelo caminho.

Os problemas dos Parakanã não parariam na abertura da BR-230, enquanto o processo de contato ainda transcorria, o Estado articulava projetos grandiosos que ocultavam os interesses de grandes grupos econômicos nas “terras despovoadas” do país. Orlando Valverde (1987) afirma que atores com grande poder econômico estavam preocupados em usufruir dos benefícios financeiros que as regiões Centro-oeste e Norte poderiam oferecer. Assim, as rodovias criaram as condições para a colonização e exploração de riquezas. Juntamente com as estradas, os projetos de colonização trouxeram novos problemas para os indígenas, o INCRA consolidou a ocupação no entorno da Transamazônica, e posseiros invadiram as terras originárias indígenas. Em 1974 o presidente Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) criou as “empresas rurais”, ampliando o desmatamento e a criação de pastagens para o gado no entorno da BR-230. Medidas do INCRA, do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) e o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), que deveriam incentivar a aquisição de terras por grupos familiares, aceleraram o desmatamento e a concentração de terra na mão de grandes grupos econômicos. A maioria dos pequenos produtores perdeu seus lotes em poucos anos, sendo obrigados a viver nos pequenos núcleos populacionais no entorno das rodovias:

Grandes companhias nacionais e transnacionais, sediadas na maioria no Sudeste do Brasil, se apropriaram, assim, de áreas colossais. Entre elas, a Cacique (de café solúvel), SANBRA (óleos vegetais), VARIG (transportes aéreos), Volkswagen (automóveis), Liquifarma (química farmacêutica), Silvio Santos (televisão), Jari (de D.K. Ludwig: transportes marítimos), Atlântica

Boa Vista (do grupo Rokfeller: bancos e seguros), Sul América (seguros) e muitas outras. (VALVERDE, 1987, p.72).

A abertura de rodovias (infraestruturas) e a colonização foram os primeiros passos da expansão para a Amazônia, na sequência outros projetos foram constituídos para garantir os interesses destes grandes atores externos. Para os Parakanã o início da UHE Tucuruí foi extremamente impactante, construída para atender a demanda energética dos empreendimentos privados no entorno da mineração da Serra de Carajás. Destaque para as usinas de alumínio ALCOA (estadunidense) sediada em São Luís e a ALBRAS (japonesa) em Barbacena. Os projetos eram pensados e desenvolvidos na capital federal, através de um grupo interministerial, com atores interessados na construção dos empreendimentos e seus assessores, sem a participação dos povos originários. Do lado dos menos favorecidos estavam os grupos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), filiada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que denunciavam o desrespeito aos direitos humanos (VALVERDE, 1987).

A construção do barramento foi anunciada na segunda metade dos anos de 1970. Como contrapartida, os representantes da FUNAI de Brasília autorizaram a criação do “Projeto Parakanã”, com a coordenação do Antropólogo Antônio Carlos Magalhães entre os anos de 1978 e 1979. O Projeto Parakanã foi patrocinado pela ELETRONORTE (empresa responsável pela construção da hidrelétrica) e visava transferir os dois aldeamentos indígenas que seriam invadidos pelas águas do reservatório de Tucuruí.

O objetivo era conscientizar os Parakanã da necessidade da abertura de novas aldeias, porém com a dificuldade de comunicação as tratativas não lograram êxito imediato. O grupo do Igarapé do Lontra, que já possuía representantes com algum conhecimento de português identificaram como local o Igarapé Tinga-Tinga (afluente do Bacuri) e o Igarapé Andorinha, todos locais de antigas aldeias (RICARDO, 1985). Tal fato mostra que mesmo com a dependência estipulada pela FUNAI, ainda mantinham suas relações territoriais, o local da nova aldeia foi baseado exatamente como no período de isolamento, o grupo buscou reproduzir seu padrão territorial de ocupação. Contudo, a eminência de um novo deslocamento gerou problemas mais sérios:

A expectativa de transferência fez os Parakanã abandonarem o plantio de roças, o que agravou a longa dependência alimentar com relação aos postos da FUNAI. O coordenador do Projeto Parakanã, por exemplo, foi obrigado a comprar farinha de mandioca para abastecer os índios. Tratou de orientar a coleta de castanha-do-pará para comercialização e intervir na assistência de saúde, como se verá adiante. Além disso, Magalhães fez uma nova proposta de nova área para a Reserva Parakanã. (RICARDO, 1985, p.40).

Antônio Carlos Magalhães promoveu diversas atividades que tentavam salvar o povo do extermínio. Ao sugerir a criação de uma nova Reserva Parakanã, o antropólogo buscava unir as duas aldeias no mesmo território, ampliar o espaço e garantir uma “área de piscicultura Parakanã” com a criação da barragem de Tucuruí. Entretanto, existiam outros atores interessados nas potencialidades que a floresta poderia oferecer e, juntamente com o convênio do Projeto Parakanã, a FUNAI elaborou o projeto de extração e comercialização de madeira nas áreas que seriam inundadas pelo lago de Tucuruí. Foi criada a Serraria Tucuruí que seria arrendada à Agropecuária Caixa de Pecúlio dos Militares Indústria e Comércio Ltda (CAPEMI)⁴³. Empreendimento com financiamentos do Maison Lazard Frères (ligada ao Banco Nacional Francês) e contrato de comercialização para exportar a madeira nobre da região:

Neste mesmo ano, a sede do Projeto Serraria Tucuruí/FUNAI foi instalada na Base Avançada de Tucuruí. Já no princípio de 1978, os desmatamentos alcançavam boa parte da Reserva de Tucuruí, chegando a apenas um km da aldeia Parakanã criada há um ano em consequência da transferência forçada do subgrupo contatado no rio Anapu.

Funcionários da serraria penetravam diariamente na área indígena também para caçar e coletar, concorrendo com os Parakanã e alterando o panorama ecológico local. (RICARDO, 1985, p.39).

O coordenador do Projeto Parakanã tentou evitar a exploração de madeira enquanto os indígenas não fossem transferidos, mas a FUNAI (na gestão do gal. Ismarth Araújo de Oliveira) decidiu não renovar o Projeto Parakanã no final de 1979, criando um grupo para discutir a transferência dos indígenas. Diversos atores externos traçaram o futuro do povo Parakanã, deliberaram sobre vários assuntos e definiram as áreas de atuação sem, ao que parece, consultar o povo indígena Parakanã.

⁴³ É importante ressaltar que esse processo de constituição serraria foi alvo de intensa disputa judicial, principalmente devido ao fracasso da exploração e falência da CAPEMI.

Em dezembro, houve uma reunião denominada 1º Encontro Parakanã (FUNAI: 1980), patrocinada pela FUNAI, com a colaboração da ELETRONORTE. Nessa ocasião, reuniram-se em Tucuruí representantes do GETAT, COMARA, Secretaria Estadual de Segurança Pública do Pará, Secretaria de Saúde Pública do Pará, Instituto Evandro Chagas, Hospital Barros Barreto, antropólogos da UFSC, UFPA, USP e MPEG e representantes da ABA e do INPA, além dos próprios promotores do encontro. Nessa ocasião foram discutidas várias questões afetas ao futuro Parakanã, nas áreas de saúde, economia, educação e infra-estrutura de assistência. Embora tenha sido apresentada uma proposta de nova reserva para os Parakanã, elaborada pelo DGPC/FUNAI (que diminuía em 163 mil ha a área proposta pelo Projeto Parakanã), ela não consta do documento oficial do Encontro, divulgado pela FUNAI (1980). (RICARDO, 1985, p.40).

Representantes da FUNAI tentaram reduzir o território Parakanã no encontro, afirmando que a região estava ocupada por posseiros, entretanto, por pressão dos presentes tal ideia foi rejeitada (RICARDO, 1985). As negociações prosseguiram em reuniões futuras, mas o grupo Oriental optou por uma transferência sem o aval do Governo, mostrando autonomia com relação aos agentes da FUNAI, e organizando uma nova aldeia junto ao Igarapé Andorinha no ano de 1981.

Os representantes do órgão indigenista brasileiro continuaram a aleijar o território Parakanã. Com a transferência voluntária, o Sr. Paulo Cesar de Abreu (delegado da 2ª Diretoria Regional da FUNAI) autorizou a liberação de terras junto ao Igarapé do Lontra, alegando que o grupo não retornaria ao local, permitindo que a ELETRONORTE remanejasse os colonos da vila Repartimento (que seria alagada pelo lago da barragem) na área destinada aos indígenas (RICARDO, 1985). O representante da FUNAI mostrou com este ato total desconhecimento com relação aos Parakanã, pois os Orientais continuaram a frequentar suas antigas roças, exatamente como faziam no passado, criando vínculos territoriais entre a antiga aldeia no Lontra e a nova aldeia no Andorinha. Na **Figura 24** é possível observar o traçado original e atual da BR-230, as vilas, os aldeamentos Parakanã na época da disputa da terra e as glebas de terras existentes, mostrando que o conflito entre os Parakanã nas duas reservas contra os madeireiros e os colonos era uma questão de tempo, devido ao choque de interesses entre os diferentes atores citados.

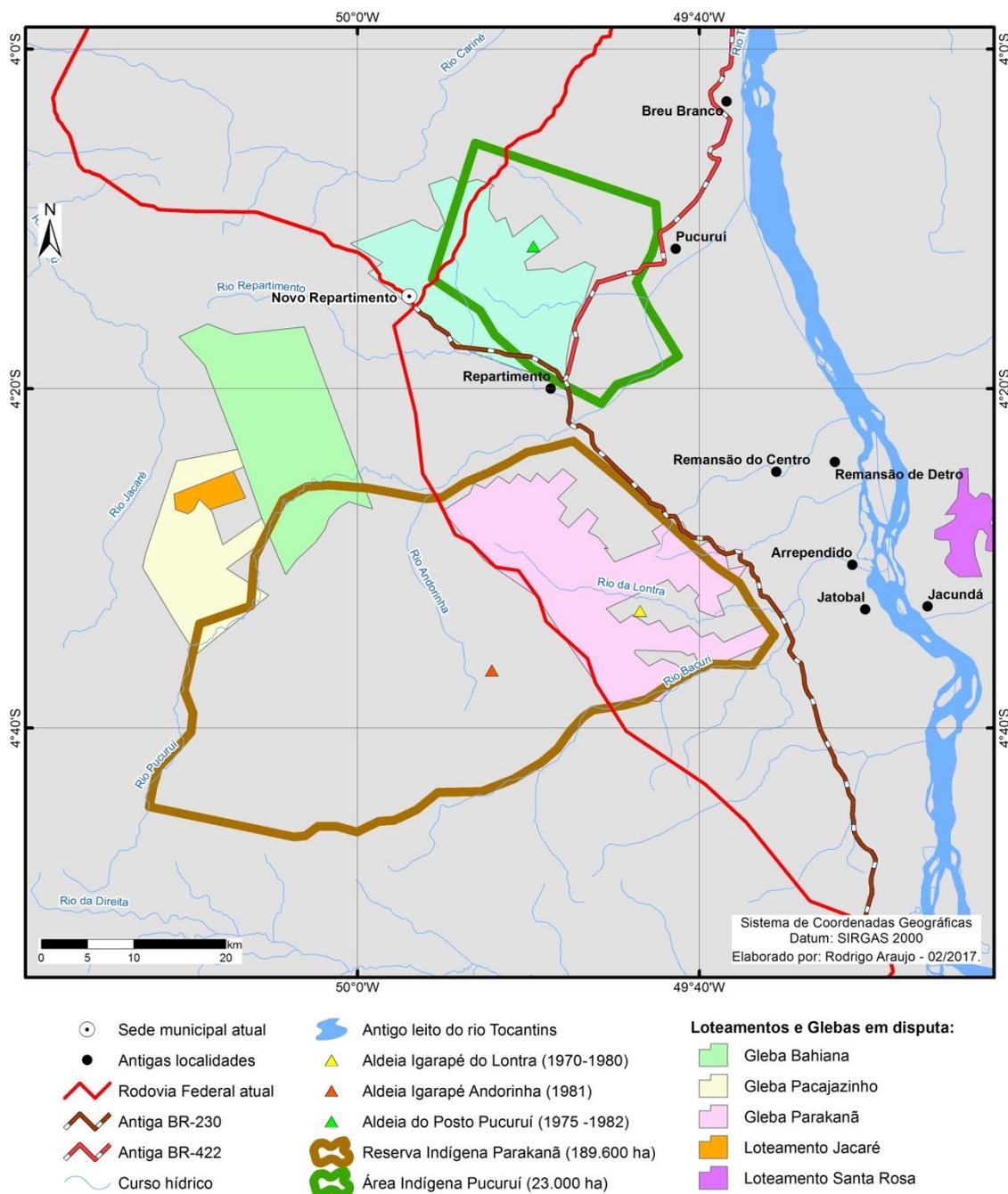


Figura 24 – Áreas de disputa no período de pacificação Parakanã.

Desta forma, novos encontros entre a FUNAI, GETAT, ELETRONORTE e representantes Parakanã foram agendadas para mediar a situação. Durante este período, os Orientais foram remanejados para a aldeia Paranatinga (1983) e a Área Indígena Pucuruí foi abandonada com os Ocidentais deslocados para a aldeia Maroxewara (1982) – a **Figura 25** apresenta os deslocamentos promovidos pela disputa de terras neste período.

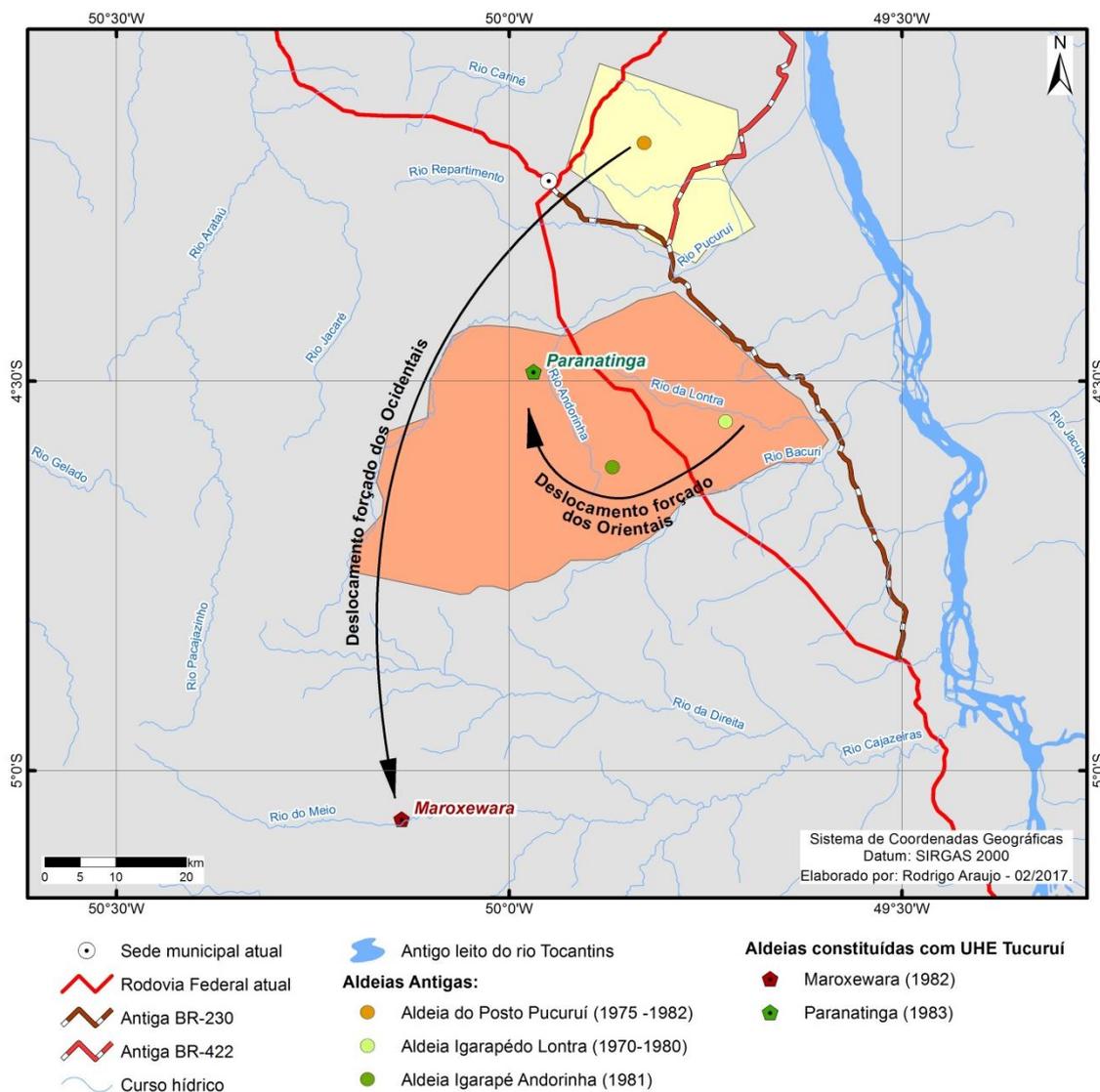


Figura 25 – Mapa dos deslocamentos das aldeias devido à construção da UHE Tucuruí.

Depois de algumas rodadas de negociação os indígenas aceitaram ceder o território para a ELETRONORTE, que reassentou os moradores da vila Repartimento no local (criando a atual sede do município de Novo Repartimento) e os colonos na área ao norte do novo traçado da BR-230. A contrapartida para os indígenas foi a abertura de uma pista de pouso na aldeia Maroxewara e de uma estrada ligando a aldeia Paranatinga à Transamazônica. Essa negociação já mostra que os laços construídos ao longo dos primeiros anos de contato deixavam suas marcas nos dois grupos Parakanã, as contrapartidas eram formas de garantir o acesso aos bens que a sociedade envolvente havia apresentado aos indígenas.

Outro ponto importante deste acordo foram os encaminhamentos para demarcação da Terra Indígena Parakanã. Ficou decidido que a FUNAI iria remanejar

recursos oriundos do Projeto Carajás para a demarcação e regularização da TI Parakanã. Conforme noticiou o Jornal Folha de São Paulo em 1º de novembro de 1984:

O presidente da Funai, Nelson Marabuto, anunciou ontem mesmo a decisão aos líderes Parakanã que se encontram em Brasília, e informou que “já existem recursos para a demarcação”. Os recursos foram alocados pelo Projeto Carajás, que tem interesses na área. Assegurou Marabuto que até o dia 22 de novembro, data da viagem do presidente Figueiredo a Tucuruí, “as questões serão solucionadas”. Entre essas questões há o problema de 68 posseiros que se encontram dentro da reserva indígena, cinquenta dos quais com licença de ocupação do Incra⁴⁴.

O acordo da nova área Parakanã ocorreu efetivamente com o Decreto Presidencial nº 91.028 de 5 de março de 1985 – **Mapa 2**. Com os termos acordados a área que ficou a norte do novo traçado da BR-230 (incluindo o antigo leito da rodovia e a antiga aldeia do Lontra – local onde foram contatados os Orientais) e a Área Indígena Pucuruí foram retiradas dos Parakanã. Novas áreas ao sul da Reserva Parakanã foram incorporadas ao novo território (justamente as cabeceiras do rio Cajazeira que era historicamente ocupada por este povo). O ressarcimento pelos danos causados pela ELETRONORTE foi embasado no Estatuto do Índio, Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (RICARDO, 1985). Chama a atenção que o Decreto trata as áreas Parakanã como “patrimônio devoluto da União”, onde parte seria entregue para a ELETRONORTE assentar os colonos atingidos pela barragem. Tais argumentos do Estado mostram a ideia de território empregada na questão, pois os fatores simbólicos deste povo são ignorados. Foi o Estado que patrocinou a invasão das áreas originárias dos Parakanã, tratando todas como “terra de ninguém”.

O processo de luta pelo território durou ainda alguns anos, pois a nova área estava ocupada por colonos e madeireiros. Alguns deles com título de propriedade e outros tantos eram invasores endividados com madeireiras que tinham interesses na área indígena (RICARDO, 1985). Com os recursos remanejados a área foi homologada pelo presidente da república através do Decreto nº 248, de 29 de outubro de 1991. A partir de então o **Território Indígena Parakanã estava**

⁴⁴ Reportagem: Índios Parakanã terão reserva de 307 mil hectares no Estado do Pará. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 nov. 1984. Geral, p. 21.

legalizado, passando a “existir” aos olhos do Estado brasileiro. Na verdade, a luta dos Parakanã foi para regularizar um território que tradicionalmente sempre foi de seu usufruto. Quando se compara o histórico de mobilidade com a terra indígena oficializada, este povo na realidade perdeu uma imensidão de área, visto que ocupava todo o interflúvio do médio Tocantins, e agora estava restrito a uma área de pouco mais de 315 mil hectares (área atual da TI Parakanã – **Mapa 2**). O Estado desconsiderou a percepção territorial indígena e valorizou os acordos traçados pelas instituições envolvidas. A desterritorialização dos Parakanã também ajudou a territorializar todos os atores interessados nas terras originárias indígenas. Contudo, Rogério Haesbaert (2004) lembra que a desterritorialização vêm sempre acompanhada da sua outra metade. Com a demarcação os indígenas passaram a ter novos mecanismos para se reorganizar.

A demarcação promoveu uma nova realidade para todos os envolvidos, os dois grupos Parakanã passaram a conviver com novos atores e a vivenciar uma nova realidade. O campo estava aberto para uma nova reestruturação territorial – a reterritorialização se sobrepõe ao processo de desagregação promovido por alguns anos sob a tutela do Estado. Todavia, demarcar a terra indígena não pode ser encarado como um sinônimo de territorialidade. A delimitação é (inicialmente) um território apenas para o Estado brasileiro. Camila Oliveira alerta que o processo de demarcação nem sempre é benéfico aos indígenas “*o processo de confinamento indígena, criado para sua ‘proteção’, acaba gerando a fuga desses indígenas, demandando novos territórios, em que não sofram pressão e que ainda não estejam tão afetados*” (OLIVEIRA, 2013, p.1262). A criação das aldeias Maroxewara e Paranatinga representa o fechamento do ciclo da desterritorialização. São as últimas aldeias criadas com a perspectiva imposta pela FUNAI, fato que abriu caminho para a reterritorialização Parakanã. Observamos que esse deslocamento (diferente dos movimentos originários destes indígenas) é forçado e não busca solidificar as bases da territorialidade Ocidental e Oriental, mas amenizar o problema indígena, garantir os interesses do Estado e dos demais atores envolvidos. Rogério Haesbaert mostra claramente a diferença da territorialidade, construída no movimento, para a desterritorialização, onde “*O que importa aí é quem delimita ou controla o espaço de quem, e as consequências deste processo*” (HAESBAERT, 2004, p.262-263).

O processo de reterritorialização caminha junto com a desterritorialização, enquanto os Parakanã perdiam elementos importantíssimos, outros eram absorvidos e passaram a fazer parte das suas relações. O novo território passa a garantir as condições materiais para sobrevivência dos indígenas, contudo, eles ainda continuaram expostos a diversos problemas sociais e conflitos com os brancos. O Estado projeta novas concepções e formas espaciais que estão comprometidas com o planejamento do Governo (orientado por diferentes atores), não com os indígenas. Considerar o Estado como um agente desterritorializador não é uma novidade, Rogério Haesbaert (2004) destaca que Gilles Deleuze e Félix Guattari (ao longo da sua obra) apresentam a desterritorialização como um elemento fundamental da criação do Estado dentro do processo capitalista.

Os indígenas possuem vínculos territoriais diferenciados com a terra, o que permite maior flexibilidade na formação de um território. Não existe uma necessidade de posse, é a presença de inimigos, a mobilidade, as roças coletivas, os rituais etc., que se constituem nos elementos essenciais do território e, conseqüentemente, da territorialidade. É neste ponto que recai a desterritorialização sobre os Parakanã, o Estado privou os dois grupos destes elementos, inserindo novos referenciais, que aos poucos foram usados pelos próprios indígenas para promover a reterritorialização (novos vínculos territoriais precisam ser construídos). Assim, a territorialidade Parakanã foi se modificando com a dinâmica da Amazônia brasileira e a demarcação da área, abriu espaço para a o fortalecimento de uma nova territorialidade e a construção de novos vínculos territoriais com o território.

5.1.3 A CONSOLIDAÇÃO NA TERRA INDÍGENA PARAKANÃ

O processo de desterritorialização dos Parakanã foi traumático e deve ser lembrado como um exemplo negativo da atuação do Estado brasileiro. Porém, com a consolidação da terra indígena, aumentaram as possibilidades para eles se adaptarem à nova realidade existente no médio Tocantins. Algumas orientações partiram dos indigenistas e funcionários da FUNAI que atuavam diretamente no contato, outras foram construídas com base na realidade social dos próprios indígenas, que não estavam submissos às condições que os cercavam.

Em tese, os Orientais teriam mais facilidades para retomar a territorialidade baseada no triângulo de ocupação, entretanto, o grupo que se isolou por anos, agora estava a poucos quilômetros dos núcleos urbanos e da rodovia Transamazônica. Além disso, os anos de tutela já haviam inseridos diversas novidades que eles não estavam dispostos a abrir mão. O contato com a sociedade envolvente foi aos poucos sendo incorporada ao cotidiano de vários indígenas que adquiriram, por exemplo, novos hábitos alimentares e o comércio de produtos da floresta representava uma fonte de renda considerável para o sustento das famílias:

O contato intermitente com os mercados fornecedores de bens de consumo industrializados pode ser avaliado por uma centena de objetos utilitários acumulados no interior das habitações e na cantina. Porém, a situação que impressiona e conduz à reflexão é observada no lixo espalhado na periferia da aldeia. Neste contexto, verifica-se uma gama variada de instrumentos alienígenas em desuso como facas, facões, enxadas, plantadeiras manuais, machados, lanternas, pilhas e garrafas térmicas que, somados a enlatados remanescentes de diversos produtos alimentícios, painéis de alumínio, plásticos em geral e restos de indumentárias do branco, denotam os aspectos vacilantes do processo de aculturação acelerada. (DAM; ELETRONORTE; FUNAI; PROPKN, 1989, p.8).

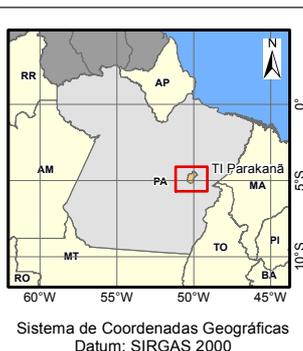
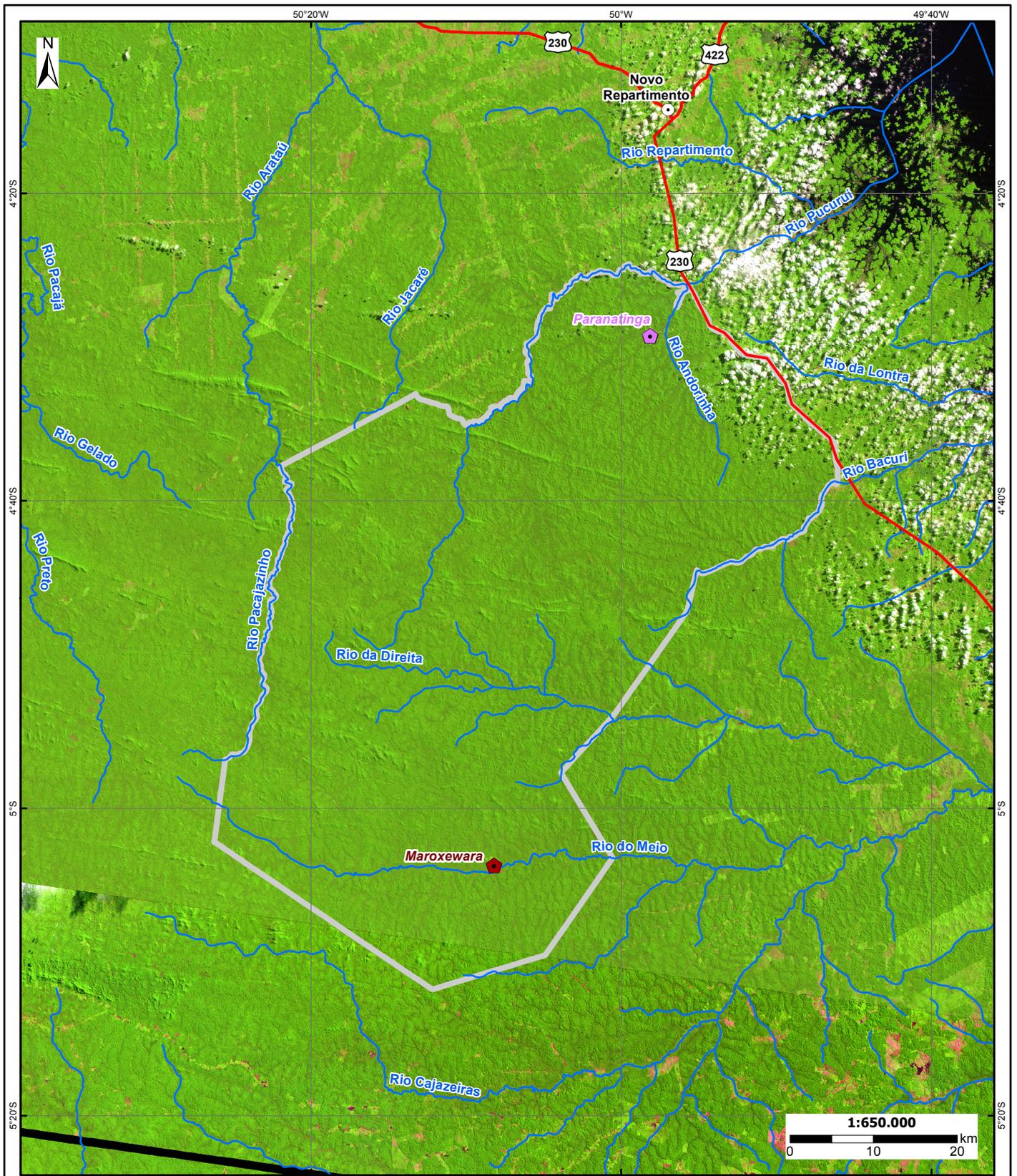
A situação dos Ocidentais era mais complicada. Isolados na aldeia Maroxewara (o acesso era possível apenas por helicópteros, pequenos aviões ou por barco no período de cheia dos rios), precisariam se reinventar, pois já não existiam inimigos e áreas disponíveis para retomada das atividades de *trekking*. Mesmo com as condições de isolamento, faltavam os demais elementos para retomar a territorialidade que estavam habituados.

Helena de Mello (1982) chama a atenção que os Parakanã enfrentaram uma profunda alteração do seu cotidiano, principalmente com a introdução do modo de produção individual, que passou a coexistir com as questões coletivas. A FUNAI se fazia presente através dos postos de atração, acompanhando a vida dos indígenas e orientando o povo na reconstrução das roças, nas questões de saúde e na relação com os demais atores sociais que tinham contato.

O **Mapa 3**, construído com imagens de satélite do ano de 1990, apresenta a realidade quando já residiam em Paranatinga e Maroxewara. Já é possível observar alguns travessões abertos no entorno da rodovia Transamazônica, formando o desmatamento padrão “espinha de peixe”, mais acentuado nas áreas próximas às

nascentes do rio Repartimento e da margem direita do rio Jacaré. Não existe nenhum sinal na imagem de satélite que indique um aglomerado urbano considerável, as áreas de desmatamento são representadas com tons de verde claro, aparentemente não ficava com o solo exposto por muito tempo, visto que a resposta espectral do solo para esta composição de bandas tende à rosa/vermelho. O território indígena estava aparentemente protegido do desmatamento, os sinais de abertura da floresta mais próximos do limite da TI, estavam localizados na margem direita do rio Bacuri (onde a FUNAI iniciou o processo de desintrusão quando a TI foi demarcada). Em raríssimas exceções os colonos adentravam mais de vinte quilômetros além das rodovias, pois a vida no médio Tocantins ainda representava muitos perigos para quem acabava de ocupar as faixas de terra disponibilizadas pelo INCRA.

Além da intensificação do contato com os colonos, os Parakanã também teriam que superar o baixo número de habitantes, diversas lideranças com idade avançada e boa parte da população adulta padeceu ao período de contato. Segundo o PROPKN (2013) em maio de 1986 os Ocidentais contavam com apenas 104 habitantes, sendo que somente 6 possuíam mais de 50 anos de idade. Já os Orientais contavam com uma população de 184 indivíduos, destes, apenas 14 com mais de 50 anos (**Figura 27** e **Figura 28**). Somando as duas aldeias é possível observar que os jovens eram a grande maioria da população, 28% possuíam menos de 5 anos de idade (81 indígenas), e 51% estavam abaixo dos 15 anos (147 indígenas). A situação no final dos anos de 1980 era dramática: “os *relatórios de abril de 1989 mencionam o grave problema nutricional vivido pelos índios da aldeia Paranatinga, a elevada prevalência de doenças dermatológicas de origem infecciosa (como o impetigo, a escabiose e as micoses superficiais*” (SOARES, et al., 1994, p.127). O quadro de fome foi agravado pela dependência que estes indígenas foram submetidos (os que sobreviveram foram alimentados pela FUNAI a base de arroz, feijão e charque). Com um número de roças reduzidas, com carência de mão de obra e sem a possibilidade de realizar suas campanhas de *trekking*, os dois grupos estavam extremamente vulneráveis à sociedade envolvente.



LEGENDA:

- Sede Municipal
- Hidrografia
- Rodovia Federal
- TI Parakanã

Aldeias Parakanã:

- Grupo Oriental**
- Paranaatinga
- Grupo Ocidental**
- Maroxewara

Imagem Landsat 5 (224/063) - 19/07/1990
Imagem Landsat 5 (224/064) - 04/08/1990

Mapa 3: Distribuição das Aldeias Parakanã em 1990.
Elaborado por: Rodrigo Araujo em Junho/2017

No entanto, a luta pelo território indígena durante a instalação da UHE Tucuruí também resultou em um acordo entre a FUNAI e a ELETRONORTE para realização de medidas de apoio aos Parakanã. Foi neste contexto que surgiu a nova fase do Programa Parakanã⁴⁵:

Em 1987 foi assinado entre a Eletronorte e a Funai o Termo de Compromisso nº 001/87, cujo objetivo era a elaboração de um Programa de Assistência à Comunidade Indígena Parakanã, em todos os níveis necessários. O Programa foi aprovado em junho de 1988 – Termo de Aditivo nº 002/88 –, e teve seu início em setembro do mesmo ano.

Os objetivos do Programa são:

- Equilibrar as relações econômicas e culturais entre a comunidade Parakanã e a sociedade nacional;
- Garantir o usufruto exclusivo pelos Parakanã da área demarcada;
- Melhorar as condições gerais de vida segundo as aspirações dos próprios índios; e,
- Ampliar a compreensão dos Parakanã acerca da realidade sócio-política brasileira. (ELETRONORTE, 1997, p.19).

De forma mais sucinta, o convênio previa que a ELETRONORTE executasse medidas de mitigação aos impactos da UHE Tucuruí nas áreas de: saúde, educação, apoio produtivo e alimentar, vigilância territorial e de controle administrativo na terra indígena. Mesmo com a demarcação, os Parakanã seguiram sob a supervisão de atores externos, que teriam a função de auxiliar no processo de reorganização junto ao território indígena e apoiar os Parakanã “*em todos os níveis necessários*”. As ações desenvolvidas contam com profissionais de especialidades diversificadas, que atuam na TI sempre com a supervisão dos responsáveis pelo PROPKN (**Figura 26**). O Programa passaria a ter forte influência sobre os Orientais e Ocidentais, administrando diversas ações ligadas à terra indígena.

⁴⁵ O programa foi previsto para durar vinte cinco anos, no ano de 2015 foi renovado por mais cinco anos.

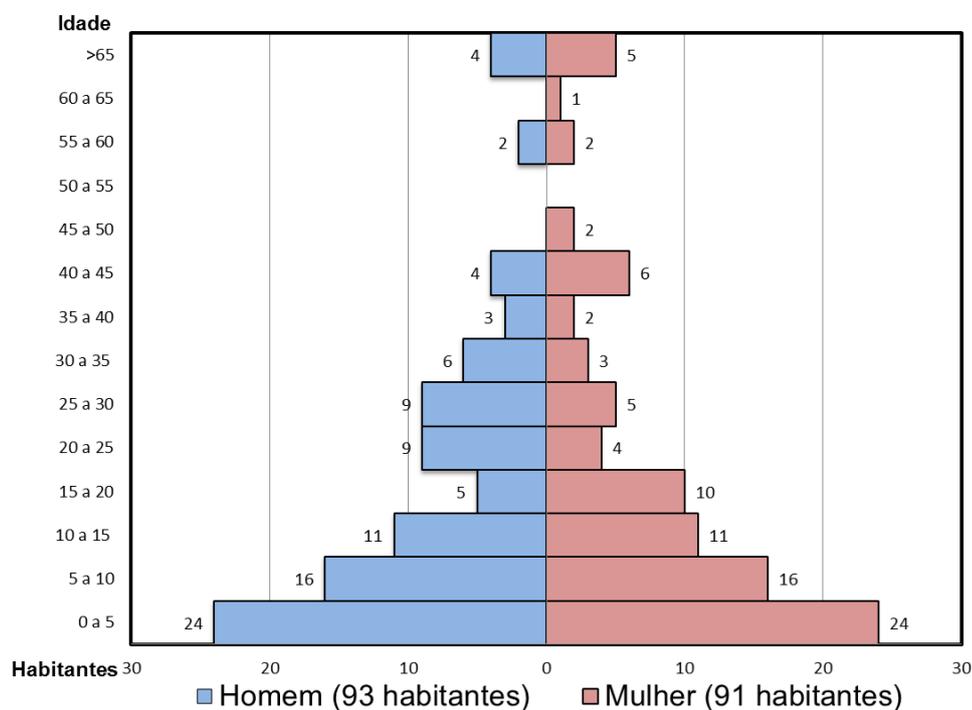


Figura 26 – A esquerda o Sr. José Porfírio de Carvalho, funcionário da ELETRONORTE, responsável pelo PROPKN junto a empresa.

Fonte: ELETRONORTE (2007, p.21).

Cabe destacar que Ocidentais e Orientais mantiveram muitas de suas atividades tradicionais, porém, a sociedade envolvente passou a influenciar cada vez mais o cotidiano nas aldeias. O PROPKN articulou uma série de ações que visavam valorizar a cultura Parakanã e minimizar a interferência externa. As ações mais urgentes buscavam resolver o problema nutricional e amenizar os impactos que as novas doenças trouxeram à população em geral. As aldeias passaram a contar com uma enfermaria, onde todos podiam receber atendimento às doenças mais simples, sendo que os casos mais graves eram encaminhados para a cidade de Tucuruí. Segundo o PROPKN (2013), com as medidas adotadas por seus técnicos, a taxa de mortalidade e os problemas de saúde foram reduzidos. A população chegou aos setecentos habitantes no ano de 2006 e quase mil indivíduos no último dia do ano de 2013 (**Figura 27** e **Figura 28**).

População Parakanã Oriental - 01 de Maio de 1986



População Parakanã Oriental - 31 de Dezembro de 2013

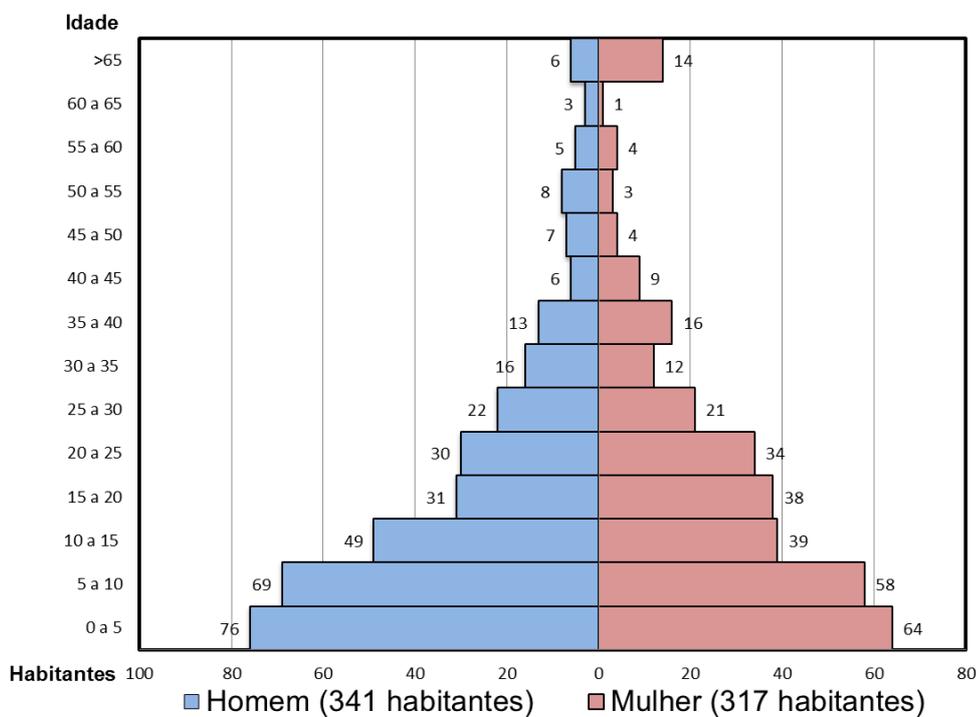
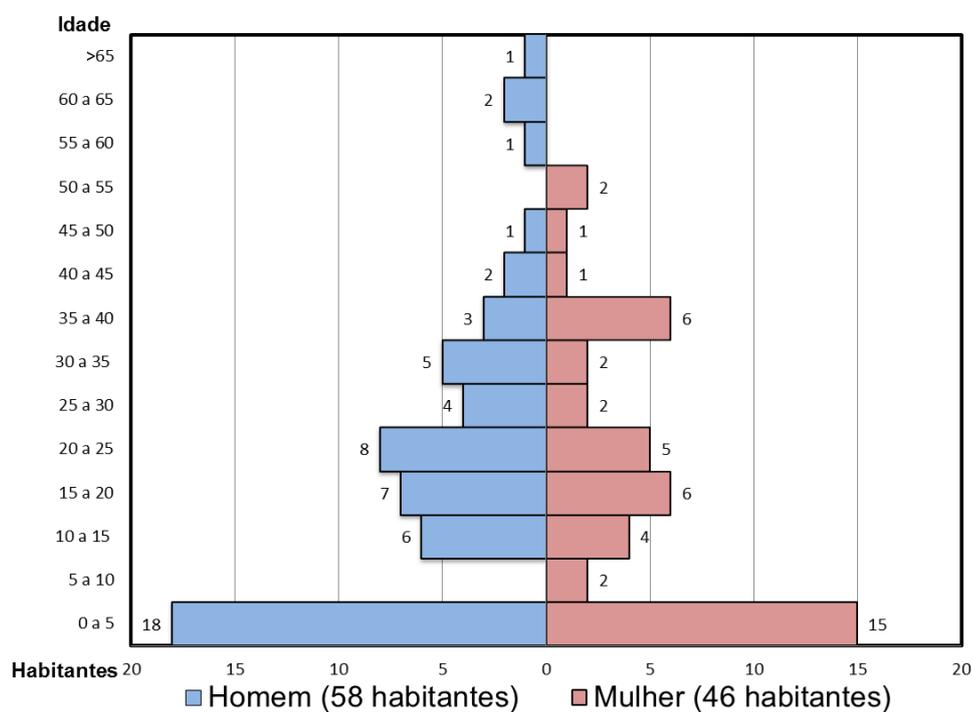


Figura 27 – Distribuição da população Parakanã Oriental em 1986 e 2013.
Fonte: dados do PROPKN (2013).

População Parakanã Ocidental - 01 de Maio de 1986



População Parakanã Ocidental - 31 de Dezembro de 2013

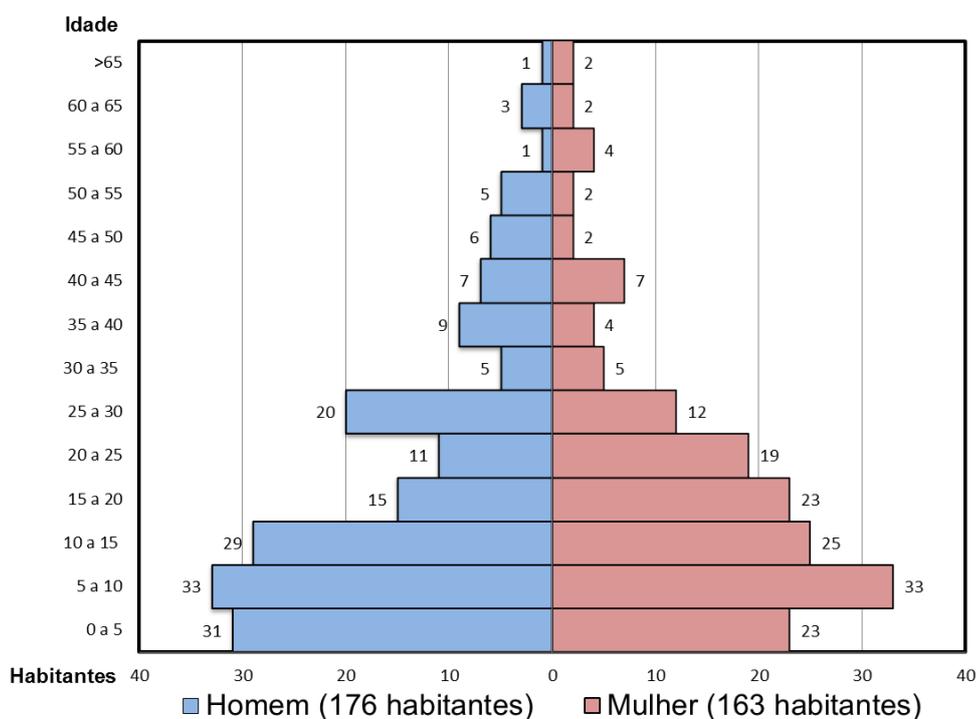


Figura 28 – Distribuição da população Parakanã Ocidental em 1986 e 2013.
Fonte: dados do PROPKN (2013).

Analisando apenas a forma das pirâmides de população dos Ocidentais e Orientais, é possível perceber que se trata de duas populações jovens, mas considerando todo o contexto histórico, é inegável a importância do crescimento populacional, com aumentos significativos em todas as faixas etárias. É relevante valorizar o crescimento de dois grupos que estavam sofrendo baixas ano após ano, com a consolidação da terra indígena e as medidas do PROPKN, este problema aparentemente foi resolvido.

Não obstante, o tipo de assistência promovida pelo PROPKN e a queda demográfica no período de contato, houve forte impacto sobre a medicina tradicional. Segundo Yumi Gosso, com a facilidade de conseguir remédios na enfermaria e a mortandade de muitos idosos, que detinham o conhecimento de plantas da floresta, diversas práticas medicinais tradicionais foram se perdendo com o passar dos anos: “*Uma das poucas plantas que ainda continuava sendo usada por eles era uma de efeito abortivo que não era revelada para os toria e o timbó que estava sendo usada para a pesca*” (GOSSO, 2005, p.162).⁴⁶

Outra prioridade do Programa Parakanã foi promover as atividades de incentivos à abertura de roças, coleta de frutas e sementes na floresta, visando acabar com a fome que assolava as duas aldeias. O PROPKN introduziu também a criação de animais de pequeno e médio porte, como galinhas, patos e cabras, que complementavam as atividades de caça, além de alguns cultivos adaptados às condições amazônicas. Ambos os grupos seguiram abrindo roças através da técnica de coivara, o plantio de mandioca e a produção de farinha continuaram sendo o principal produto da dieta alimentar dos Parakanã. Com a inserção de novas técnicas conseguiam aumentar a produção de alimentos. Os fornos com chapa de metal, o tipiti⁴⁷ e os tanques para pubar, foram alguns dos equipamentos inseridos na sua rotina de produção (**Figura 29** e **Figura 30**).

⁴⁶ Timbó é uma planta tóxica (*Derris Spp.*, *Fabaceae*) utilizada na pesca artesanal.

⁴⁷ Tipiti é um tipo de prensa de palha trançada que serve para escorrer a água e secar a mandioca.



Figura 29 – No início do contato os Parakanã possuíam artefatos pequenos de barro para produção de farinha.

Fonte: RICARDO (1985, p.35).



Figura 30 – Novos equipamentos introduzidos pelo PROPKN que ajudaram a ampliar a produção.

Fonte: PROPKN (2013, p.215).

No campo da educação foram realizadas ações com linguistas para desenvolver a escrita. No início dos anos 2000, as aldeias já contavam com indígenas que sabiam escrever em português e na língua materna. Nas escolas distribuídas nas aldeias “a alfabetização obedece à uma orientação bilingüe desde 1991 e com materiais didáticos e orientações específicas a realidade Parakanã. Cada professor não índio além de ter disponível o material de alfabetização na língua materna”⁴⁸ (**Figura 31**). Segundo Yudi Gosso (2005) a divisão do trabalho nas aldeias era um problema para as mulheres (devido suas atividades nas roças, as obrigações com a casa e com o marido), que apresentavam os maiores índices de evasão nas escolas, eram poucas as que conseguiam conciliar suas atividades diárias com a sala de aula – **Figura 32**.

O PROPKN ainda incentivou os Parakanã a fazer vistorias periódicas nos limites da sua área, abriu picadas na mata para identificar os limites, também instalou diversas placas de aviso para afastar os não indígenas. As placas de sinalização ajudaram a materializar os limites da terra indígena, um indicativo para os indígenas que agora precisavam conviver com a ideia de que existia “uma terra do indígena e uma terra do outro”, separando o que era território indígena das propriedades privadas. (**Figura 33**). Ainda cabe destacar que as placas adotadas pelo programa sempre foram diferentes do modelo padrão da FUNAI. O que pode

48 Informações do Programa Parakanã, disponível em: <http://www.parakana.org.br/>. Acesso em: 18 de março de 2017.

ser uma estratégia para diferenciar antiga atuação do órgão indígena brasileiro das novas ações do PROPKN.



Figura 31 – As escolas foram inseridas no início do PROPKN.

Fonte: PROPKN (2013, p.180).



Figura 32 – As mulheres têm atividades diárias que dificultavam a participação nas ações do PROPKN.

Fonte: ECOPLAN (2016, p.124).



Figura 33 – Placas instaladas pelo PROPKN indicam os limites da terra indígena Parakanã.

Fonte: ECOPLAN (2016, p.194).

O Programa Parakanã parece ter ajudado a consolidar o sentimento de pertencimento do território, mostrando para o povo Parakanã que suas terras agora possuíam limites estabelecidos, e que somente eles poderiam usufruir da terra indígena: *“Os Awaete, assim como no passado defendiam o seu território, hoje atuam ainda com mais afinco na sua defesa, pois entendem que a terra sendo*

preservada é a única maneira de sobreviverem enquanto nação indígena” (PROPKN, 2013, p.278). Os funcionários do PROPKN convidavam as lideranças para participar de vistorias sistemáticas nos locais onde existiam os maiores riscos de invasões. As expedições de caça e as indicações dos locais de coleta de frutos da floresta eram orientadas para as proximidades das terras dos colonos, tudo como uma medida de vigilância dos limites territoriais da TI Parakanã.

Aparentemente através destas medidas de vigilância, o povo Parakanã reforçou o sentimento de que a terra indígena era um elemento fundamental para o futuro e sobrevivência de todos. Como reforça Álvaro Luiz Heidrich: *“As práticas de ocupação, uso e a sua compreensão mesclam experiências e identidades são, portanto, formadoras de um conjunto/contexto socioespacial que diz respeito à apropriação”* (HEIDRICH, 2016b, p.14). Complementando a vigilância dos limites, foi instalado um sistema de rádio de comunicação a longa distância entre as aldeias e a sede do programa. Com estes equipamentos as lideranças conseguiam se comunicar periodicamente, e todos eram informados dos movimentos estranhos ou de invasões na terra indígena. Desta forma, passaram a exercer o controle e monitorar as ações. A área demarcada vai aos poucos ganhando um novo significado, os Parakanã começavam a estabelecer novos vínculos com o território:

Ao contrário de muitos lugares comuns, territórios requerem esforços constantes para estabelecê-los e mantê-los. Eles resultam de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações. Circunscrever coisas no espaço, ou num mapa, como quando um geógrafo delimita uma área para ilustrar onde o milho é cultivado ou onde a indústria está concentrada, identifica lugares, áreas, ou regiões no sentido comum, mas não cria por si só um território. Essa delimitação torna-se um território somente quando seus limites são usados para afetar o comportamento ao controlar o acesso. Por exemplo: um lugar geográfico antes comum, ou uma região, como um cinturão de cultivo ou uma área industrial, pode ser designado pelo governo como região para receber especial assistência financeira ou como área a ser administrada por determinado órgão ou departamento especial. Nesse caso, os limites da região estão afetando o acesso aos recursos e ao poder. Eles estão moldando o comportamento e assim o lugar torna-se um território. (SACK, 2013, p.77).

No entanto, até o final dos anos 1990, o contato com a sociedade envolvente ainda era limitado (principalmente pelas condições de deslocamento). Mesmo assim, os habitantes de Paranatinga, que durante anos mantiveram práticas territoriais voltadas para a defesa e isolamento, já haviam iniciado diversos intercâmbios com os comércios locais. Estimulados pela abertura do ramal que ligava a aldeia à

rodovia Transamazônica e a proximidade com a cidade de Novo Repartimento, que ficava a 35 quilômetros da aldeia, conseguiam vender com facilidade farinha, produtos da floresta, carnes de caça. Com os recursos advindos das transações, compravam diversas mercadorias manufaturadas. Por outro lado, os Ocidentais que desenvolveram na mobilidade uma maneira de se relacionar com outros povos e com os “brancos”, agora se viram isolados na aldeia Maroxewara, onde o contato era extremamente restrito. Tinham dificuldades de comercializar produtos mais perecíveis (como o açaí, por exemplo) e dependiam dos transportes do PROPKN para atingir os núcleos urbanos.

Com o avanço do desmatamento e o aumento demográfico na Transamazônica e nas vicinais (abertas de forma perpendicular à rodovia), não demorou muito para novos elementos serem incorporados e se misturarem com questões tradicionais. A organização das aldeias se diferenciava de acordo com o envolvimento das lideranças. A roça coletiva, por exemplo, já não era unanimidade, cada grupo familiar seguia as orientações acordadas na *tekatawa*⁴⁹. Na realidade, Carlos Fausto (2001) mostra que as decisões eram tomadas através da hierarquia estabelecida de acordo com a idade (aqueles que sabem contar as histórias e guiar os Parakanã mais jovens) e pelos laços de parentesco. Na aldeia Paranatinga, por exemplo, Arakytá era a figura mais respeitada, investido com o direito de dialogar e dar conselhos aos diferentes grupos familiares, em Maroxewara essa imagem era personificada em Akaria – **Figura 34** e **Figura 35**. Contudo, as decisões sobre o tamanho e o local das roças, por exemplo, era uma tarefa das lideranças dos grupos domésticos (diversas famílias com laços de parentesco). No início dos anos 1990, Paranatinga contava com cinco lideranças neste nível e mais uma série de outros indígenas com influência no seu grupo familiar (DAM; ELETRONORTE; FUNAI; PROPKN, 1989).

⁴⁹ Para Carlos Fausto (2001) a *tekatawa* continuou sendo o local para tomada de decisões dos Orientais. Para os Ocidentais a *tekatawa* voltou a ser realizada com mais frequência a partir da consolidação da TI, mas com uma particularidade importante, em alguns casos é permitido a participação das mulheres, fato que não ocorre com seus parentes.



Figura 34 – Arakytá, importante liderança dos Orientais.

Fonte: FAUSTO (2001, p.220).



Figura 35 – Família de Akaria, importante liderança dos Ocidentais.

Fonte: FAUSTO (2001, p.95).

A organização era (e é) orquestrada pela figura dos indígenas mais idosos (denominados de *apo morongeta*, aqueles que fazem a conversa na *tekatawa*) que são os mais respeitados, a hierarquia segue até os grupos menores (FAUSTO, 2001). Ou seja, um indígena jovem tem influência apenas sobre sua esposa e filhos, enquanto seu pai administra a relação entre todos seus parentes, organiza o local das roças e das casas, mas sempre deve ouvir os conselhos dos mais idosos. Além desses, existem representantes escolhidos por todos, chamados de caciques (nomenclatura inserida durante o contanto com os agentes da FUNAI), geralmente com laços de parentesco próximos aos idosos. São os caciques que tem a responsabilidade de administrar as tarefas coletivas e fazer a comunicação com os atores externos. Eles escolhiam quem poderia participar das ações de vigilância, ou mesmo, quem teria permissão para visitar os centros urbanos para comercializar a produção da aldeia.

Particularidades familiares dividiam as ações nas aldeias, Carlos Fausto (1997) destaca que a organização da *tekatawa* deixava explícito a separação entre os grupos familiares, os mais idosos ficam sentados mais próximos do centro da roda de conversa, enquanto que seus parentes se organizavam de acordo com a influência que possuíam no grupo (**Figura 36**). A distribuição das casas na aldeia Paranatinga também estava organizada de acordo com os grupos de descendência, conforme é possível observar na **Figura 37**.

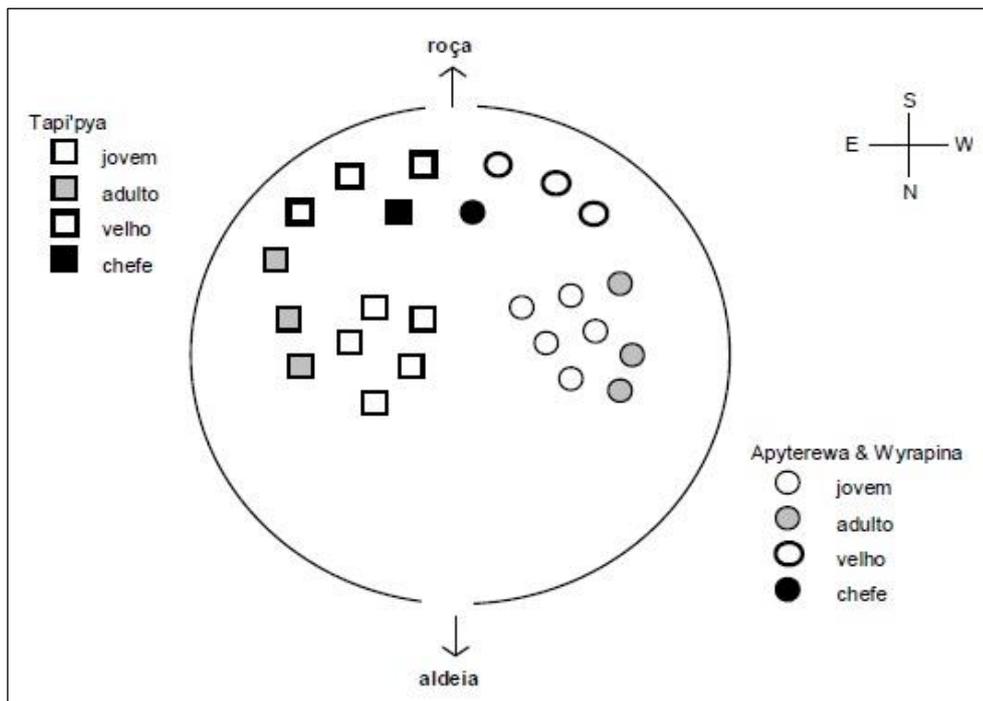


Figura 36 – Organização da *tekatawa*, segundo Carlos Fausto.
 Fonte: FAUSTO (1997, p.135).

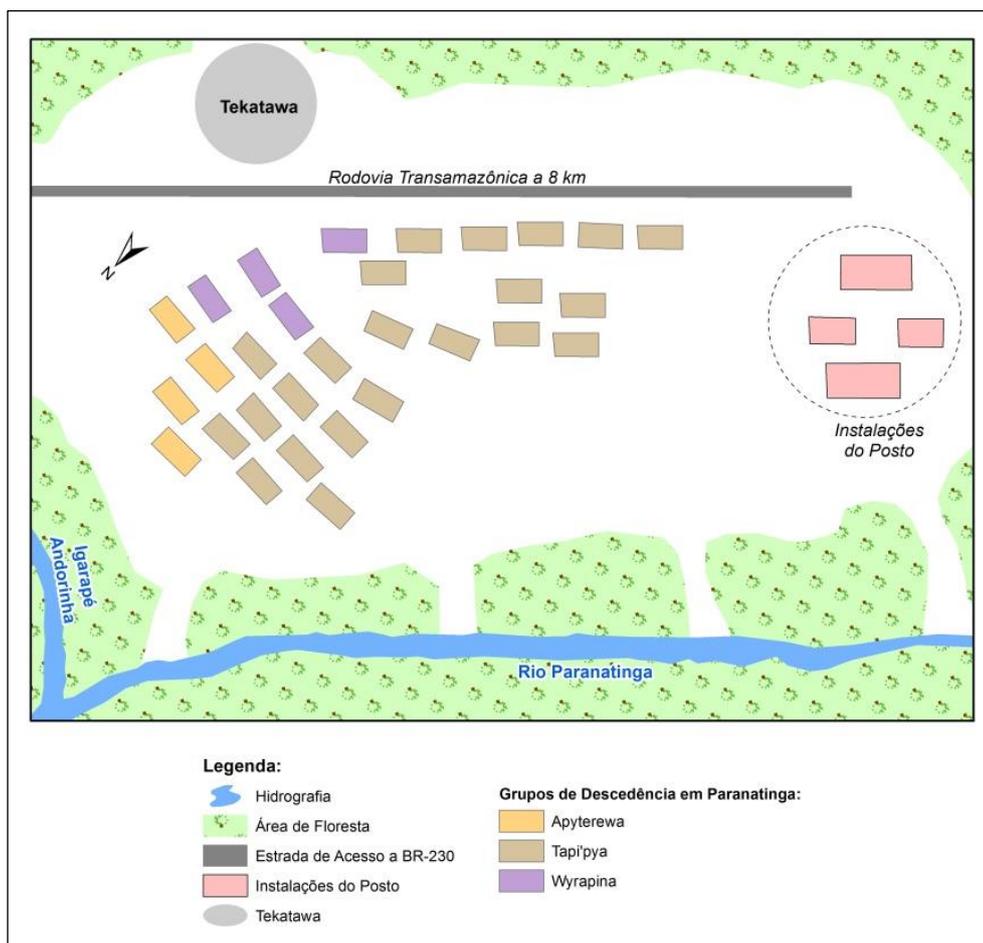


Figura 37 – Distribuição das casas de acordo com os grupos familiares na aldeia Paranatinga.
 Fonte: Adaptado de FAUSTO (2001, p.183).

Antônio Carlos Magalhães reforça esta questão, citando como exemplo, o favorecimento na distribuição do território:

Em outras palavras, pesca-se nos igarapés que atravessam os caminhos de caça, distribuídos estes em conformidade com grupos de descendência. Em geral, pessoas pertencentes aos *Tapi'pya* pescam no Paranatin ou junto as cabeceiras do Pucuruí; ao passo que as *Wirapina* e *Apyterewa* se endereçam à região do Andorinha e do Alto Bacuri, por exemplo. Quando realiza nos igarapés próximos ao aldeamento, a pesca com timbó pode se constituir em atividade de um grupo maior, reunindo pessoas de diversos grupos domésticos, pertencentes a um mesmo grupo de descendência. Por outro lado, não há igarapés destinados apenas à pesca com o timbó, podendo ser os mesmos de onde é retirado, pelas mulheres, barro para a confecção da cerâmica, por exemplo. (MAGALHÃES, 1993, p.112).

As obras de Antônio Carlos Magalhães e Carlos Fausto indicam que a prevalência dos grupos de descendência era uma realidade Parakanã antes mesmo do contato. Os grupos de descendência eram separados em famílias nucleares, dentro dos *Tapi'pya*, por exemplo, existem várias famílias independentes, mas ligadas por diferentes laços de parentesco e sustentadas na figura de um ancião (ou mais). Orientais organizavam a vida no entorno do triângulo de ocupação, respeitando os grupos de descendência, estes também eram a base para divisão dos *trekking* Orientais. De maneira geral, essa divisão parental influenciava as ações no território e se manteve no período pós-contato, cada grupo de descendência possuía autonomia para organizar suas atividades nas novas aldeias. Contudo, aparentemente poucas lideranças tinham o consentimento para negociar com os *toria* em nome do coletivo, o que iniciou uma série de conflitos. Após alguns anos, desavenças internas entre dois grupos de descendência levaram a separação dos Ocidentais. Maroxewara era organizada em duas roças coletivas ligadas às lideranças Jytyria (descendentes do grupo de Akaria localizados no rio Anapu em 1976) e To'ia (descendentes do grupo de Namikwarawa localizados em 1983), com uma relação historicamente conflituosa, este último formou a aldeia Inaxyganga em 1997: “Durante o inverno amazônico, saíram para a coleta de castanha a ser comercializada e não mais retornaram. Transferiram-se sem roça, casas ou assistência” (FAUSTO, 2001, p.126).

No mesmo sentido, discordâncias levaram os Orientais a criarem a aldeia Paranovaona. Todavia, diferentemente do caso Ocidental, essa divisão foi

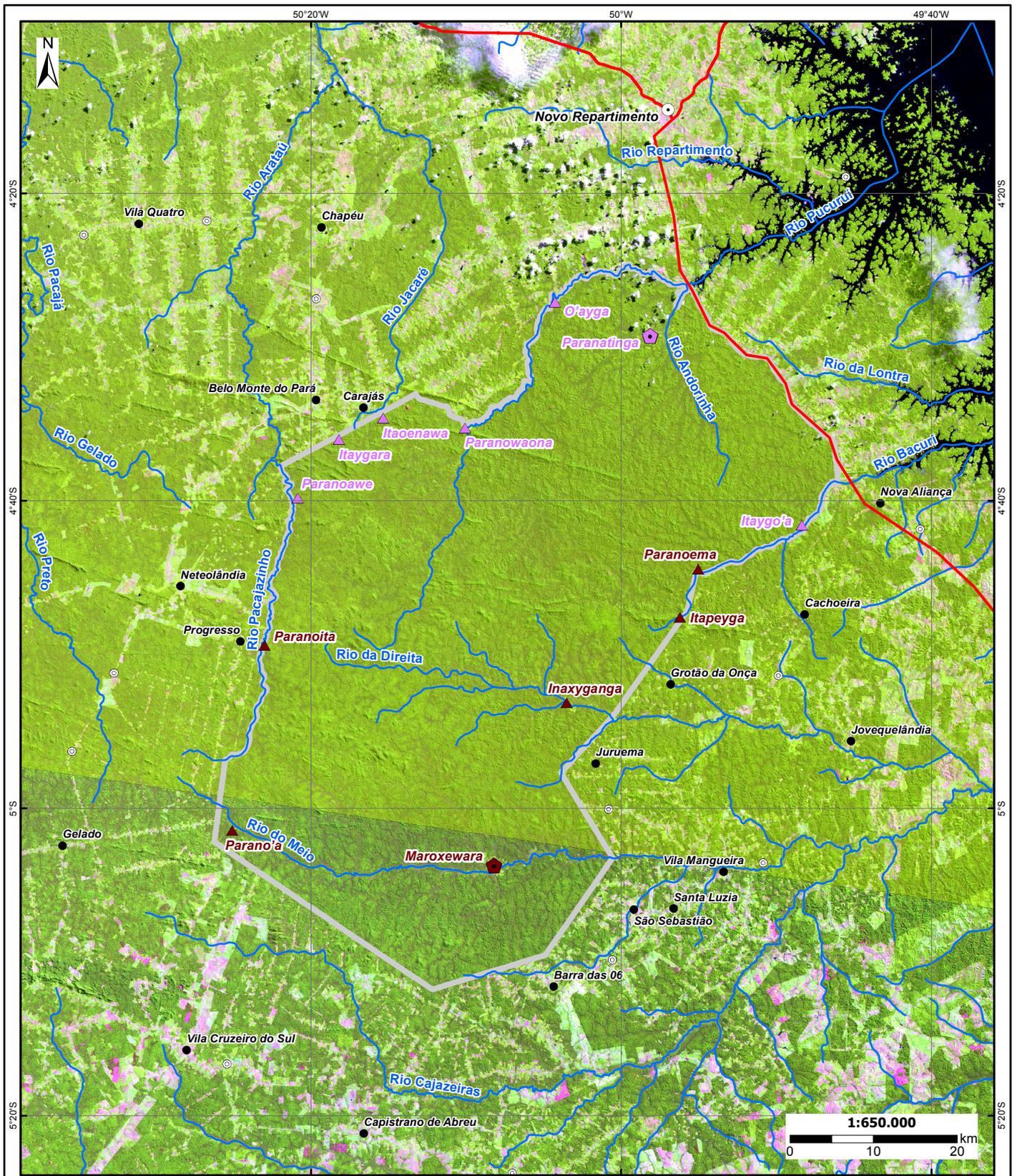
organizada durante dois anos: fizeram o reconhecimento da área, plantaram mandioca e só depois instalaram suas casas. No ano seguinte, motivados pela mudança, um grupo decidiu criar uma nova aldeia nomeada de Itaygo'a, desta vez a decisão foi rápida, não chegaram a esperar o desenvolvimento da roça. Devido a este fato, se viram obrigados a retornar a aldeia Paranatinga para buscar mantimentos ao longo do ano.

No final de 1998, diante da bem-sucedida experiência da aldeia Paranowa'ona, um grupo de cerca de sessenta pessoas, sob a liderança da parentela de Ywayrapytá, abandonou Paranatinga para fundar o aldeamento de Ita'yingo'a, à beira do rio Bacuri. Desta feita foram homens *apyterewa* e *wyrapina* que abandonaram seus afins. Vistas com os olhos do presente, essas divisões parecem representar o fim do sistema dual que se ergueu ao longo do século XX. Em seu lugar desponta uma nova realidade multialdeã, com uma possível extroversão da diferença entre patrigrupos para o plano da localidade. É plausível pensar, porém, que estejamos assistindo à própria diluição dos segmentos: Paranowa'ona é hoje um aldeamento *tapi'pya* composto por parentelas que, a par de se relacionarem por laços paralelos patrilineares, trocaram mulheres entre si e se afinizaram. (FAUSTO, 2001, p.239).

Conforme é possível observar nas ideias de Carlos Fausto, a abertura de novas aldeias marcou uma mudança na organização territorial Parakanã, pois a separação não ocorreu por disputas por esposas (como no passado), mas pela busca por prestígio e poder nas decisões. Tal fato abriu um precedente para outras lideranças buscarem maior autonomia, um novo sistema com múltiplas aldeias passaria a vigorar na TI Parakanã. O PROPKN (2013) destaca que esses processos foram conduzidos pelos próprios indígenas, cabendo ao programa apenas auxiliar na escolha do local. Carlos Fausto ainda destaca que o Programa Parakanã tinha como política aberta incentivar a criação de novas aldeias, visando facilitar a vigilância territorial da TI Parakanã. Somando a esta questão, nas primeiras duas divisões Orientais, eles usaram como referência pontos conhecidos no território, exatamente como faziam no passado. No caso de Paranowaona, foi escolhido um acampamento de caça de Paranatinga, próximo as antigas glebas de colonos. Itaygo'a ocupou áreas de antigas aldeias junto ao rio Bacuri, onde a FUNAI havia retirado diversos posseiros na época da demarcação. Seguindo a mesma lógica, o grupo Ocidental consolidou Inaxyganga junto ao rio da Direita, local onde no passado constituíram várias aldeias.

O **Mapa 4** indica o local das novas aldeias e a origem de cada grupo. Também mostra a situação no entorno da terra indígena no ano 2000, o desmatamento chegou próximo aos limites demarcados, mostrando que a política de proteção incentivada pelo PROPKN fazia sentido. Paranatinga e Itaygo'a estavam consolidadas na parte norte da TI e ajudavam a vistoriar o movimento na rodovia. Itaygo'a representava ainda um ponto estratégico de vigilância nas margens do rio Bacuri onde antigos posseiros haviam se instalado. A Gleba Parakanã (entre o antigo e o novo traçado da Transamazônica) apresentava porções desmatadas que saiam da rodovia em direção ao lago da UHE Tucuruí, que realmente inundou o local das antigas aldeias do Lontra e do Posto de Atração de Pucuruí. Considerando a distribuição das aldeias, a parte mais vulnerável da terra indígena estava localizada nas cabeceiras do rio do Meio e do rio Pacajazinho. Nestes pontos as vilas Progresso e Netolândia se consolidaram, e o desmatamento avançou até a margem do rio Pacajazinho, indicativo físico para o limite da terra indígena.

Na parte Sul é possível observar o aumento do desmatamento na área de contribuição do rio Cajazeira, onde os Parakanã possuíam antigas aldeias, mas que haviam ficado de fora da demarcação. As vilas, Cruzeiro do Sul e Capistrano de Abreu, eram as referências dos colonos. As estradas vicinais constituídas para atingir a Transamazônica diminuíram o isolamento da aldeia Maraoxewara, Inaxyganga e Paranowaona. Além de evidenciar as questões de vigilância, o **Mapa 4** destaca que as três novas aldeias estavam nas margens de três rios importantes para os Parakanã: Direita, Bacuri, Pucuruí. Somados ao rio Andorinha (Paranatinga) e ao rio do Meio (Maroxewara), o grupo voltou a ocupar pontos de referências na sua história recente, mostrando que os vínculos territoriais construídos no passado ainda tinham muita relevância na vida dos Parakanã.



LEGENDA:

- Sede Municipal
 - Localidade
 - ⊙ Aglomerado populacional
 - TI Parakanã
 - Hidrografia
 - Rodovia Federal
- Aldeias Parakanã:**
- Grupo Oriental**
 - Paranatinga
 - Ligadas a Paranatinga
 - Grupo Ocidental**
 - Maroxewara
 - Ligadas a Maroxewara

Imagem Landsat 5 (224/063) - 12/06/2000
 Imagem Landsat 5 (224/064) - 12/06/2000

Mapa 4: Distribuição das Aldeias Parakanã em 2000.
 Elaborado por: Rodrigo Araujo em Junho/2017

O regime de assistência continuada emplacado pelo Programa Parakanã atingiu resultados muito satisfatórios ao longo dos primeiros anos de execução. Com a resolução do problema alimentar, a administração tratou de tentar reduzir a dependência do povo Parakanã com a FUNAI. Assim, sabendo que seria inviável separar os indígenas dos artefatos e mercadorias que passaram a ter acesso, a direção do programa buscou incentivar o aumento produtivo e a geração de excedentes. Com os recursos da comercialização, os Parakanã poderiam adquirir todos os produtos que lhes interessavam nas vilas próximas (PROPKN, 2013). Um pequeno caminhão do PROPKN foi destinado para o transporte entre as aldeias e os núcleos urbanos do entorno da TI (**Figura 38**). Além disso, muitos produtos da floresta eram vendidos para atravessadores na saída das aldeias, ou mesmo, nas margens da Transamazônica.

Na sede do programa, primeiro no município de Tucuruí e recentemente em Novo Repartimento, também foi constituído um pequeno espaço para venda de artesanatos produzidos pelos indígenas (**Figura 39**). A loja de artesanato é administrada pelos funcionários do programa, não existe uma exigência de produção, os funcionários recebem os produtos que os indígenas conseguem elaborar, e lhes entregam um valor tabelado e determinado pela direção. Os produtos são revendidos para a população em geral e o lucro das vendas é utilizado para financiar as ações na TI. Existem ainda algumas regras para as vendas, a loja só pode vender produtos confeccionados pelos próprios indígenas e toda a matéria-prima deve ser de elementos encontrados na terra indígena. A estratégia do PROPKN era valorizar os aspectos materiais da cultura Parakanã, sabendo que o comércio já era uma atividade importante para muitas famílias.



Figura 38 – Caminhão do PROPKN garante o apoio ao deslocamento dos indígenas.
Fonte: COPPETEC (2011, p.150).



Figura 39 – Loja administrada pelo PROPKN vende diversos artesanatos produzidos pelos Parakanã.
Fonte: COPPETEC (2011, p.150).

Assim, o PROPKN incentiva os indígenas a gerar seus próprios recursos financeiros, fato que permitiria, conseqüentemente, a aquisição de uma série de produtos industrializados que tanto desejavam (café, açúcar, sal, óleo de soja, espingarda, facões entre outros). Com a redução da mortalidade, com garantias alimentares e com o conhecimento do português⁵⁰, os Parakanã passaram a ter maior autonomia para interagir com os *toria* e se aventurar para além da terra indígena:

Neste sentido, houve uma orientação para que as compras de bens de consumo não produzidos por eles deveriam só ocorrer quando existisse disponibilidade financeira da comunidade, a partir de recursos sempre oriundos da comercialização de excedentes da produção agrícola ou extrativista. Porém, esta orientação, que no primeiro momento estimulou-os a participarem com afinco nas atividades agrícolas e extrativistas, chegando a se tornarem auto-suficientes no consumo e produção de alimentos, passou também a ser um risco, caso a comunidade viesse a desviar os esforços produtivos para a produção comercial, já que os Awaete têm como um referencial do passado o fornecimento tanto de alimentos não-tradicionais, (açúcar, café, bolachas, entre outros) como bens de consumo, por parte do órgão oficial que dirigia a ação indigenista na Terra Indígena Parakanã na década de 1980. (PROPKN, 2012, p.203).

A previsão do PROPKN acabou se confirmando, as lideranças de grupos familiares começaram a sofrer pressão para vender quantidades maiores de seus produtos. Paranowaona e Paranatinga tiveram problemas sérios devido à venda

⁵⁰ Através das medidas implementadas nas escolas do PROPKN e com o convívio nos núcleos urbanos os Parakanã passaram a compreender perfeitamente o português, contudo, a língua materna continua sendo predominante dentro da TI.

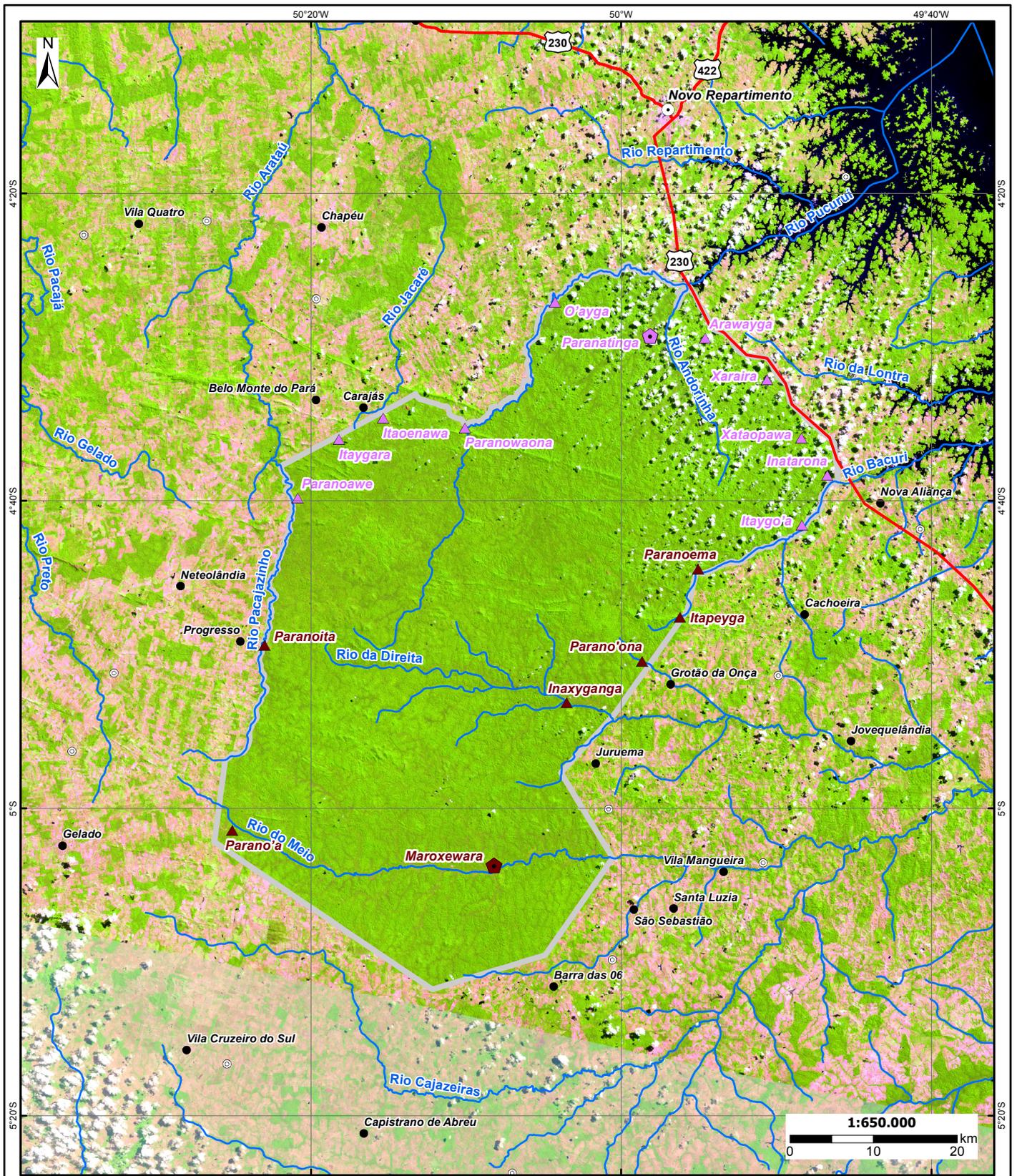
excessiva de farinha, o Programa Parakanã precisou adquirir mandioca com os colonos locais para abastecer as aldeias (PROPKN, 2013). Com a abertura das novas aldeias as conversas e decisões na *tekatawa* poderiam ser realizadas em grupos menores, não era necessário buscar o consenso junto as demais lideranças. Novos conflitos começaram a surgir, os grupos familiares buscavam liberdade para executar um número cada vez maior de atividades junto aos comércios locais. No mercado de Novo Repartimento e na vila de Belo Monte do Pará (por exemplo), a farinha dos indígenas é disputada por muitos comerciantes. Além disso, os Parakanã perceberam que vender a produção direto no mercado, evitando o controle dos funcionários do programa (que geralmente direcionavam os indígenas para os mercados parceiros) conseguiam aumentar sua lucratividade. O problema principal desta medida é que algumas aldeias acabavam vendendo inclusive a farinha destinada ao sustendo das famílias, por diversas vezes o PROPKN precisou intervir e adquirir alimentos para algumas aldeias.

Com as desavenças crescendo e com os exemplos bem-sucedidos, novas aldeias surgiram. Em 2003 uma nova divisão em Paranatinga consolida Paranoawe, em 2004 um grupo deixa Maroxewara para formar Parano'a, que quatro anos depois seria dividida com a criação de Paranoita. Itapeyga surge da separação de Inaxyganga em 2007. Algumas famílias com laços próximos deixaram Paranatinga e Itaygo'a para constituir Itaoenawa em 2009, outros grupos ainda saíam de Parnatinga para formar outras quatro aldeias: O'ayga (2010), Itaygara (2011), Xataopawa (2013), Xaraira (2013). Uma nova divisão em Maroxewara faz surgir Paranoema em 2011. Desta forma, em 2013 a TI Parakanã atingiu o número de quinze aldeias e, posteriormente, ainda foram criadas mais duas Orientais: Inatarona (2015), com indígenas oriundos de Itaygo'a, e Arawayga (2016) com famílias de Paranatinga e Paranoawe. E mais uma Ocidental: Parano'ona (2016) com famílias de Itapeyga. Assim, Orientais atingiram onze aldeias e os Ocidentais sete. O **Quadro 4** a seguir mostra um resumo das informações de cada uma das aldeias da TI Parakanã até a presente data.

Quadro 4 – Atuais aldeias na Terra Indígena Parakanã.

NOME DA ALDEIA	GRUPO	ANO DE FUNDAÇÃO	ALDEIA DE ORIGEM
MAROXEWARA	Ocidental	1982	Posto Indígena Pucuruí
Inaxyganga	Ocidental	1997	Maroxewara
Parano'a	Ocidental	2004	Maroxewara
Itapeyga	Ocidental	2007	Inaxyganga
Paranoita	Ocidental	2008	Parano'a
Paranoema	Ocidental	2011	Maroxewara
Parano'ona	Ocidental	2016	Itapeyga
PARANATINGA	Ocidental	1984	Aldeia Andorinha
Paranowaona	Ocidental	1997	Paranatinga
Itaygo'a	Ocidental	1997	Paranatinga
Paranoawe	Ocidental	2003	Paranatinga
Itaoenawa	Ocidental	2008	Paranatinga e Itaygo'a
O'ayga	Ocidental	2009	Paranatinga
Itaygara	Ocidental	2010	Paranatinga
Xataopawa	Ocidental	2013	Paranatinga
Xaraira	Ocidental	2013	Paranatinga
Inatarona	Ocidental	2015	Itaygo'a
Arawayga	Ocidental	2016	Paranatinga e Paranoawe

O **Mapa 5** (que apresenta como pano de fundo as imagens de satélite do ano 2016) tem um impacto visual imediato, pois evidencia que o desmatamento transformou a TI Parakanã no maior maciço de vegetação próximo ao rio Tocantins. Também reforça a política de proteção iniciada pelo PROPKN, as aldeias seguiram sendo construídas próximas aos limites da terra indígena. Cabe destacar que os Parakanã seguiram procurando locais que remetiam a referências passadas (Xaraira, por exemplo, fica próxima da antiga aldeia do Igarapé Andorinha).



LEGENDA:

- Sede Municipal
 - Localidade
 - ⊙ Aglomerado populacional
 - TI Parakanã
 - Hidrografia
 - Rodovia Federal
- Aldeias Parakanã:**
- Grupo Oriental**
- Paranatinga
 - ▲ Ligadas a Paranatinga
- Grupo Ocidental**
- Maroxewara
 - ▲ Ligadas a Maroxewara

Imagem Landsat 8 (224/063) - 02/08/2016
 Imagem Landsat 8 (224/064) - 27/08/2016

Mapa 5: Distribuição das Aldeias Parakanã em 2016.

Elaborado por: Rodrigo Araujo em Junho/2017

Contudo, o **Mapa 5** apresenta um fator novo nesta relação, a maioria das aldeias está constituída em pontos que facilitam o acesso às localidades do entorno. No grupo Ocidental predominam escolhas junto a rodovia Transamazônica, além de Paranatinga: O'ayga, Arawayga, Xaraira, Xaraopawa, Inatarona e Itaygo'a. Próximas das vilas Gelado e Belo Monte do Pará, pontos de referência comercial para os Parakanã, estão: Paranovaona, Itaoenawa, Itaygara e Paranoawe. O caso Oriental não é muito diferente, Parano'a e Paranoita também estão próximas das vilas citadas. Inaxyganga, Parano'ona, Itapeyga e Paranoema ficam ao norte de Maroxewara, em locais com melhores condições de acesso. Na parte mais ao sul do rio do Meio, não foi formada nenhuma nova aldeia. Coincidentemente, esta é a região que não possui nenhuma localidade de maior porte próximo ao limite da TI, além de apresentar as piores condições de acesso à rodovia Transamazônica (com pelo menos sete horas de deslocamento de carro por estradas de chão no período da estação seca).

As separações parecem ampliar o tipo de divisão já prevista por Carlos Fausto (2001). As novas aldeias não envolvem apenas separações dos grupos de descendência, mas uma fragmentação dos grupos familiares, que buscam maior autonomia para se relacionar com a sociedade envolvente. Outro ponto que merece destaque, é que mesmo vivendo na mesma terra indígena o relacionamento entre Ocidentais e Orientais seguiu conturbado. Como é possível visualizar no **Mapa 5**, a distribuição das aldeias na TI está dividida em dois blocos, localmente essa separação é nomeada pelos próprios indígenas como os “de cima” (Ocidentais) localizados nas áreas com topografia mais elevada e os “de baixo” (Orientais) que ficam nas áreas opostas:

Orientais e ocidentais continuaram mantendo distância até os dias de hoje, mesmo habitando a mesma reserva. Atualmente é possível observar algumas diferenças culturais e dialetais entre eles. Quando um ocidental é obrigado a pernoitar em uma aldeia dos orientais por estar viajando com os toria, ele fica no alojamento dos funcionários do PROPKN e alimenta-se da comida dos toria. Tudo isso para evitar qualquer problema de relacionamento entre eles, pois não é bem-vindo na aldeia do outro. (GOSSO, 2005, p.81).

Nas reuniões desenvolvidas para os estudos ambientais da pavimentação da BR-230, tanto no ECI (COPPETEC, 2011) como no PBA (ECOPLAN, 2016), a divisão do grupo ficava evidente. A FUNAI e o PROPKN tentaram, sempre que

possível, reunir todas as lideranças em um único local para discutir o processo de licenciamento ambiental previsto na legislação oficial, porém, tanto no ECI como no PBA, alguns encontros foram separados porque Ocidentais e Orientais não aceitavam discutir a questão de forma conjunta. Nas reuniões em que foi possível agrupar todas as lideranças, elas evitavam se misturar. A **Figura 40** mostra a realidade em uma das reuniões do PBA, do lado direito ficaram sentados os Orientais e do lado esquerdo os Ocidentais. É importante observar que as lideranças mais antigas ficam na posição mais a frente, uma estrutura semelhante com a organização da *tekatawa*, na **Figura 41** é possível observar Warerá (com uma pequena bolsa a tiracolo), liderança da aldeia Paranatinga e filho do antigo chefe Arakytá.

O início das divisões de aldeias ocorreu cerca de dez anos após a última transferência promovida pela FUNAI. Primeiramente, o aumento do número de aldeias parece estar relacionado com a divisão dos grandes grupos de descendência, nos Orientais, por exemplo, a primeira divisão ocorreu com a separação do grupo de Akaria e Namikwarawa. Posteriormente, com o maior envolvimento e compreensão da realidade dos “*toria*”, as lideranças familiares parecem incentivar o desmembramento dos grupos de descendência, buscando maior liberdade para interagir com a sociedade envolvente.



Figura 40 – Reunião inicial do PBA da BR-230 as lideranças ficaram divididas: na direita os Orientais, na esquerda os Ocidentais.

Fonte: ECOPLAN (2016, p.25).



Figura 41 – Nas reuniões dos estudos ambientais da BR-230, as lideranças mais antigas ficavam sempre à frente dos demais.

Fonte: COPPETEC (2011, p.256).

Desta forma, considerando a realidade apresentada, a **nova territorialidade Parakanã** começa a se formar através dos elementos culturais que foram preservados, na aceitação da dimensão territorial da TI, na busca por maior

autonomia nas decisões internas de cada grupo de descendência e na interação com a sociedade envolvente. Então, se no início da formação da TI Parakanã predominava um sistema multifamiliar (centrado em uma única aldeia), aparentemente, a nova realidade constitui um sistema de múltiplas aldeias, localizadas nos limites da terra indígena, onde grupos familiares buscavam maior liberdade sobre suas ações.

Além disso, a relação de comunicação entre as aldeias constitui um sistema integrado em rede, mesmo com a separação física das lideranças, elas passaram a ter maior controle sobre os diferentes pontos do território. Através dos rádios de comunicação à distância, os indígenas conseguem trocar informações e quando se reúnem no grande grupo, reforçam o discurso para lutar por seus direitos. Com o espalhamento dos grupos familiares as aldeias se transformam em verdadeiros “nós” da nova realidade, ampliaram a vigilância sobre o território, conseguiram maior autonomia nas decisões internas de cada grupo familiar e aumentaram as possibilidades de relacionamento com as vilas próximas a TI.

É neste emaranhado de relações que se constitui a territorialidade atual dos Parakanã, que representa a espacialidade das ações dos indígenas, que não está restrita apenas a TI, pois eles já estão envolvidos nas questões da sociedade envolvente. A terra indígena é um ponto de união entre os Ocidentais e Orientais, pois tem o entendimento que a preservação da área é uma forma de garantir o futuro de todos os Parakanã. Porém, não existe interferência direta de um grupo sobre o outro, as aldeias têm autonomia nas suas atitudes e mantiveram a ligação entre os grupos de descendência. As aldeias são verdadeiros “territórios-redes” conectados a sua matriz maior, a terra indígena. Assim, uma aldeia tem autonomia para se relacionar com os comerciantes, com o PROPKN, com as vilas (que estão próximas) e com as aldeias do seu grupo de descendência, mas evitam a aproximação com seus “parentes distantes”. A relação de Orientais e Ocidentais parece existir apenas nas questões macros da TI.

Os limites territoriais criados para a proteção dos indígenas foram assimilados aos poucos, mesmo assim, eles não representaram o isolamento dos Parakanã. Os marcos instalados para delimitar área, hoje estão substituídos por pastagens (das

fazendas) e pela floresta que constitui a TI. Com essas marcas cada vez mais visíveis, os indígenas conseguem identificar facilmente o seu território. A materialidade da terra indígena é cada vez mais evidente, mas a territorialidade Parakanã não pode ser vista apenas como as práticas que eles exercem dentro deste território, inúmeras outros elementos reforçam a territorialidade indígena, tanto que não existem aldeias constituídas no interior da floresta. A possibilidade de aquisição de bens manufaturados, a venda de produtos da floresta, as vias de deslocamento, as restrições de uso impostas aos brancos, a busca por autonomia junto ao PROPKN e etc. Todos esses elementos se relacionam com as práticas originárias indígenas, constituem uma nova forma de vivenciar o **espaço geográfico**, que não está mais restrito apenas à floresta. Os centros urbanos, as fazendas e a própria rodovia Transamazônica, já fazem parte do cotidiano dos indígenas.

O processo de atração promovido pela FUNAI iniciou a desterritorialização indígena porque promoveu a desarticulação das práticas territoriais e os obrigou a construir novos vínculos com o território. Com o aldeamento e o avanço da sociedade envolvente, o deslocamento constante pela floresta (atividade de *trekking*) e a organização da ocupação baseada em aldeia nova e velha, roças e trilhas de caça (triângulo de ocupação) foram enfraquecidas ao extremo. Dificilmente seria possível manter essas duas lógicas territoriais na nova realidade do médio Tocantins. O primeiro passo para alterar essa realidade foi a constituição da terra indígena, com a demarcação os Parakanã passaram a viver sob um novo regime territorial e aos poucos remodelaram sua territorialidade. Álvaro Luiz Heidrich (2008) destaca que o território e a territorialidade não se consolidam apenas pela conquista de uma área, mas também pelas diferentes relações que se projetam no espaço geográfico.

O exemplo Parakanã mostra que além da demarcação é necessário promover ações que possam ajudar os povos originários a compreenderem a nova realidade que estão inseridos. É importante deixar o controle das ações nas mãos dos próprios indígenas. Os Parakanã perceberam que a demarcação era a única forma de garantir a continuidade física do grupo. Remodelaram sua forma de atuar no espaço geográfico, passando a atribuir à terra indígena grande carga de simbolismo

e identidade, com base nos significados próprios da sua cultura. O território não é só uma questão material, a criação da terra indígena alterou o cotidiano Parakanã em todos os sentidos, fez surgir novas relações com o entorno: olhando por um lado, já não era mais preciso mudar a aldeia de lugar pela escassez de alimentos ou por ataques de inimigos, por outro lado, era necessário buscar a integração com os brancos, transportar a produção e vender o excedente nos comércios locais. A territorialidade foi constituída na adaptação destes indígenas ao novo território, pois o ator sempre está em constante transformação, apresenta formas diferentes de se relacionar com o espaço geográfico (escalas de tempo diferentes). Claude Raffestin (1993) nos lembra que a territorialidade é um resumo da maneira pela qual nos adaptamos a um determinado lugar em um determinado tempo, pois remodelamos nos vínculos e práticas de acordo com a nossa necessidade.

Vivenciando o território, mobilizando as lideranças para proteção e construindo aldeias nos limites demarcados, os Parakanã aceitaram a TI como uma referência não só material, mas também simbólica. Construíram novos vínculos territoriais com uma área que foi projetada pelo Estado brasileiro. Como lembra Álvaro Luiz Heidrich (2016b), a territorialidade se constitui nos conflitos, motivações e interesses sociais de cada grupo. A realidade vivenciada pelos Parakanã nos primeiros anos de contato foi marcada pela presença de elementos distantes das antigas práticas indígenas. Ambos os grupos possuíam valores que acabaram se misturando com os aspectos da sociedade envolvente. Portanto, a ideia de híbrido é fundamental na descrição dos processos de territorialidade dos indígenas, pois a dimensão material e imaterial são inseparáveis no processo de territorialização e desterritorialização (HAESBAERT, 2004).

Reforçando, a transformação da territorialidade (reterritorialização) Parakanã passa pela convivência que tiveram nos aldeamentos elaborados pela FUNAI, na influência que as medidas do PROPKN acrescentaram ao longo dos últimos 25 anos, no relacionamento com a sociedade envolvente, mas acima de tudo, **nas interpretações que eles elaboraram de todos esses acontecimentos**. Esta é a parte mais importante deste processo, como lembra Álvaro Luiz Heidrich (2016b), um vínculo territorial pode ser quebrado, ou se tornar ainda mais forte, as práticas territoriais estabelecidas não são isoladas no espaço geográfico, fazem parte de

uma relação extremamente dinâmica, constituída com base na vivência de cada grupo.

6. CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS

Reorganizando as ideias elencadas ao longo do texto, foi possível perceber que os Parakanã possuíam particularidades territoriais que dependiam muito da mobilidade de cada um dos grupos. O espaço geográfico dos Orientais e Ocidentais foi construído no conhecimento da floresta, no sentido que davam aos acontecimentos que observavam e vivenciavam, nas atitudes, nas decisões e nas relações com o entorno da TI, “sistemas de objetos e sistemas de ações” em constante interação. Os Orientais ao se depararem com outros indígenas, com caçadores ou madeireiros, buscavam o isolamento, a territorialidade passava justamente pela capacidade de se resguardar e reorganizar o **triângulo de ocupação**. O conhecimento espacial que tinham da margem esquerda do médio Tocantins permitiu o isolamento até o início da abertura da Transamazônica. Já os Ocidentais atuavam de forma oposta, o contato com outros povos indígenas era fundamental para reprodução social, até mesmo as interações com os agentes da FUNAI possuíam um sentido. A territorialidade passava pela garantia de executar os **trekking**, que buscavam sempre o contato e a interação, que ocorria tanto de forma pacífica como agressiva.

Os elementos que formavam o espaço geográfico dos Parakanã eram muito similares, a diferenciação principal entre eles estava justamente na dimensão espacial que construíram. O triângulo de ocupação dos Orientais e os **trekking** dos Ocidentais, são as práticas territoriais deste povo, a partir dessas ações, consolidavam seus vínculos territoriais. O território de ambos não era reproduzido ao acaso, estava centrado no amplo conhecimento espacial que tinham dos elementos que lhes rodeavam. O território destes indígenas não estava definido na demarcação de limites físicos, mas **na capacidade de repetição da territorialidade de cada grupo**. Na relação de domínio, no controle e nas garantias que construíam ao longo dos anos, assim, não é possível pensar o território Parakanã como algo estático, parado e sem movimento.

Com a abertura da rodovia Transamazônica os Parakanã tiveram sua territorialidade enfraquecida ao extremo. O aldeamento impedia a reprodução das práticas territoriais que estavam acostumados. Seu território originário foi tratado

como terra devoluta da União. Os decretos presidenciais da época transformaram as margens da BR-230 em lotes agrários que perdiam a produtividade em poucos anos, fazendo os colonos migrarem para novas áreas, onde o processo reiniciava. Para estancar a imagem negativa, o Estado mobilizou uma série de medidas que tentavam enquadrar os indígenas em uma perspectiva territorial completamente diferente. O resultado destas ações foi o processo de desterritorialização descrito para os Parakanã, que provavelmente repercutiu nos diferentes povos que estavam no caminho dos tratores que derrubaram a floresta (lembrando a diversidade étnica observada por Curt Nimuendajú). Os dados e os argumentos elencados ao longo deste texto reforçam a ideia que coloca o Estado como um ator desterritorializador, preocupado em legitimar os interesses de alguns atores externos, patrocinadores de um modelo de apropriação territorial que perdura na história do país.

O processo de consolidação da terra indígena levou a uma modificação drástica na perspectiva territorial dos Parakanã. O aldeamento promoveu uma nova realidade para todos os envolvidos, os indígenas passaram a conviver com novos atores e a assimilar uma série de novos hábitos que se misturaram com sua cultura. Porém, o processo de desterritorialização não parou com a Transamazônica, a UHE Tucuruí agravou a situação nos aldeamentos, promovendo sucessivas mudanças de aldeias e gerando uma disputa territorial que postergou a demarcação em mais de quinze anos após os primeiros contatos. Somente com o processo de delimitação é que foi possível uma nova reestruturação territorial – a reterritorialização se sobrepõem ao processo de desagregação promovido por alguns anos sob a tutela do Estado – as práticas e os vínculos territoriais construídos ao longo de vários anos precisavam ser reorganizados. Como ressaltado (por vários autores citados nesta dissertação), o ponto central é identificar quem delimita ou controla o espaço de quem, e quais são as consequências destas atitudes. A partir do momento que foram aldeados, os Parakanã passaram a reivindicar o controle sobre as terras que originalmente habitavam. Assim, pressionaram o Estado pela demarcação da Terra Indígena Parakanã.

Com as medidas realizadas pelo Programa Parakanã, os indígenas foram aos poucos superando seus problemas mais graves. Com a superação da dependência alimentar e das doenças trazidas pelo contato, reconstruíram sua atuação no

território. A construção das aldeias nos limites oficiais da TI mostra o reconhecimento material do território, desta forma, consolidaram o sentimento de pertencimento a área, fato que até então não existia na visão deste povo.

Mesmo com mais de trinta anos de contato, os dois grupos conseguiram manter diversas questões culturais ativas, como a língua materna, que ainda é falada por todos na terra indígena. Porém, a nova realidade parece exercer cada vez mais fascínio sobre os indígenas, por esta razão, a territorialidade Parakanã vai além das práticas e dos vínculos construídos dentro deste território. A possibilidade de interagir cada vez mais com a sociedade envolvente, vendendo produtos das roças e da floresta, os deslocamentos até a cidade, a busca por autonomia entre os grupos familiares e junto ao próprio PROPKN, são exemplos de que os Parakanã superaram as adversidades trazidas pelas Frentes de Atração da FUNAI.

Assim, estes indígenas nos mostraram que é preciso compreender a territorialidade como processo em constante transformação, que se constitui no movimento de desterritorialização e reterritorialização. Nesta mesma linha, é preciso reforçar que a terra indígena não pode ser pensada como um território estático e parado no tempo, mas como um território ligados aos demais elementos que compõe o espaço geográfico. No caso específico dos Parakanã, a atuação do Estado no processo de aproximação e posterior demarcação da terra, estava vinculada a abertura da rodovia Transamazônica, a UHE Tucuruí, a Serra de Carajás. Diversas infraestruturas que estão em sintonia com o modelo de apropriação territorial colocado a prova ao longo de vários anos no país. É ilusão pensar que apenas com a demarcação da terra, os Parakanã voltariam naturalmente as condições anteriores ao contato e, conseqüentemente, resolveriam todos os problemas que estavam enfrentando. As medidas promovidas pelo Programa Parakanã mostram que é necessário promover ações que possam ajudar os povos indígenas a compreenderem a nova realidade que estão inseridas. É fundamental garantir autonomia aos povos indígenas e reduzir a interferência de atores externos, para que eles se tornem de fato senhores da sua história. Eles devem ter o controle das ações para organizar suas práticas territoriais de forma autônoma, construir novos vínculos territoriais com base na sua cultura e nas novas condições que estão inseridos, pois as relações sociais são estabelecidas dentro e fora da terra indígena.

A parte mais complexa desta dissertação talvez tenha sido esse capítulo de fechamento. A sensação é que muitos pontos foram colocados de lado para que fosse possível abordar a questão da transformação da territorialidade Parakanã. Cabe destacar que este trabalho realizou um recorte (espacial e temporal) sobre dois grupos de um povo, tais fenômenos provavelmente ocorreram com diversos outros povos indígenas que também enfrentaram a ganância do modelo apropriação do espaço promovido pelo Estado brasileiro. É importante salientar que foi realizada uma leitura do espaço geográfico com base no conceito de território, o que não impede novas interpretações e explorações. Como por exemplo, a transformação da paisagem, ou mesmo o lugar, ou ainda, a ideia de ambiente e natureza.

Alguns pontos importantes ficaram reservados para uma nova oportunidade. Principalmente porque, necessitam de tempo para consolidar os dados e por exigirem maior carga teórica para o esclarecimento das ideias. Analisar conceitos como limite, fronteira, rede e multiterritorialidade, podem mostrar uma nova perspectiva sobre o entorno da terra indígena. Ou mesmo averiguar os interesses e as medidas implementadas por órgãos específicos, como o GETAT e o INCRA, que tiveram grandes impactos sobre diversos povos indígenas. Além de questões que estão mais latentes e que vem recebendo destaque na mídia, como uma leitura sobre o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil, questionando os envolvidos (indígenas, estudiosos, fazendeiros e o próprio Estado). Enfim, outras perspectivas podem ser elencadas sobre este mesmo assunto, o trabalho desenvolvido até aqui, abriu novas possibilidades que podem ser exploradas com mais obstinação.

Ponto importante foi a escolha por uma abordagem qualitativa, com destaque para a análise de conteúdo, que ajudou na validação, investigação e interpretação das informações coletadas. O desenvolvimento mostrou que imagens, textos e falas, são informações que podem dizer tanto (ou mais) que números, tabelas e gráficos. O objetivo nunca foi realizar um trabalho protocolar, mas buscar possibilidades para um projeto que ajudasse no amadurecimento da minha formação como Geógrafo e na aproximação da Geografia com as questões indígenas.

Ficou evidente que a territorialidade indígena é constituída por questões que vão além do confinamento em uma área protegida. Essa visão ignora que muitos povos indígenas estão integrados (ou buscando se integrar) com a sociedade envolvente. A discussão sobre as terras indígenas é pensada através de uma legislação que ignora a diversidade dos povos originários. Nesta lógica, todos são tratados através de um único argumento, como se possuíssem a mesma forma de vivenciar o espaço, com vínculos e práticas territoriais idênticas. Os estudos direcionados sobre os Parakanã mostraram formas completamente diferentes de conceber um território. No atual contexto de apropriação territorial, a demarcação de terras indígenas é uma medida fundamental para que os povos originários consigam manter suas atividades tradicionais. Contudo, é necessário repensar a forma como esta política tem sido aplicada no Brasil. A Convenção 169 da OIT, por exemplo, prevê também o direito de deslocamento para as áreas com representatividade simbólica e cultural. Estes argumentos geralmente são negligenciados ou omitidos pelo Estado no momento de dialogar com os indígenas. Com o envolvimento cada vez maior com os hábitos da sociedade envolvente é extremamente necessário buscar mecanismos de conscientização para reduzir as desigualdades. Proporcionar novas formas de crescimento econômico e autonomia financeira, mas também garantias para sua reprodução social e cultural.

A demarcação não é sinônimo de preservação da territorialidade indígena, mas é preciso avançar e garantir novos espaços. A ampliação deste direito deveria seguir uma lógica inversa, onde os “de baixo” tenham maior liberdade na tomada de decisões. Permitir mecanismos de gestão territorial pensada “por eles e para eles”, valorizando o coletivo, onde a terra não é apenas uma fonte de recurso ou uma simples propriedade, mas um bem fundamental para os povos indígenas. O reconhecimento de outras formas de pensar o território pode ajudar a superar uma visão simplista e preconceituosa, que vem ganhando cada vez mais força no país. Uma visão que ignora a diversidade e a multiplicidade de opiniões.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAUJO, R.W. A Concepção Territorial Indígena nas Proximidades da Rodovia Transamazônica (Leste do Estado do Pará). In: Primeira Semana Acadêmica dos Pós-Graduandos do Instituto de Geociências (SAPIGEO): Integrando as Geociências, 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2015. P. 28.

ARAUJO, R. W. A Transformação da Territorialidade Indígena Parakanã. In: IV SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES, IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MICROTERRITORIALIDADES NAS CIDADES: Visibilidades, Escalas Geográficas e Desafios Metodológicos, 2016, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2016. p. 82-95.

ARNAUD, E. Breve informação sobre os índios Asurini e Parakanan, Rio Tocantins, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n.11, p. 1-22, jul. 1961.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 53, n. 19, jan./abr. 2005.

BECKER, B. K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, T. P; WERNECK VIANNA, S. T; MANGABEIRA JR. (Org.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil. Ensaio sobre clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Editora do IPEA, 2009.

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Emílio Goeldi**. Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan./abr. 2010.

BECKER, B. K.; STENNER, C. **Um Futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BRASIL. Presidente da República. **Decreto nº 8.072, de 20 julho de 1910**. Crêa o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e

aprova o respectivo regulamento. Diário Oficial da União, 26 de junho de 1910, Rio de Janeiro, 1910.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Diário Oficial da União, 19 de setembro de 1946, Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.371, de 5 de janeiro de 1967**. Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. Diário Oficial da União. DOU, de 12 de dezembro de 1967. Brasília, 1967.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 68.913, de 13 de julho de 1971**. Cria a Reserva Indígena Parakanã situada no Município de Tucuruí, Estado do Pará. Diário Oficial da União, 14 de julho de 1971. Brasília, 1971.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, 21 de dezembro de 1973. Brasília, 1973.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, 05 de outubro de 1988, Brasília, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 248, de 29 de outubro de 1991**. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Parakanã, no Estado do Pará. Diário Oficial da União, 30 de outubro de 1991. Brasília, 1991.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996**. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União. DOU, de 8 de janeiro de 1996. Brasília 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto Legislativo nº143, de 20 de junho de 2002**. Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da União, 21 de junho de 2002. Brasília, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.** Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da União, 20 de abril de 2004. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; Ministério da Cultura; Ministério do Meio Ambiente. **Portaria Interministerial Nº 419, de 26 de outubro de 2011.** Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007. Diário Oficial da União. DOU de 28 de outubro de 2011. Brasília, 2011a.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 de novembro de 2011. Brasília, 2011b.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Presidencial nº 7.747, de 5 de junho de 2012.** Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Diário Oficial da União. DOU de 6 de junho de 2012. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; Ministério da Cultura; Ministério do Meio Ambiente. **Portaria Interministerial Nº 60, de 24 de março de 2015.** Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. Diário Oficial da União. DOU de 25 de março de 2015. Brasília, 2015.

CÂMARA, G. **Modelos, Linguagens e Arquiteturas para Bancos de Dados Geográficos.** 1995. 227 f. Tese(Doutorado em Computação Aplicada) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, São José dos Campos, 1995.

CÂMARA, R. H. Análise de Conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p.179-191, jul./dez. 2013.

CAMPOS, C. J. G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, set./out. 2004.

CAPPELLE, M. C. S.; MELO, M.C. O.; GONÇALVES, C. A. Análise de Conteúdo e de Discurso nas Ciências Sociais. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v.5, n. 1, 2003. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br>. Acesso em 19 nov. 2017.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A (ELETRONORTE). Ambiente, desenvolvimento: comunidades indígenas. **ELETRONORTE**, Brasília, p. 17-24, 1997.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A (ELETRONORTE). Podemos dizer que estamos no mundo! E dizemos: existimos como Awaete Parakanã. **ENERGIA ATIVA**, Brasília v.30, n.217, p.20-22, 2007.

COLLIER JR, J. **Antropologia visual**: a fotografia como método de pesquisa. São Paulo: Editora da USP, 1973.

COTANDA, F. C. et al. Processos de Pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução. In: PINTO, C. R. J. (Org.). **Ciências Humanas**: Pesquisa e Método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

COUDREAU, H. **Voyage au Tocantins-Araguaya**. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1897.

CUNHA, M. C. O futuro da questão indígena. In: SILVA, A. I.; GRUPIONI, L. D. (Orgs). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1994.

DAVIS, S. **Vítimas do Milagre**: O Desenvolvimento e os Índios no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L'espace social. Lecture géographique dès societés.** Paris: Armand Colin, 2007.

ECOPLAN ENGENHARIA LTDA. (ECOPLAN). **Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA) da Rota 5 (Volume II – Parakanã).** Porto Alegre, 2016.

FAUSTO, C. **Os Parakanã: casamento avuncular e dravidianato na Amazônia.** 1991. 292 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

FAUSTO, C. **A dialética da predação e familiarização entre os Parakanã da Amazônia Oriental: por uma teoria da guerra ameríndia.** 1997. 373 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

FAUSTO, C. **Inimigos Fiéis.** História, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS (COPPETEC). **Estudos Etnoecológicos da Terra Indígena Parakanã.** Rodovia BR-230/PA - BR-422/PA, Lote 1 e 2. Rio de Janeiro, 2010.

FUNDAÇÃO DAM; CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A (ELETRONORTE); FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Programa Parakanã: autoconstrução comunitária das Aldeias Parakanã.** Brasília: Fundação DAM, 1989.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Parakanan mostram a sertanista os costumes de sua tribo. **Boletim Informativo da FUNAI,** Brasília, v.4, n.1, p.56-61, 1972.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Contatos com Novos Grupos Indígenas na Transamazônica. **Boletim Informativo da FUNAI**, Brasília, v.2, n.7, p.36-40, 1973.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Barragem inunda a terra dos Parakanã. **Revista de Atualidade Indígena**, Brasília, n. 12, p. 17-27, set./out., 1978.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI); DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (GIZ). **Noções Gerais de Legislação Indigenista e Ambiental**: Programa de Capacitação em Proteção Territorial. Brasília: FUNAI\GIZ, 2013.

GIBBS, G. **Análise de Dados Qualitativos**. Porto Alegre: Artemed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOLPHIM, N. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n.2, p. 161-185, 1995.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GOSSO Y. **Pexe oxemoarai**: brincadeiras infantis entre os índios Parakanã. 2005. 267 f. São Paulo: Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do Fim dos Territórios a Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da desterritorialização contemporânea. DE JESUS, E. (Org.). **Arte e Novas Espacialidades**: relações contemporâneas. Rio de Janeiro: F10 e Oi Futuro, 2011, p. 54-65.

HAESBAERT, R. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013. p.19-37.

HEIDRICH, A. L. Conflitos Territoriais na Estratégia de Preservação da Natureza. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

HEIDRICH, A. L. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (Orgs.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016a.

HEIDRICH, A. L. Pode o Estabelecimento de Vínculos Territoriais Permitir a Afirmação da Diversidade e da Contestação das Hierarquias Sociais? In: IV SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES, IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MICROTERRITORIALIDADES NAS CIDADES: Visibilidades, Escalas Geográficas e Desafios Metodológicos, 2016, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2016b. p.8-23.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACHADO, L. O. **O Controle Intermitente do Território Amazônico**. Revista Território, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 19-32, 1997.

MAGALHÃES, A.C. Os Parakanan. **Boletim Informativo da FUNAI**, Brasília, v.15/16, n.5, p.26-38, 1975.

MAGALHÃES, A. C. **Os parakanã**: quando o rumo da estrada e o curso das águas perpassam a vida de um povo. 1982. 252 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MAGALHÃES, A. C. As nações Indígenas e os projetos econômicos de estado - a política de ocupação do espaço na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v.6, n.2, p.161-181, 1990.

MAGALHÃES, A. C. Pyrá - Atividade Pesqueira Entre os Parakanã. In: FURTADO, L.; Leitão W.; DE MELLO, A. F. (Orgs.). **Povos das Águas: Realidade e Perspectiva Amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

MAGALHÃES, A. C. **Os Parakanã: espaços de socialização e suas articulações simbólicas**. 1994. 314 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MARIA DE JESUS, N. (org.). **Dicionário da história do Mato Grosso: Período Colonial**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011.

MELLO, H. S. Parakanã: A etnicidade de Tapiipi e Apuiterewa. **Revista de Atualidade Indígena**, Brasília, n.23, p.54-62, 1982.

MORAES, A. C. R. O Território Brasileiro no Limiar do Século XXI. **Revista GEOUERJ**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-12, jan. 1997.

MORAES, A. C. R. Notas Sobre a Formação Territorial e Políticas Ambientais no Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 43-50, jul./dez. 1999.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

NETO, M. **O Dilema da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, (adaptado do mapa de Curt Nimuendaju, 1944)**. Rio de Janeiro: IBGE, Fundação Pró-Memória. 1981.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não Entregar: Políticas Públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1990.

OLIVEIRA, C, R. Presença Indígena em áreas protegidas na zona de fronteiras Brasil – Peru. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 7, n. 1, 2013. Edição Especial 3.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. A. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: Silva, A.L.; GRUPIONI, L.D.B. (Orgs.). **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. A. População Ameríndia: terra, meio ambiente e a perspectiva de transformação. In: **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

PINTO, F. Índios brancos Paracaná: uma lenda na selva. Rio de Janeiro: **Revista O Cruzeiro**, n.35, p.4-18, 1971.

PROGRAMA PARAKANÃ (PROPKN). **Relatório Anual das atividades do Programa Parakanã em 2012**. Tucuruí: Programa Parakanã, 2012.

PROGRAMA PARAKANÃ (PROPKN). **Relatório Anual das atividades do Programa Parakanã em 2013**. Tucuruí: Programa Parakanã, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

O minério vai sair. **Revista Veja**, Editora Abril, n.605, 09 de abril, 1980.

RICARDO, C. A. (Org.). **Povos Indígenas do Brasil: Sudeste do Pará – Volume 8**. São Paulo: CEDI, 1985.

RODRIGUES, A. D. Relações Internas na Família Linguística Tupi-Guarani. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 27/28, p. 33-53, 1985.

ROESE, A. et al. Diário de campo: construção e utilização em pesquisas científicas. **Online Brazilian Journal of Nursing**, Vol. 5, Nº 3, 2006. Disponível em: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/598/141>. Acesso em 19 nov. 2017.

SACK, R. O significado da Territorialidade. 2013. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013. p.19-37.

SAHR, C. L. L.; SAHR, W.D. Territórios – Faxinais – Espaços. A Problemática “Espaço/Território” na Formação Social Brasileira. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SANTOS, J. R.; SOARES, P. R. R.; FONTOURA, L. F. M. Análise de Conteúdo: a pesquisa qualitativa no âmbito da geografia agrária. In: XXIV Encontro Estadual de Geografia, 1998, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz: UNISC, 2004. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1276>. Acesso em 17 de jun. 2017.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: EdUSP, 2012.

SCHMITT, J.C. **O Corpo das Imagens: Ensaio a cultura visual na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 2007.

SILVA, G. F. **Construindo um dicionário Parakanã - Português**. 2003. 179 f. Dissertação (Dissertação em Letras – Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação para a Análise de Dados Qualitativos. In: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, 2013, p. 1-14.

SOARES, M. I. C. P. et al. Epidemiologia dos vírus das hepatites B, C e D na tribo indígena Parakanã, Amazônia Oriental Brasileira. **Boletim Oficina Sanitária Panamericana**, Washington, v. 117, n. 2, p. 124-134, 1994.

SOUZA, M L. **O território**: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

SOUZA, M. L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. (Orgs.). **Ambiente e Lugar no Urbano: A Grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

VALVERDE, O. Conflitos e equilíbrio ecológico no povoamento em expansão da faixa próxima à E.F. Carajás. **Tübingen Geographische Studien**, Tübingen, n. 95, 1987.

VIDAL, L. Os Parakanã. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v.27/28, p.197-202, 1984.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O Campo na Selva, Visto da Praia. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 170-199, 1992.

VOLPATO, L.R.R. **A conquista da terra no universo da pobreza; formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819**. São Paulo: Hucitec, 1987.